

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PONTOS E FLUXOS: APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS
URBANOS DE USO PÚBLICO**

Pollenya Rhamadavya Costa Pontes

**MACEIÓ
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

Pollenya Rhamadavya Costa Pontes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PONTOS E FLUXOS: APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS
URBANOS DE USO PÚBLICO**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. **Geraldo Majela Gaudêncio Faria**

Maceió, 2006

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P814p Pontes, Pollenya Rhamadavya Costa.
Pontos e fluxos : apropriações dos espaços urbanos de uso público / Pollenya Rhamadavya Costa Pontes. – Maceió, 2006.
ix, 176 f. : il.

Orientadora: Geraldo Majela Gaudêncio Faria.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2006.

Bibliografia: f. 165-169.
Anexos: f. 170-176.

1. Espaço público – Maceió (AL) – Ocupação. 2. Espaço público – Maceió (AL) – Apropriação. 3. Espaço público – Maceió (AL) – Comércio ambulante.
I. Título.

CDU: 711.61(813.5)

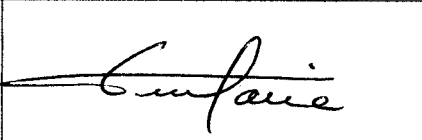
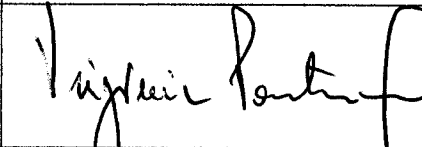
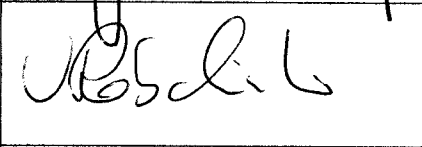
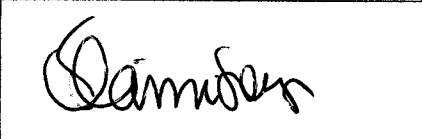
Pontos e fluxos: Apropriações nos espaços urbanos de uso público

Pollenya Rhamadavya Costa Pontes

Dissertação defendida em: 21 / 08 / 2006

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria

BANCA EXAMINADORA

Presidente	Prof. Dr. Geraldo Majela Gaudêncio Faria (UFAL/FAU/DEHA)	
Examinador Externo	Profª. Dra. Virgínia Pitta Pontual (UFPE/DDU)	
Examinador DEHA	Profª. Dra. Verônica Robalinho Cavalcanti (UFAL/FAU/DEHA)	
Examinador DEHA	Prof. Dr. Flavio Antonio Miranda de Souza (UFAL/FAU/DEHA)	

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração inestimável de pessoas que agradeço de coração.

A Deus, pela saúde, força e oportunidades proporcionadas,

A minha mãe pelo amor e carinho a mim dedicados e a meu pai a herança da sensibilidade na percepção das coisas e das pessoas,

Ao meu marido Iran, pelo apoio e incentivo, durante a caminhada,

Aos meus filhos Bruno e Victor pelo amor, carinho, compreensão e grande ajuda,

Ao Prof. Dr. Geraldo Majela Faria, a orientação atenta dedicada e crítica, me permitindo conhecer mais de perto seu trabalho competente e sua integridade, agradeço pela compreensão e confiança demonstrados em meus longos períodos de silêncio e pela inestimável contribuição ao desenvolvimento do trabalho,

A todos os professores, que de uma maneira ou de outra contribuíram para o resultado deste trabalho, especialmente a Prof. Dra. Verônica Robalinho Cavalcanti, ao Prof. Dr. Flávio Antonio Miranda de Souza e a Prof. Dra. Maria Emília com suas valiosas presenças e sugestões desde a banca de qualificação.

À Prof. Dra. Virgínia Pontual a quem conhecia apenas por intermédio de publicações, conferências e congressos por ter aceitado o convite para a banca de defesa deste trabalho, como examinadora externa, o que tem me gratificado bastante por sua competência como profunda conhecedora dos problemas urbanos,

Ao DEHA – Programa de Pós Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado da Ufal – Universidade Federal de Alagoas e todos os seus professores pela oportunidade de me trazer de volta às bancas de estudo e que me proporcionou um crescimento qualitativo com relação ao meu trabalho intelectual e conseqüentemente à minha vida profissional e pessoal,

À Fapeal – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Alagoas pelo apoio institucional que me possibilitou ingressar no mundo da pesquisa,

A todos os ambulantes, principalmente aos que me auxiliaram a entender seu universo, dando depoimentos, oferecendo informações, sem os quais o trabalho se distanciaria da realidade.

Resumo

Este trabalho analisa as ocupações do espaço público na experiência urbana contemporânea. Pretende-se discutir a complexidade das relações que envolvem o surgimento dos Pontos sobre o prisma do ambulante do churrasquinho, categoria ambulante que mais cresceu na cidade de Maceió. Tendo como referencial empírico os espaços ocupados por este comerciante e considerando as práticas criativas de apropriação que eles exercem, seja nos locais escolhidos para seu trabalho, seja no modo variado como se apropriam é que se pretende determinar: a) como o Ponto, lugar de concentração da atividade humana, pode contribuir para a dinâmica dos espaços Públicos das cidades atuais; b) quais os fatores determinantes para o processo de escolha dos Pontos de comércio utilizados pelos ambulantes em suas ocupações; c) quais localidades são passíveis de serem apropriadas por esta camada da população; d) como se configura a apropriação destes espaços; e) qual a importância urbana do reconhecimento desta categoria.

Palavras-chave: Espaço Público – Maceió (Al) - Ocupação; Espaço Público – Maceió (Al) – Apropriação; Espaço Público – Maceió (Al) - Comércio Ambulante.

Abstract

This work analyzes the occupations of the public space in the contemporary urban experience. It is intended to argue the complexity of the relations that involve the existence of the Points on the perspective of the “churrasquinho” hawker, category that grew more in the city of Maceió, having as empiricist referential the spaces occupied by this trader. Considering the creative practices of appropriation that they exert, either in the places chosen for their work, either in the different way how they appropriate is what it is intended to determine: a) how the Point, place of reinforcement of the human activity, can contribute for the dynamics of the public spaces of the at present cities; b) what are the determinant factors in the process of selecting the trade point used by the hawker in their occupations; c) which localities are likely to the appropriated for this stratum of the population; d) how the appropriation of these spaces configures; e) which is the urban importance of the recognition of this category.

Keywords: Public space – Maceió (AL) - Occupation; Public space – Maceió (AL) - Appropriation; Public space Maceió (AL) Hawker traveling.

Sumário

Introdução.....	1
Seção 1 – Problemática – Usos da Cidade Contemporânea	
1.1. Mudanças temporais - atualidade e desmaterialização	17
1.2. Materialidade, Espaço Público e Ponto	20
1.3. O Ponto e as Escalas Urbanas	21
1.4. Morfologia e Materialidade	22
1.5. Usos Contemporâneos, para quem?	24
Seção 2 – Foco – O Ponto - Conceitos	
2.1. A Produção dos Pontos – Conceitos	29
2.2. Espacialidades, Representações Urbanas e Sociais	36
Seção 3 – Contexto – O Ponto nos Espaços Urbanos de Uso Público	
3.1. Usos Públicos e Privados	53
3.2. Metamorfoses do Espaço – O comum o social e o público	56
3.3. Pontos e Espaço Público	58
3.4. O espaço público apropriado	60
3.5. A Configuração do Ponto no Espaço Público	62
Seção 4 – Conflito – Privado e Público ou Formal e Informal	
4.1. Valor de Uso e Valor de Troca	67
4.2. Ponto de Comércio - Conceitos e Legislação	70
4.3. O Ponto de Comércio Informal – Normas	73
4.4. Micro-políticas informais	77

4.5. Possibilidades formais	78
Seção 5 – Cenário e Personagem – Maceió e o Ambulante	
5.1. Maceió – Relações de Poderes	80
5.2. Histórico do Local – Consolidação dos Espaços de Uso Público.....	82
5.3. Centro de Maceió - O espaço público ameaçado.....	88
5.4. O outro lado da moeda - O espaço público apropriado	94
5.5. A Produção da Informalidade.....	95
5.6. O Ponto negado – Histórico de Inclusão x Exclusão	100
Seção 6 – Materialidade – Usos e Apropriações dos Espaços de Uso Público	
6.1. A Rua – O Espaço do Ambulante	108
6.2. Localizações dos Pontos – Princípios Definidores	110
6.3. Localizações dos Pontos – Espaços Apropriados	118
6.4. Tipologias das Apropriações	137
6.5. Temporalidades – Os Pontos de Churrasquinho	143
Conclusão.....	158
Referências	164
Anexos	

Lista de Figuras, Quadros, Mapas e Fotos*.

* Todas as fotos são da autora

1. Figuras 1 e 2 - Conexões funcionais entre nós de atividades humanas (Salingaros)	51
3. Quadro 1 - Princípios básicos para a escolha da localização varejista	117
4. Quadro 2 - Pontos do Centro da Cidade de Maceió por logradouro (dez 2004)	120
5. Quadro 3 - Pontos compartilhados de Churrasquinho na Cidade de Maceió	142
6. Mapa 1 – Maceió – Localização	82
7. Mapa 2 – Centro de Maceió	90
8 Mapa 3- Área do Calçadão requalificada e interditada para ocupação ambulante	121
9. Mapa 4- Praça dos Martírios	131
10. Mapa 5- Praça Deodoro – Ponto da Cultura	132
11. Mapa 6– Praça da Catedral	133
12. Mapa 7– Praça Montepio	134
13. Mapa 8– Praça do Pirulito	135
14. Mapa 9– Praça dos Palmares – Tendência atual de concentração ambulante	136
15. Mapa 9 – Pontos de Churrasquinho – em frente ao supermercado	148
16. Foto 1 – Esquina Rua da Alegria com Rua Ladislau Neto	94
17. Foto 2 - Esquina Rua Alegria com Rua Melo Moraes	94
18. Foto 3 - Shopping Popular – espaço interno	108
19. Foto 4 – Fachada do Shopping Popular	108
20. Fotos 5 e 6 – Ocupação do espaço público pelo comércio formal	111
21. Fotos 7 e 8 – Espaços Residuais da Praça dos Palmares	114
22. Foto 9 – Calçadão da Av. Moreira Lima com ocupação ambulante	122
23. Foto 10 – Av. Moreira Lima –Mercado de confecções	122
24. Foto 11 – Calçadão da Rua do Comércio com a presença de ambulantes	124
25. Foto 12 – Pontos de ônibus nas últimas quadras da Rua do Comércio	124
26. Foto 13 – Rua Boa Vista - Pontos centralizados no leito do calçadão	124
27. Foto 14 - Rua Boa Vista - O Ponto das quituteiras	124
28. Foto 15 – Rua do Livramento –Praça D. Rosa da Fonseca, hoje Bar do Chopp	125
29. Foto 16 – Rua do Livramento –utilização das grades da Igreja	125
30. Fotos 17 e 18 - Rua Ladislau Neto – Ponto de Frutas e Verduras	127

31. Fotos 19 e 20 - Rua Joaquim Távora - Ponto diurno e noturno	128
32. Foto 21- Praça dos Martírios - Ponto do Poder Executivo	131
33. Foto 22 - Praça Deodoro – Ponto dos “Dogueiros”	132
34. Foto 23– Ponto de partida para o desenvolvimento da cidade	133
35. Foto 24 - Praça Montepio – Ponto de Prostituição	134
36. Fotos 25 e 26 – Praça do Pirulito –Fluxos e Ponto do Churrasquinho	134
37. Fotos 27 e 28 – Praça dos Palmares – Pontos dos Sapateiros e dos Fotógrafos	137
38. Foto 29 – Praça dos Palmares – Ponto dos Raizeiros	138
39. Foto 30 – Praça dos Palmares – Ponto diurno variado	138
40. Foto 31 – Praça Deodoro – Ponto dos “dogueiros”	141
41. Foto 32 – Rua Augusta – Ponto das frutas e verduras	141
42. Foto 33 – Praça dos Palmares – Ponto do Churrasquinho	146
43. Foto 34 – Rua da Alegria – Ponto do Churrasquinho	146
44. Foto 35 – Chegada do Churrasquinho do Miau ao seu Ponto de trabalho	148
45. Foto 36 – Churrasquinho em funcionamento	148
46. Fotos 37 e 38 – Veículos ambulantes	155
47. Fotos 39 e 40 – Espaços privados abandonados - Frentes de loja apropriadas	156
48. Fotos 41 e 42 - Feira de Passarinho – sobre os trilhos da RFFSA	158

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o produto das observações feitas no cotidiano das cidades contemporâneas, especialmente nos espaços públicos da cidade de Maceió.

Pretende-se analisar as apropriações ocorridas nos usos dos espaços públicos. É uma reflexão sobre o distanciamento dos papéis urbanos tradicionalmente descritos para estes espaços, procurando através desta análise, encontrar lugares que apresentem uma dinâmica condizente com os novos ritmos da cidade atual e que sejam capazes de deter a desmaterialização¹ urbana que estes espaços têm sofrido.

As observações focam as formas de utilização e as apropriações dos espaços públicos da cidade de Maceió através dos que fazem uso deste espaço para o seu sustento.

A partir de um levantamento realizado em espaços públicos tradicionais e de ocupações não programadas de espaços urbanos de Maceió foi verificada a existência de uma diversidade e intensidade de espaços denominados “Pontos” na malha urbana. Eles são alguns dos mais importantes vínculos espaciais que dinamizam a cidade oportunizando encontros e confluências dos mais variados apelos. Apelos públicos, privados, comerciais, habitacionais, industriais, sociais, turísticos, estes lugares possuem em comum, características estratégicas que reunidas configuram espaços com usos específicos.

São lugares apropriados, ou seja, lugares com um uso definido e com um reconhecimento espacial adquiridos através de valores físicos, sociais e culturais que formam um conjunto de fatores definidores deste espaço.

Além disto, os Pontos, como elementos de visibilidade e acessibilidade, em suas escolhas, em suas tolerâncias, em seus conflitos, principalmente nas ocupações informais dos

¹ Desmaterialização descrita aqui como perda da sociabilidade. A “Materialidade” do espaço é a maneira como o espaço é habitado no sentido do conjunto de tudo aquilo que existe no espaço e como ele funciona e interage com a presença humana. Apesar dos espaços sofrerem mudanças e impactos capazes de alterar a sua significação, quando a sociabilidade não é comprometida a materialidade permanece. Este conceito será tratado com mais profundidade na Seção 1 – A Problemática.

espaços públicos da cidade, espalham-se sobre a malha urbana traçando redes que interligam os mais variados setores que compõem a cidade. Permitem, então, a comunicação, os contatos, enfim as trocas urbanas que percebemos estar desaparecendo nos espaços urbanos públicos tradicionais.

Através da observação desta realidade, foi verificado também que o comércio ambulante informal, especialmente o de churrasquinho – espetos de carne assada servidos em barracas móveis (carrinhos) adaptadas – tem ocorrido com frequência em determinados Pontos dos espaços públicos oportunizando uma variedade de alternativas sócio-espaciais não planejadas formalmente. Este fenômeno vem apresentando uma apropriação espacial singular por parte dos comerciantes que se distribuem em diversos locais da cidade promovendo uma diversificação de atividades e novas formas de ocupação do espaço. Este fato se traduz em materialidade nos espaços de uso público através da prática da sociabilidade, das trocas sociais, permitindo o surgimento de novas dinâmicas em espaços e em horários aparentemente desprovidos de potencial ou que perderam este potencial.

A produção desses espaços é analisada como materialização das relações sociais, dos valores ambientais e culturais existentes no interior de cada sociedade, sendo passível de ser apreendida, entendida e aprofundada a medida que se torna elemento visível das relações que a sociedade cria e utiliza para se reconhecer e ser reconhecida no seu processo de desenvolvimento.

A materialidade do espaço é definida aqui como o processo de produção e reorganização do espaço através dos fluxos presenciais das pessoas, permitindo que as relações e as trocas sociais necessárias à sociabilidade aconteçam.

Os espaços públicos de grande circulação de pessoas, como o Centro de Maceió, ao longo de eixos rodoviários, vias de acesso aos grandes equipamentos de consumo, como a Avenida Fernandes Lima e Avenida Durval de Góes Monteiro, dentre outras, às margens de

espaços de lazer, como as praias, parques, estádios e clubes e em quase todos os centros de bairros da cidade, foram percebidos locais com características físicas e características de utilização que, aliadas, têm sido suficientes para despertar o interesse de diversos agentes sociais oportunizando uma diversidade de atividades.

A categoria de comerciantes ambulantes, com suas ocupações provisórias, improvisadas, em lugares que não foram previamente planejados para abrigar as finalidades que se estabelecem, vem surpreendendo pela capacidade de descobrir áreas para o comércio em espaços vistos pela cidade legal como ditos sem potencial. Estes espaços, Pontos, normalmente pequenas áreas localizadas nas bordas definidas da malha urbana, entre o público e o privado, entre calçadas e vias, se revelam como brechas para novos usos, permitindo assim novas atividades no espaço urbano. Estas novas atividades ou novos modos de uso têm potencial para deflagrar antigas práticas na cidade sob novas formas, levando a atualizar conceitos, e também a atualizar o modo de distribuir as diversas atividades desempenhadas nos diversos espaços.

Além destes fatores que definem o Ponto como fixo utilizável (Santos, 1991: 77), percebe-se que existem também trilhas que estes ocupantes do espaço público desenham na malha urbana através dos deslocamentos para seus Pontos comerciais. Estas trilhas são fluxos ou itinerários cotidianos que se tornam comuns ou preponderantes aos ambulantes nos seus deslocamentos entre locais de moradia, de abastecimento e de trabalho.

São estes fenômenos que a dissertação pretende entender e tenta explicar através de seções que estão distribuídas da seguinte forma.

A primeira seção trata da problemática do trabalho – os processos urbanos que contribuíram e contribuem para a desmaterialização dos espaços públicos das cidades contemporâneas e da importância da materialidade urbana como referencial social do homem

em suas relações com o espaço que o cerca. Analisa-se neste capítulo a proliferação de áreas residuais² na cidade.

A cidade cresce, modifica-se e desloca-se em consequência de novas exigências urbanas produzindo, com sua metamorfose, muitos espaços que não se adaptam imediatamente aos novos usos ou que perderam suas funções. Através dos desusos de muitos destes espaços da cidade é que surgem as áreas residuais provocando a desarticulação urbana e conseqüentemente a sua desmaterialização. Mas, ao mesmo tempo em que causam a fragmentação da cidade, são percebidas como espaços com um grande potencial para apropriações das camadas urbanas menos favorecidas. São espaços que rejeitam os modelos hegemônicos e se configuram na escala local, na micro-escala, como elementos de interligação entre o formal e o informal e entre espaços contíguos que não estão conectados. Utilizaremos aqui o conceito de espaços residuais adaptado para a micro-escala, como áreas em desuso e de livre acesso, áreas diretamente ligadas a sistemas de trânsito e passagem mas desconectadas destes serviços e que, em Maceió, surgem em decorrência da implantação de novos fluxos.

Aí se encontram os Pontos dos ambulantes, dos camelôs e o Ponto de churrasquinho, em particular.

O objetivo da segunda seção é conceituar o “Ponto” como lugares de concentração da atividade humana, discutindo conceitos básicos para a compreensão das representações espaciais, urbanas e sociais através das localizações e apropriações do espaço urbano.

² Áreas residuais são áreas urbanas esvaziadas, inutilizadas pelas transformações urbanas que a cidade contemporânea tem passado. São terrenos vagos, bordas, sobras ou áreas subutilizadas ou inutilizadas. Este conceito é tratado aqui na micro-escala da rua. Para descrever estas áreas residuais presentes no território metropolitano contemporâneo, diversos autores utilizam de diferentes termos. A definição do espaço residual em sua origem francesa, “terrain vague”, surge com exatidão em texto de Ignacy de Solà-Morales (1995: 118-123) sob um contexto cultural: uma área sem limites claros, sem uso atual, vaga, de difícil compreensão na percepção coletiva dos cidadãos, constituindo normalmente um rompimento na trama urbana. Mas é também uma área disponível, cheia de expectativas, de forte memória urbana, com potencial original: o espaço do possível, do futuro. O termo “vazio urbano” é mais utilizado por autores europeus e, especialmente, pelos arquitetos holandeses KOOLHAAS e GUST (1999). Nos EUA, os termos “wastelands” e, principalmente, “brownfields” são usados mais freqüentemente por SOUTHWORTH (2001). Sob o enfoque americano, muita informação pode ser encontrada na Brownfield Source Organization [www.brownfieldsource.org]. Finalmente, é interessante ver a aproximação pioneira ao problema desenvolvida por Kevin Lynch ainda em 1981. [Lynch, K. Wasting Away. São Francisco: Sierra Clube, 1981].

Conceitualmente, o Ponto é tratado como referencial físico fixo que permite a cristalização das relações e fluxos no espaço urbano formando uma malha espacial e tecendo uma rede social que proporciona as trocas sócio-espaciais.

Por este motivo os conceitos de nós, malhas, rizomas e redes são referências utilizadas para facilitar o entendimento na conceituação dos Pontos.

O conceito de redes urbanas está mais voltado às questões da infra-estrutura da cidade, tais como redes de transportes, de telecomunicações, de abastecimentos de água e de eletricidade, que, de certa maneira, orientam os fluxos e as localizações.

Aqui, procura-se conceituar a rede urbana que abrange as pessoas e o espaço, uma rede sócio-espacial, híbrida, que teria suas mediações no Ponto e no uso que se faz dele. A seção se detém nesta questão procurando, através dos estudos clássicos sobre malhas e redes urbanas, o entendimento da configuração dos Pontos. O referencial é o pedestre, o transeunte, especificamente o ambulante, em sua rotina diária buscando sua inserção na malha urbana das cidades.

É necessário, portanto, observar como se dá a locomoção destes comerciantes que se deslocam em sua grande maioria a pé pela cidade e pensar em espaços que permitam estes deslocamentos. Procurando principalmente localizar os Pontos específicos do churrasquinho, suas ramificações e seus fluxos na cidade de Maceió, formando uma rede sócio-espacial que se distribui por todas as áreas da cidade.

Para fundamentar teoricamente estas relações busca-se construir uma ponte entre o processo empírico e alguns conceitos utilizados nos trabalhos desenvolvidos por Christopher Alexander, a “semi-retícula”, Kevin Lynch, os “nós” na busca do entendimento da configuração morfológica do Ponto. O conceito de “espaço rizomático” de Gilles Deleuze e Félix Guatari é utilizado como metáfora para entender os fluxos e a rede sócio-espacial que o

Ponto temporário, não fixo, deslocável produz e os estudos sobre a “Teoria da Teia Urbana” que procuram identificar os “processos fundamentais que estão por trás do desenho urbano” (*Salingaros, 1998: 2*).

Os conceitos aliados às observações nos dão elementos para considerar que as configurações, conformações e particularidades das malhas urbanas são os elementos espaciais que, orientados pelos fluxos, propiciam assim o surgimento dos Pontos. As redes sócio-espaciais tecidas através dos Pontos agilizam os contatos físicos de suas intersecções e de seus deslocamentos. Estes Pontos funcionam como a reabilitação dos espaços fragmentados, cerzindo o tecido urbano e materializando áreas abandonadas através dos usos ambulantes.

A terceira seção insere a problemática no contexto espacial – o Ponto nos espaços de uso público, as mudanças ocorridas, os usos públicos e privados. Este capítulo é a tentativa de se vislumbrar lugares que mantenham vivo o conceito de cidade atemporal como amostra da diversidade cultural, social e simbólica e que possam contribuir para a não desmaterialização dos espaços públicos da cidade contemporânea.

A abrangência do conceito de Ponto oportunizando seu surgimento não apenas no espaço privado, mas também no âmbito do espaço público, engendrou uma outra configuração territorial e uma nova economia, flexíveis e dinâmicas, baseadas em reciclagem, comércio ambulante e ocupações provisórias. São sistemas econômicos e sociais auto-organizados, produtivos e eficientes, operando fora dos dispositivos regulatórios. Atividades que demandam o desenvolvimento de táticas e repertórios de ocupação da cidade que são mais observadas, evidentemente, onde o Estado deixa, cada vez mais, de existir como instância organizadora da ocupação e do uso do espaço urbano.

A fronteira entre público e privado, ou sua representação é manipulada quando grupos sociais, na busca de seus objetivos, ignoram a existência de princípios

institucionalizados pelo Poder Público que regulam o equilíbrio no uso do espaço urbano. No estudo da apropriação espacial é preciso destacar com precisão a relação público-privada, para que suas interpretações possam ser coerentes com o objeto em evidência. É isto que pretendemos na quarta seção.

Maceió e o ambulante são os temas da quinta seção, onde se procura inserir o Ponto ambulante no cenário da capital alagoana. Através de um pequeno histórico da evolução da configuração espacial da cidade, do Centro e de seus espaços públicos busca-se entender o que possibilitou o surgimento e a intensidade destes Pontos populares.

Procura-se também desenhar o perfil do ocupante do espaço público, o personagem que viabiliza os Pontos ambulantes, em especial o comerciante de churrasquinho por ter sido, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria que mais cresceu no período (2004-2006). Este perfil é que nos fornece os subsídios para comprovar no empírico a validade do rebatimento teórico. Nesta seção justifica-se a escolha desta categoria social, suas necessidades e quais são as espacialidades necessárias para a garantia de seu ofício.

Esta seção destaca a importância da manutenção nos espaços públicos de Pontos acessíveis a toda a população. Procura-se reabilitar a descontinuidade que os espaços fragmentados da cidade contemporânea têm produzido através dos espaços residuais e responder a um outro questionamento a ser enfrentado que é a função social deste espaço que permite a apropriação do solo sem necessariamente ter a propriedade deste mesmo solo. Questões que condizem com as propostas de desenvolvimento sustentável onde é necessário rever a legislação de uso e ocupação do solo, não só com relação à questão habitacional, mas, também com relação às possibilidades de trabalho e renda, procurando permitir a inclusão espacial dos sem trabalho.

A sexta seção trabalha o fenômeno – a concretização do Ponto. Busca-se no concreto a materialização desta rede de lugares que é feita através da produção e das configurações do Ponto que são decorrentes das necessidades surgidas pelos seus usos e apropriações. Utilizaremos alguns dados da pesquisa do grupo denominado “Convergência Urbana”³ formado por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Pelotas (FAUrb –UFPel) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), , quais sejam:

- . a oportunidade espacial – atributos físico-espaciais, localizações,
- . a convergência - a classificação de agentes que se relacionam no espaço para manter suas atividades,
- . o potencial - no arranjo de grupos sociais que se apropriam dos espaços.

Esta concretização se configura em interconexões, sobreposições ou justaposições de uso que, na pequena escala, permitem novas utilizações. São ferramentas que auxiliam o trabalho como meio para vislumbrar uma dinâmica, uma apropriação e uma estética própria dos ambulantes.

Cabe aqui reconhecer os elementos instauradores dos Pontos, perceber padrões, identificá-los e aprender a reconhecê-los para, eventualmente se trabalhar com eles.

A partir deste reconhecimento, destaca-se a capacidade que o ambulante tem de revitalizar áreas através das práticas do seu cotidiano que lidam com o espaço em movimento. O movimento de montar e desmontar sua banca, o seu percurso, seus diferentes trajetos, a repetição dos caminhos produzindo mapas que se modificam a cada trajeto pela tentativa de burlar a informalidade que lhe é imposta. A experiência desses espaços se faz pela utilização

³ Participam do grupo de Convergência Urbana, pela FAUrb - UFPel: Márcio Midon, Fabrício Mota, Gustavo Oliveira, Luis Eduardo Carpe, Marina Martins, Raul Marques, e Maurício Polidori; pelo Propur Ufrgs: Rômulo Krafta, a Eliane Constantinou e Felipe Gonzáles.

dos lugares que a dinâmica urbana tem abandonado, obedecendo à dinâmica dos fluxos na sua contemporaneidade.

O ambulante, além de se apropriar do espaço através da fluidez do seu percurso, é reconhecido em seus fixos - Pontos. A lógica engendrada para se fixar em locais aparentemente desprovidos de potencial para seu comércio é objeto de estudo por possuir particularidades que até então não se tinha percebido ou haviam sido desconsideradas.

Busca-se nesta seção uma compreensão sistemática, pautada em noções teóricas, do processo singular do tratamento espaço-tempo por parte dos ambulantes, dessa outra maneira de construir o espaço que difere completamente da lógica racional de especialistas da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano-territorial. A apropriação deles se dá no caminho inverso, utilizando-se do que a cidade formal não considera, abandona, ou mantém como espaços de reserva que são seus espaços residuais.

As áreas residuais são os mais contundentes elementos de desmaterialização urbana, desarticulando a conectividade urbana que se reabilita com a presença do Ponto ambulante que, tanto em sua fixação quanto no seu deslocamento, nas ocupações provisórias do espaço público, produz a materialidade que consideramos ser capaz de recuperar a unidade destes fragmentos da cidade.

É a construção da rede material que, se fixando em Pontos das bordas, dos vazios, do desconectado, constroem, juntamente com seus fluxos, o tecido urbano.

Neste ir e vir e nestas fixações é que se vislumbra a contemporaneidade e a importância do ambulante na sua capacidade de reconstruir o abandonado ou o descuidado.

Foram muitas as dificuldades metodológicas enfrentadas, tanto pelo recorte empírico que, por se tratar de população espacialmente móvel, itinerante, limita a obtenção de dados e a elaboração de mapas e tabelas precisas, quanto no enfrentamento do conceito. O

Ponto, apesar de ter uma grande familiaridade com o nosso cotidiano, não tem sido um tema muito trabalhado pelos estudiosos do espaço urbano.

Considerou-se necessário estudar a presença do ambulante e, conseqüentemente, a do churrasquinho em muitos Pontos da cidade. Procurou-se reconhecer as concentrações e considerar as áreas de pesquisa onde os fenômenos aí observados sirvam como uma amostra do que se reproduz em outras áreas da cidade e com outros comerciantes.

A área em estudo envolve o Centro histórico, os principais eixos viários, sub-centros ou centros periféricos, ou seja, onde se encontram as maiores densidades do comércio ambulante de Churrasquinho. Estes locais foram determinados pelas ocupações de modo compartilhado, isto é, locais onde há concentração de mais de um comerciante.

Trata-se de pesquisa de espaço urbano, portanto são necessários levantamentos do meio físico, da ocupação e usos, da tipologia dos espaços públicos, circulação de veículos e pessoas, além do reconhecimento da composição da paisagem urbana. As áreas pesquisadas são extensas, com usos diversos e com população variada. O entendimento da apropriação dos espaços fez-se através de bibliografia e documentação existentes – legislação, normas, relatos dos comerciantes e de usuários dos "lugares-Pontos" e de informações colhidas através de jornais e revistas.

No levantamento de campo, a ocupação dos trabalhadores informais nos espaços de uso público ultrapassava muito aquilo que poderíamos considerar uma geometria linear ou regular. Para agravar ainda mais, ela se transformava rapidamente no espaço e no tempo, o que levou a concluir que o fator tempo, ou, ainda, a velocidade dessa transformação deveriam ser considerados.

Foi um desafio construir uma metodologia de levantamento que caracterizasse, por exemplo, relações instáveis de interdependência, deslocamentos periódicos e inconstantes,

limites geográficos de atuação, entre outras instabilidades da economia informal que desafiam gestões controladoras e/ou autoritárias. A dificuldade de registrar algumas dessas geometrias esbarrou, entre outras coisas, principalmente na tentativa de encarar este comércio sem o estigma de precariedade que lhe é imposto, pela realidade em que está inserido.

Neste trabalho foi necessária a aplicação de vários métodos para proceder à pesquisa de caráter qualitativo sobre os usos e ocupações dos espaços públicos da cidade de Maceió, bem como dos conceitos – Pontos e Fluxos - utilizados para descrever e entender como se dão estas ocupações.

Considerou-se que os métodos de caráter dialético e fenomenológico (ambos aplicados em pesquisa qualitativa) seriam os mais adequados ao trabalho proposto. Os dialéticos por se tratarem de métodos “de interpretação dinâmica e totalizante da realidade” (SILVA e MENEZES, 2000: 27) e por nunca deixarem de considerar os fatos fora de um determinado contexto (seja social, político, econômico ou cultural). Para este trabalho, esses métodos se aplicam, uma vez que a realidade do espaço público e de suas ocupações é dinâmica dentro do contexto evolutivo do processo de expansão urbana.

Já os métodos fenomenológicos, preocupando-se com a descrição direta da experiência tal como ela é, constrói a realidade entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado (TRIVINOS, 1992). Em vários momentos da pesquisa de campo, precisou-se lançar mão de técnicas de observação em que o fenômeno era registrado de modo sistemático, buscando a sua descrição. Mesmo procurando sistematizar ao máximo tais observações, chama-se atenção para as limitações do método relativas à visão do observador e principalmente à sua formação profissional que conduz o caráter das interpretações.

Como metodologia geral do trabalho, buscou-se pesquisar fontes bibliográficas para a referência teórica e histórica do trabalho e documentos para ajudar os dois métodos de levantamento de dados adotados e implementados: O primeiro, a utilização dos “princípios de

escolhas de localizações varejistas” elaborado por Richard Nelson (1958) foram determinantes como forma de escolha e classificação dos lugares-objeto de estudo na escala local e o segundo a pesquisa Convergência Urbana que atualiza os princípios vistos no primeiro método.

No trabalho, a natureza do objeto de estudo o “Ponto” está no caráter dos fixos e fluxos do espaço, enquanto que o problema a ser investigado é basicamente o uso dos espaços públicos. Os tipos de resultados almejados são de natureza prognóstica (estabelecimento de relação causa-efeito), bem como explorativa (identificação de sucessos e fracassos e de elementos estruturadores do espaço), todos em relação ao espaço público e sua utilização pelo ambulante.

Basicamente foram levantadas duas naturezas de dados para esta pesquisa. Os primeiros relativos ao conceito de Ponto e sua materialização na malha urbana da cidade. Para isso foram utilizados como referenciais teóricos os trabalhos que tratam de conceitos como nós, conexões, malhas, redes, rizomas e finalmente a Teia Urbana que materializa as relações humanas no espaço urbano.

Os dados do segundo tipo foram construídos, através de registros fotográficos, observações in loco, questionários e entrevistas aplicadas, confrontando-os com os Princípios de Escolhas de Localizações Varejistas (Nelson, 1959) para comprovar que estas categorias e princípios são abrangentes e podem ser rebatidos tanto no espaço privado como no público. Queremos dizer que os princípios elaborados para o comércio formal atendem também o comércio informal, claro que observando as particularidades de cada classe, pensadas aqui como alternativas à materialização do espaço público. Era necessário atualizar estes princípios, considerando a dinâmica das cidades e das inovações ocorridas no espaço. Para isso utilizamos a pesquisa elaborada pelo grupo “Convergência Urbana” que sintetizam, atualizam e confirmam os Princípios de Nelson.

Fez-se o levantamento de dados para um diagnóstico geral das áreas públicas com maior incidência de ocupações e sua caracterização físico-funcional. Por fim, também se fez o tratamento dos dados temporais, não como uma cronologia das ocupações, mas considerando a ocupação noturna do ambulante de churrasquinho que atua de forma divergente do horário comercial da área.

As análises da evolução das ocupações ambulantes na área de estudo através de documentos históricos e de jornais locais pretendem situar os espaços públicos no contexto do processo de crescimento das ocupações informais e das modificações ocorridas.

O ponto crucial da metodologia se concentrou nas observações, contatos cotidianos, elaboração de fotografias, questionários e entrevistas feitas para acompanhar a rotina destes comerciantes ambulantes. Este período durou dois anos.

A metodologia utilizada incluiu os investigados como sujeitos decisivos para o encaminhamento da pesquisa, que está centrada principalmente em duas vertentes: a dos vendedores ambulantes e a do poder público, no caso os órgãos permissionários.

Para se conhecer a realidade do comércio ambulante de Maceió, especialmente sobre o “Churrasquinho”, foram aplicados diversos questionários e entrevistas com os comerciantes, com os usuários e com o Poder Público – a fiscalização da Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU).

O material coletado levantou informações que serviram de subsídios para o entendimento do trabalho ambulante e de seu referencial espacial, o Ponto, tais como utilização de espaços residuais (aparentemente sem potencial), a heterogeneidade de atividades, a periodicidade dos serviços, a localização, o ponto fixo, os fluxos, as representações, a delimitação de fronteiras, as estratégias de ocupação e de sobrevivência entre outros.

Com relação ao Poder Público, as entrevistas buscam levantar dados para se entender as formas como as políticas municipais lidam com a questão da ocupação do espaço público e quais são as estratégias que estão sendo implementadas.

Os questionários foram aplicados a cento e vinte⁴ ambulantes sendo sessenta de produtos variados e sessenta vendedores de Churrasquinhos.

Entre os sessenta pontos de churrasquinho, foram aplicados quarenta e cinco questionários aos que atuam no Centro e 15 aos que atuam em outras áreas da cidade.

Entrevistou-se dez usuários escolhidos entre os mais assíduos dos Pontos mais tradicionais de churrasquinhos – Rua da Alegria, Praça dos Palmares e Praça do Pirulito.

Além dos cento e vinte questionários e quatorze entrevistas foram estabelecidos contatos com estes comerciantes, usuários e municipalidade em diferentes momentos, principalmente nos enfrentamentos de problemas como remoções e proibições⁵ por parte do Poder Público.

As entrevistas forneceram subsídios para se entender o surgimento do Ponto, formular o perfil do ambulante, analisar os locais mais convenientes para suas apropriações e entender as relações de poder estabelecidas entre os diversos atores envolvidos.

A interpretação das fotos da área de estudo e a elaboração dos mapas tiveram uma sistemática baseada nos seguintes passos:

- Identificação dos tipos de espaços públicos – ruas, praças, calçadões, largos e seus entornos.

- Identificação dos tipos de ocupação privada e pública e suas relações com a localização.

⁴ Este número se refere a 10% (dez por cento) do universo atribuído à categoria de ambulantes que ocupam o Centro.

⁵ Remoção - Transferência dos ambulantes do calçadão para o Shopping popular (13/03/2006).
Proibições – Justiça retira churrasquinho do Centro (09/11/2004)

- Identificação das mudanças sofridas pelo espaço com relação à presença e ausência do ambulante nos locais.

- Identificação das mudanças sofridas pelo espaço com relação à presença do ambulante no horário noturno.

Como resultado, desenvolveu-se a representação gráfica da área de estudo, mostrando as diversas categorias ambulantes e suas ocupações. Esta representação foi feita através da utilização do Mapa Cadastral da Prefeitura de Maceió. Neste mapa foram inseridas, em forma de manchas, as ocupações analisadas.

O mapa resultante é um levantamento dos maiores Pontos de concentrações ambulantes e sua distribuição na cidade. As áreas manchadas foram desdobradas em novos mapas ampliados que foram utilizados como mais um recurso para a abordagem analítica da ocupação:

- analisar documentos dos planos de desenvolvimento realizados, para se ver como neles é tratada a questão da ocupação de espaços públicos;

- analisar os tipos de apropriação urbana do espaço público que propiciam o surgimento de Pontos como método de interpretação para o surgimento de alternativas facilitadoras de outras apropriações;

- analisar a distribuição dos Pontos no Centro da cidade e em outros espaços públicos da cidade de Maceió;

- analisar que fatores influenciam as concentrações de Pontos em determinadas localidades.

Enfim, este trabalho pretende vislumbrar na cidade contemporânea, espaços que permitam vitalidade, materialidade e dinamismo de relações humanas condizentes com o que a sociedade atual e seus ritmos exigem. Esta é a problemática e o objetivo do trabalho.

Seção 1 – Problemática – Usos da Cidade Contemporânea

1.1. Mudanças ocorridas através dos tempos - atualidade e desmaterialização

Os grandes impactos na configuração urbana contemporânea passaram a acontecer no final do século XIX com a revolução industrial e o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade. As indústrias revolucionaram as características das sociedades, as relações de trabalho e, portanto, a dinâmica da vida cotidiana. Desta maneira todas as relações estabelecidas na cidade se voltam a este modelo. O atrativo industrial da oferta de empregos se torna um grande chamariz para as populações rurais que, em busca de melhores condições de vida, provocam a intensificação populacional das cidades.

É neste período que surge o urbanismo, campo do conhecimento criado com a finalidade de estudar e procurar resolver os problemas da cidade industrial e capitalista, das quais destacamos aqui os principais paradigmas da intervenção urbana, tais como:

a) As propostas higienistas e estetizantes do final do século XIX, com o intuito de tornar as cidades mais saudáveis e bonitas, fizeram com que fossem executadas grandes demolições para remodelar determinadas regiões. Grande parte da população que ocupava estas regiões foi removida, agravando com isso os problemas sociais existentes e acarretando indiferenças e desenraizamento das pessoas com os novos espaços públicos que surgem.

b) O planejamento modernista, na segunda metade do século XX, baseado na Carta de Atenas⁶, elaborou projetos com ênfase na cidade fragmentada em espaços funcionais onde a arquitetura e o planejamento seriam definidores da forma física e social das cidades. O resultado causou impessoalidade e isolamento, esvaziando a vida urbana, os encontros, a festa, o uso, a fruição do espaço público, pois planos e projetos urbanísticos, ao utilizarem

⁶ Carta de Atenas – Documento urbanístico que pretendia responder aos problemas criados pelo rápido crescimento das cidades industrializadas.

determinadas formas, práticas e usos espaciais reproduzem a sociedade e favorecem determinados interesses das classes dominantes, mas não são por si só, capazes de mudar a dinâmica urbana.

c) A partir dos anos 60 há uma substituição da ideologia do plano por uma ideologia do lugar onde se busca a identidade cultural, através da valorização dos monumentos, e de pontos específicos e característicos da cidade que a urbanização nos moldes utilizados até então, tanto contribuiu para o descarte destes locais. Esta contribuição tem gerado superficialidade numa arquitetura de cenários e vitrines. São os projetos de revitalização de áreas degradadas, principalmente investimentos em Centros históricos tradicionais.

São experiências estrangeiras, aplicadas como simulacro de uma sociedade que não é a nossa. Entretanto as pessoas têm adaptado os espaços e se apropriado destes, alterando tais usos de forma temporária e intermitente.

Considerando que as cidades são construídas para permitir a proximidade física, as trocas sociais, que chamaremos aqui de materialidade urbana, percebe-se que estes modelos ou planos tratados acima não consideraram a importância das relações significativas do cotidiano, baseadas no lugar físico. Estas relações deveriam ser consideradas e desenvolvidas em paralelo, tais como as conexões das pessoas com os que estão à sua volta, nas vizinhanças, nos espaços urbanos de uso comum. Sem estas trocas sociais a vida cultural perde a visão comunitária de interação da variedade de grupos nos espaços públicos das cidades.

No que se refere aos deslocamentos urbanos, priorizou-se o automóvel esquecendo que grande parte da população não tem acesso a este tipo de transporte. O transporte de massa está muito aquém das necessidades da população por seus custos e itinerários obedecidos.

Um século depois da metamorfose industrial urbana, o universo das grandes cidades deixa de girar em torno de indústrias que, com a automação industrial, empregam cada dia menos pessoas e, passaram a estabelecer-se ou mudaram-se para complexos industriais fora dos limites urbanos, próximas às vias de alta capacidade de transporte de carga e de informação.

A cidade que surge, a pós-industrial, é essencialmente uma prestadora de serviços. Nela, desenvolvem-se as atividades do setor terciário da economia. Tais cidades constituem-se mais como locais de consumo do que como locais de produção de bens. Com esta mudança as áreas industriais urbanas foram sendo abandonadas e transformadas em espaços residuais que, junto aos pátios ferroviários, terrenos recortados por viadutos, áreas portuárias desativadas, ou simples vazios urbanos que aguardam a valorização do solo têm contribuído para a desmaterialidade urbana.

Os espaços residuais como estruturas desarticuladas da cidade se multiplicam. Estão presentes na malha urbana, mas não se articulam, estão sem finalidade, sem atualidade funcional, sem a dinâmica da presença humana, são contíguos, mas estão desconectados, portanto são espaços desmaterializados.

Além disso, o fluxo de informações e as novas tecnologias de comunicação existentes tornam-se tão intensas e eficientes que permitem que o mundo esteja interligado sem que se precise necessariamente de espaços ou de contatos físicos diretos, afetando profundamente a forma de socialização dos seus habitantes. O enclausuramento da população, em especial a classe média, através do uso de tecnologias domésticas e de “auto-serviço”, e o acesso a redes de telecomunicações transformam os espaços de uso público em apenas espaços de fluxos.

Diante desta iminência, percebe-se também que estes “apetrechos” tecnológicos não substituem os contatos físicos, as trocas sociais que dão sentido à cidade e aos seus

espaços de uso público. É neste momento que se procura intervir no espaço, refazendo o seu tecido social através da reativação da memória do cotidiano e dos valores locais, numa perspectiva de que a sua população seja o instrumento de decisão nas mudanças sociais que venham a ocorrer. É a busca da cidade comum, da escala humana, da sua materialidade, pois a cidade nada mais é que o traçado permanente da materialidade. Materialidade que se obtém através da presença humana.

1.2. Materialidade Espaço Público e Ponto

A busca da cidade comum, forma atual de intervenção no espaço urbano, tem como meta a idéia que a vida na cidade precisa ser recuperada. Por isso procuramos formular o conceito de materialidade urbana que está intrinsecamente ligado à utilização que a população faz dos espaços públicos de suas cidades. A materialidade seria a concretização das relações sociais nos espaços de uso público que permitiria a recuperação da vida nas cidades e, conseqüentemente, da sua permanência.

A cidade não é apenas a materialidade construída. O vazio⁷ é o que possibilita a vitalidade urbana, o circular, o elemento de fluxo e reunião, o espaço das relações humanas, enfim, o vazio é o espaço público por excelência, o espaço público como materialidade vivida.

“O vazio é a condição para o livre acontecimento do encontro, o “a través de” necessário para os sucessos e contingências que tornam propícia a vida urbana.” (*Villac, 2001: 1*)

A materialidade do espaço público se dá com a sociabilidade, através da oportunidade do acaso, do inesperado, dos cruzamentos, dos encontros capazes de justificar a dinâmica das cidades e a sua preservação.

⁷ O vazio urbano é o espaço existente entre as construções que se caracteriza e se opõe ao espaço privado. É o que está fora, possibilitando as interligações, o circular, as trocas sociais.

Esta materialidade revela também outras frequências presentes entre os elementos fixos e os fluxos (Santos, 1991: 77) da cidade e que são compartilhadas pela multidão que a ocupa. Olhar o cotidiano das cidades possibilita enxergar as novas dinâmicas, as trocas entre a cidade idealizada e a cidade realizada, a cidade construída e a cidade vivida, onde as observações sobre uma servem para o avanço da outra e vice-versa. Esta interação poderá ser o caminho da redescoberta da materialidade do espaço público e responder a pergunta central da nossa problemática: Como o Ponto, local de reforço da atividade humana, pode contribuir para a materialização dos espaços públicos da cidade contemporânea?

Os Pontos do espaço urbano são lugares híbridos, resultantes das inter-relações entre os fixos e os fluxos nos quais se desenvolve a rotina cotidiana. A partir da questão local, da pequena escala, considera-se aqui que eles são os elementos que, através de suas dinâmicas estimulam a diversidade e são capazes de permitir um retorno urbano à escala humana.

Suas localizações em espaços públicos servem como elo aos fragmentos da cidade. Ocupando áreas que, apesar de disporem da infra-estrutura da rede urbana encontram-se desarticuladas do seu entorno, os Pontos são capazes de corrigir a ruptura do tecido urbano. Essa recuperação se dá através do dinamismo das trocas e das permanências que os fluxos contínuos permitem, recuperando deste modo o tecido e evitando assim espaços desertificados, sem a presença humana, que conseqüentemente produzem a desmaterialização da cidade.

1.3. Os Pontos e as escalas urbanas

O Ponto, por sua ampla abrangência, se configura nas mais diversas instâncias espaciais, como referenciais locais, regionais, nacionais ou globais, conforme o recorte que seja dado. Nesta pesquisa a ênfase é o Ponto na escala local, humana, a pequena escala das

relações diretas do homem com o espaço que o cerca, pois é nesta instância que a escala humana materializa-se no espaço.

A partir desta escala considera-se a importância de permeabilidades e barreiras espaciais ao movimento dos pedestres para que certo tipo de interação social, qualificada como co-presença⁸ aconteça. Permeabilidades e barreiras podem ser examinadas pela forma e o tamanho dos recintos que compõem as áreas livres públicas, pela quantidade de portas ou acessos que dão diretamente para tais recintos e pelos eixos de permeabilidade que os atravessam. Essas características nos permitem analisar o surgimento dos Pontos, as apropriações do espaço urbano quanto às possibilidades de interação social, permitindo a materialidade espacial que se busca analisar neste trabalho.

Também é necessário compreender como as mudanças das escalas espaciais urbanas na passagem da cidade pré-industrial para a cidade pós-moderna alteraram o modo de vida urbano e conseqüentemente o modo como as pessoas utilizam o espaço público. As dimensões das cidades, agora transformadas em grandes concentrações urbanas, fora da escala humana, geram grandes distâncias e as desconexões entre o trabalho e a moradia escasseia a circulação de pedestres e condicionam que estes deslocamentos rotineiros sejam através de transportes.

Esta mudança alterou os atributos morfológicos que aproximavam o espaço público, favoreciam os usos e os referenciais que as pessoas mantinham com seu entorno.

⁸ Co-presença – segundo Faria (2004: 10) a co-presença *hic et nunc* - é a simples “frequênciação” do lugar, o momento insubstituível da dinâmica dos processos de sociabilidade.

1.4. Morfologia e Materialidade

Existem atributos morfológicos que incentivam, possibilitam ou restringem a presença corpórea no espaço e conseqüentemente às interações sociais. Ou seja, há razões configurativas para termos áreas livres públicas cheias de gente ou desertificadas.

Hillier & Hanson (1984) e Holanda (2002) apontam para o papel decisivo de permeabilidades e barreiras espaciais ao movimento dos pedestres para certo tipo de interação social, qualificada também por esses autores como co-presença.

Segundo Kohlsdorf (2002: 6), as cidades brasileiras estruturavam-se até a metade do século XX por unidades morfológicas que mantinham “características incidentes na indução de interação social nas áreas livres públicas, como recintos de dimensões modestas; relação direta entre as áreas públicas e o interior das edificações; eixos de circulação articulados em um único núcleo; integração de atividades nos edifícios lindeiros a tais áreas, e entre os mesmos, por meio do espaço público”.

Estas características eram responsáveis pela hierarquia da identidade cultural expressa nas áreas livres públicas e permitiam uma leitura clara das unidades morfológicas (ruas, avenidas, praças etc.) componentes do tecido urbano.

“Trata-se de uma história urbana cujo período majoritário nos mostra um papel categórico das áreas livres públicas na vida social brasileira. Esse papel transcende diferenças regionais, pois cumpre função de receber práticas cotidianas e cerimoniais que tanto reúnem grupos homogêneos, quanto estabelecem co-presença entre indivíduos econômica e socialmente muito diferentes. Tal fato refere-se às relações de vizinhança, onde nas ruas e praças brincam crianças, encontram-se amigos, procura-se casamento, fala-se da vida alheia, e sabe-se mais do que é divulgado pelos jornais, rádio e televisão. Mas ele também qualifica o centro urbano (lugar cheio de pedestres), os lugares de cerimônias religiosas ou cívicas e de festas públicas, onde o Carnaval é apenas uma delas. Dependendo do caso, são lugares de trabalho informal (do vendedor, do prestador de serviços) e também de algumas lidas domésticas, melhor desempenhadas ao ar livre do que em uma habitação precária. As áreas livres públicas assim qualificadas são meios eficientes de passagem de informação irrestrita e menos manipulada, processo que não prescinde das características morfológicas anteriormente descritas.” (Kohlsdorf, 2002: 6)

Na segunda metade do século XX com a inversão modernista houve uma delimitação imprecisa do espaço público pelo posicionamento isolado dos edifícios, pelas grandes dimensões das áreas livres públicas, pela exclusividade de uma única atividade nos edifícios lindeiros ao espaço público, pela monofuncionalidade de grandes porções de tecido urbano e pela internalização de atividades comunitárias.

Como se vê, a morfologia, possui características que induzem, fomentam ou entram os processos de interação social sendo, portanto, um dos elementos a serem considerados à luz dos processos de apropriação do lugar.

Este trabalho não trata das mudanças morfológicas, mas de como elas podem interferir nos usos e nas possibilidades de apropriação dos espaços públicos.

1.5. Usos contemporâneos, para quem?

A questão dos usos do espaço público na cidade contemporânea vem sendo debatida exaustivamente por vários segmentos da sociedade em consequência da realidade social desigual, das teorias e legislações urbanísticas e de suas implementações. Percebe-se que o resultado obtido pela sociedade ao modificar as suas relações com o espaço, optando por privatizar o público ou pelo menos estratificar este “público” com utilizações segmentadas, tem gerado conflitos que deterioram a qualidade de vida nas cidades.

São inúmeras as consequências decorrentes de uma visão equivocada de cidade-mercadoria que tem descartado os espaços onde todos têm acesso.

Isso se reflete nos atuais discursos sobre a recuperação de espaços públicos centrais. São, em sua maioria, discursos estrangeiros de algumas décadas atrás que, ao serem introduzidos em nossa realidade, servem como justificativa para a ação do Estado que,

atendendo, sobretudo aos interesses do capital, pretendem transformar a cidade em uma mercadoria de onde possa tirar o maior lucro possível.

Autores como Jordi Borja, Nuno Portas, Adolfo Morales, de Los Rios ou Proença Leite (2004) procuram explicar as políticas de revitalização, requalificação urbana, de preservação do patrimônio arquitetônico e cultural e outras. Eles alertam que estas intervenções são excludentes por darem mais atenção às edificações do que às pessoas que as ocupam, além de acontecerem pontualmente no espaço e funcionarem a serviço das camadas da população privilegiadas sócio-economicamente.

Os anseios e aspirações das camadas menos favorecidas não são iguais às necessidades visuais, estéticas da elite intelectual e econômica que vivenciam uma realidade diametralmente oposta à convivida nas áreas deterioradas dos arrabaldes suburbanos das cidades, ou nas favelas que hoje ocupam grande parte do tecido urbano.

Estas desigualdades são um dos fatores preponderantes neste quadro aparentemente caótico, pois ao que tudo indica, existe uma ordem planejada na desordem urbana produzida. Mas é uma ordem que tem se revelado incapaz de vislumbrar as conseqüências negativas a que se pode chegar.

Como o modelo de recuperação de espaços públicos adotado em Maceió, como também em outras cidades, com o objetivo de dar visibilidade às ações dos governos ou atrair investimentos para um determinado lugar, na maioria das vezes eles são implantados em áreas centrais onde normalmente se encontra a maior parte do acervo arquitetônico e simbólico das cidades. Mas são implantados como intervenções físicas apenas, sem a preocupação de incentivar também práticas sociais que lhes dêem conteúdo.

Produzem-se soluções “gentrificantes” através de uma arquitetura do espetáculo. As revitalizações de Centros históricos são iniciativas totalmente orientadas para o turismo

cultural. Estes novos locais não são mais o espaço público das trocas sociais, são estruturas que têm papel determinante na inserção das cidades na economia global:

“Neste caso, os monumentos não podem senão proporcionar processos de identificação circunstancial e efêmera entre os indivíduos, pois que as relações sociais que se estabelecem por seu intermédio perduram apenas enquanto se puder continuar a consumir o ‘objeto’” (Fortuna, 1999: 39).

As teorias estrangeiras, calcadas em realidades diferentes, trazidas para nossa realidade estão sendo apropriadas sem se considerar, ou pelo menos sem se adaptar ao contexto sócio-espacial local, produzindo exclusões de camadas da população que não são consideradas na nova paisagem que se cria.

Os planos diretores urbanos, mesmo elaborados considerando realidades locais, têm negligenciado muitos dados, principalmente hábitos, costumes e necessidades das comunidades-alvo que não estão sendo respeitados para servirem de parâmetros para a cidade que se pretende construir ou manter.

É uma intervenção localizada, fragmentada, que retalha a cidade, deslocando usos, e criando zonas intersticiais, áreas separadas e dispersas que provocam descontinuidade dentro do tecido urbano.

Estas áreas desarticuladas resultam num espaço físico injusto e desqualificado. Injusto pelas desigualdades sócio-econômicas que têm produzido. Desqualificado pelo desinvestimento social que gera, causando como consequência, modificações negativas nos modos e meios de organizar a rotina da vida de seus habitantes, no seu cotidiano e nos seus agenciamentos com o espaço que os cerca acarretando perda de qualidade de vida.

Há um desinvestimento na materialidade, no real e no social, na cidade como um todo. As rotinas sociais se modificam. O cotidiano se robotiza. Não se consideram mais as diversidades e problemáticas locais, justificam-se a violência e a insegurança para esse afastamento e cada dia se obtém mais recursos tecnológicos para que a vida em lugares

privados ou semi-públicos se amplie e, conseqüentemente, fuja-se dos espaços físicos públicos de uso comum.

A desconexão existente na cidade contemporânea, isolando os locais de trabalho dos de moradia também têm contribuído para a descaracterização dos lugares, dando-lhes uma especificidade que se traduz em canalização de investimentos direcionados a uma só categoria. Retrata também a visão privatista da cidade e transforma esses lugares em espaços abandonados e sem utilização fora dos horários preestabelecidos para seu uso.

Além disso, os projetos de cidade e de reestruturação da cidade precisam levar em conta que nem tudo pode ser previsto. Daí a importância de se estudar as formas de utilização não convencional do espaço, através das propostas de reorganizações informais que as pessoas reinventam e que muitas vezes escapam aos planejadores e gestores do espaço urbano.

Os espaços públicos vazios, sem manutenção, sofrendo diretamente as mudanças ocorridas, transformam-se praticamente em áreas residuais em busca de uma nova finalidade, um novo objetivo na cidade.

Mas surgem também como conseqüência de políticas equivocadas que não priorizam, ou não destinam certos espaços determinados para outras funções de cunho social que tanto a realidade latino-americana e a brasileira, em particular, necessita.

Este “esquecimento” ou “desuso” que se traduz em áreas abandonadas, degradadas e perigosas, traduz-se também por ocupações irregulares não pré-estabelecidas, isto é, ocupações que surgem a partir de uma necessidade premente de sobrevivência da comunidade que, excluída do trabalho formal, encontram neste descaso uma alternativa de vida.

A categoria que mais utiliza o espaço comunitário são os mais pobres. São eles os responsáveis pela dinâmica urbana destes lugares, principalmente por necessitarem dele para

sua sobrevivência. Através desta utilização, esta população tem promovido uma revitalização dos lugares de uso público de maneira criativa, oportunizando novos usos, promovendo o surgimento de pontos estratégicos que não estavam sendo percebidos na dinâmica formal dos planejadores, nem nas conceituações sobre o tema espaço público.

As áreas residuais então se configuram como espaços de um potencial imenso, da reconstrução, renovação, revitalização, mudança, da construção de um novo território da vida coletiva, da cidade que está à espreita.

Bancas de revistas, ambulantes, feirantes, palhoças, quiosques, enfim, estes ocupantes do espaço público que se apropriando de um lugar que é de todos, utilizam-no privadamente para vender algum produto ou prestar algum serviço de utilidade para o público.

São nestes espaços públicos residuais que o Ponto se configura através do ambulante que enxerga o potencial de ocupação e de alternativa para sua permanência e se apropria destes Pontos urbanos públicos. Parte desses Pontos se tornarão fixos (comércio estabelecido), outros, aqueles localizados em meio aos fluxos (ambulantes), terão a sua fixidez questionada, combatida, mas também, circunstancialmente tolerada.

Seção 2 – Foco – O Ponto - Conceitos

“O ponto aonde vou não muda de lugar, e esta é a pista, a grande pista para saber qual é o ponto a se perseguir; o belo é chegar ao lugar e à coisa absoluta que não se move, que não troca de posição, que não se altera; o ponto ao lado do qual tudo se nos parece passageiro, se não passageiro, frágil, se não frágil, desimportante, se não desimportante, doloroso; ou ainda tantas outras coisas que se podem dizer.

Não apenas por ser absoluto e imutável este ponto é que se o persegue, mas porque ao não se evanescer ele mostra que não foge a mim, que não se dissolve na minha presença, e mesmo eu não me dissolvo na sua. E eu acredito, e costuma haver quem me diga pensar o mesmo, que ele espera por mim, e que espera por todos que andem na sua direção.” **Alfredo Votta** 23/09/2004 ⁹

2.1. A Produção dos Pontos – Conceitos

Percebe-se no cotidiano, diluídos numa diversidade de polarizações uma dinâmica que está presente em todos os espaços da cidade pela qual chamamos genericamente de **Pontos**: são pontos de referência, de encontro, turísticos, pontos centrais, comerciais, enfim, são todos eles pontos de conexão real do espaço com as nossas rotinas.

Estes **Pontos** são encontrados em todas as esferas urbanas, sejam elas públicas ou privadas, mas adquirem uma maior visibilidade e importância social quando se configuram no espaço público. Aí eles funcionam como brecha espacial capaz de materializar a presença dos nômades da cidade que são os ambulantes, e permitem que estas camadas alijadas do processo econômico encontrem espaços, mesmo que precários, para sua sobrevivência.

A pesquisa parte da questão local, da pequena escala, na constatação de que existem lugares híbridos, aos quais chamamos de **Pontos**, como elementos capazes de permitir um retorno à escala humana, e focá-los em espaços públicos distribuídos pela cidade. Eles são responsáveis pela rotina cotidiana, resultados de interrelações entre fixos e fluxos (Santos, 1997: 77). Estes lugares, apesar de disporem da infra-estrutura da rede urbana encontram-se desarticulados do seu entorno provocando uma fragmentação que pode ser corrigida,

⁹ Alfredo Votta – Músico e poeta paulista (Jundiaí) . Blog na Internet <http://www.alfredovotta.otonos.com/archives/000701.html>

estimulando as trocas entre os lugares, recuperando a continuidade do tecido e evitando assim, a desmaterialização dos espaços da cidade.

“Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos de distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos”. (SANTOS, 1991: 77)

Constata-se também que estes determinados lugares oferecem condições diferenciadas que estão explicitadas fisicamente como encontros, confluências, convergências, cruzamentos, intersecção de trajetórias (de indivíduos), “co-incidências”, por exemplo: “coincidentalmente, havia um churrasquinho no caminho!”.

Estes espaços convergentes, denominados “Pontos”, guardam entre si semelhanças que os caracterizam como uma categoria que, apesar de pouco estudada no âmbito do planejamento urbano, pode estar contida no que Alexander chama de “a chave da secreta e íntima natureza” (Alexander, 1965: 2) responsável pela restauração da vida nos espaços de uso público das cidades contemporâneas.

Ponto de parada, de descanso, de referência, de partida, de chegada...

Este lugar que se presta a múltiplas funções é definido no dicionário Aurélio (1999) como “Ponto: lugar fixo determinado – exatamente, precisamente”.

Como diz o Houaiss (2001), “Ponto” é “lugar determinado, grau pelo qual se mede o valor ou a qualidade de algo, pequeno sinal ou marca”.

No Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1990), define-se “Ponto” como: “elemento geométrico considerado sem dimensões apenas com posição”. Daí pode-se inferir que um “Ponto” é uma posição no espaço. É um fixo no espaço.

“Lugar, sítio fixo e determinado. Lugar onde se vendem determinadas coisas. Detalhe ou particularidade. Lugar de parada, de espera. Fito, alvo, finalidade. Lugar onde se espera alguém ou alguma coisa” (Dicionário Aurélio). Estas são algumas das definições encontradas nos dicionários sobre o “Ponto” e todos se referem a um lugar com um símbolo, um motivo, um objetivo.

Dondis, em seu livro “A Sintaxe da Linguagem Visual”, no capítulo sobre os Elementos Básicos da Comunicação Visual, descreve o Ponto como:

“O Ponto é a unidade de comunicação visual mais simples e irredutivelmente mínima. Na natureza, a rotundidade é a formulação mais comum... Quando fazemos uma marca, seja com tinta, com uma substância dura ou um bastão, pensamos nesse elemento visual como ponto de referencia ou um indicador de espaço. Qualquer Ponto tem grande poder de atração visual sobre o olho, exista ele naturalmente ou tenha sido colocado pelo homem em resposta a um objetivo qualquer” (Dondis, 1991: 53)

O “Ponto” é exposição, reconhecimento, destaque, visibilidade, que se incorpora a um determinado espaço, decorrente do uso, contínuo ou periódico que se faz dele.

É uma representação espacial que, produzida pelas práticas sociais decorrentes do uso e de apropriações, apresenta particularidades que o diferencia, permitindo que seja configurado como categoria do espaço e o habilita a ter definição espacial particular.

Esta representação é consequência de fluxos intensificados. O movimento espontâneo das pessoas oportunizando a criação de nós espaciais que se posicionam e permanecem como um referencial sócio-espacial.

O homem, em busca do entendimento do espaço em que vive, se identifica e identifica o espaço numa relação simbiótica primária. Primária no sentido de primordial, básica. Uma relação arquetípica que remonta às suas primeiras experiências nos seus movimentos mais básicos e que também o acompanha em suas experiências mais elaboradas.

O “Ponto” é a marcação do espaço do cotidiano onde se desenvolvem as rotinas. É o cotidiano do uso cristalizando-se na memória dos que por ele passam, traduzindo este espaço como “Ponto” ou como “lugar”.

“Ponto” e lugar são conceitos espaciais que estão intimamente ligados a dimensões da existência, por isso é necessário diferenciá-los.

O lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) as quais se refere Yi-Fu Tuan (1975).

O “Ponto” pode ser lido através do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1979: 7) "... encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuímos conceitos a essas experiências".

O “Ponto” surge do uso mecânico do espaço que, por repetições de trajetos, induz ao condicionamento de uma prática ou de uma rotina. Esta rotina incorpora referências ao arcabouço mental do homem, através de associações decorrentes dos seus sentidos.

O “Ponto” é o espaço apropriado, pois é, sobretudo, o espaço referencial de uma prática, de uma vivência. Ana Fani Carlos diz que:

“... ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu ir e vir, no uso, para a vida o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam.” (Carlos, 1996: 81)

No “Ponto”, os fatores físicos (espaciais), sociais e simbólicos separadamente são apenas possibilidades de apropriação. Estes fatores precisam acontecer em paralelo, no conjunto dos elementos culturais para que o Ponto se concretize. Enxerga-se o Ponto então, como elemento germinador do lugar.

. Nós e Pontos

O “Ponto” se caracteriza geometricamente pelo cruzamento de linhas. No espaço esses cruzamentos são assimilados através da perspectiva da nossa corporeidade isto é: localização, posição, mobilidade ou fixação.

Em uma outra perspectiva que abrange a interação com os objetos e/ou com as pessoas ele é assimilado através das possibilidades de coincidências, intersecções de trajetórias (de indivíduos), convergências, cruzamentos, diminuições de percursos. Para que o Ponto se configure é necessário que ele seja reconhecido e inserido espacialmente. Ele se justifica através de um conjunto de fatores como espacialidades e representações que complementam e concretizam o seu surgimento. Espacialmente são as malhas do tecido urbano que oportunizam a sua materialização. Em termos de representação são as redes, produzidas e produtoras das relações sociais que o concretizam.

Decorrentes destas perspectivas devem ser consideradas as características espaciais que viabilizam o “Ponto”. São elas a acessibilidade, a visibilidade e a legibilidade que se encontram descritas na obra de Kevin Lynch:

“Os pontos nodais são focos estratégicos nos quais o observador pode entrar; são tipicamente conexões de vias ou concentrações de alguma característica. ... as pessoas ficam mais atentas em tais lugares e percebem os elementos circundantes com uma clareza incomum.” (Lynch, 1997: 80)

“Os pontos nodais podem ser importantes mesmo quando sua forma física é vaga e indefinida...” (Idem: 80)

“... são os pontos de referência conceituais de nossas cidades.” (Idem: 80)

. Malhas

O desenho urbano é um campo da arquitetura que tem como finalidade propor soluções espaciais ao uso, ao mesmo tempo em que procura explorar racionalmente todas as potencialidades (físicas, econômicas, ambientais, culturais, etc.) existentes nas cidades. Ele

pode ser entendido, num primeiro enfoque, como um conjunto de sistemas físico-espaciais relacionados com sistemas de atividades de seus usuários. A qualidade do desenho urbano influi positiva ou negativamente no desempenho das atividades do homem.

O padrão urbano utiliza-se de recursos espaciais que são obtidos mais comumente através das características geográficas, como curvaturas, declividades, correntes de ar, insolação, linha costeira, etc. São também obtidos pelas execuções humanas como ruas, praças, etc. que são elementos potenciais para definição das malhas urbanas e, conseqüentemente, para o surgimento dos “Pontos”, onde eles surgem, onde são mais duradouros, onde se viabilizam.

Segundo Hillier e Hanson (1984), a forma espacial cria o campo de prováveis encontros e co-presenças dentro do qual nós vivemos e nos movemos e, quer ela leve ou não à interação social, este campo é por si só uma importante fonte psicológica e sociológica.

Os “Pontos” são favorecidos pela conformação e arrumação destas malhas urbanas que permitem que estas aglomerações se materializem. Uma malha reticulada que permita mais confluências e contatos variados é óbvio que vai permitir uma maior dinâmica no tecido urbano, pois possibilita um maior fluxo. Mas, apenas estas confluências não são capazes de criar ou recuperar vitalidade no tecido urbano e conseqüentemente oportunizar sua materialidade.

“Também poderíamos chamá-la de legibilidade ou, talvez, de visibilidade num sentido mais profundo, em que os objetos não são apenas passíveis de serem vistos, mas também nítida e intensamente presentes aos sentidos.” (Lynch, 1997: 11)

A intensidade de uso reforça a materialidade. Isto é, hábitos, métodos, trajetos, costumes que são reconhecidos através da sociabilidade, tornam legíveis a concretização dos Pontos.

Christopher Alexander (1965: 3) reconheceu que falta algo essencial às cidades artificiais se comparadas às antigas e passa a investigar o princípio ordenador básico que as distingue.

Criticando as cidades artificiais, ou seja, as modernas, planejadas, ele constata que apenas o equilíbrio da escala, a variedade morfológica, ou a alta densidade destas cidades não traduzem “o princípio abstrato de ordenação” que as cidades antigas, naturais, possuem.

Como diz o autor “a secreta e íntima natureza” da cidade está na variedade e intensidade de estímulos e contatos que sua malha física permite e que as concepções modernas ainda não conseguiram encontrar.

“...em Berkeley, à esquina das ruas Hearst e Euclid, existe uma mercearia, e em frente desta um sinal luminoso de trânsito. À entrada da loja há um expositor de jornais onde se colocam os jornais diários. Quando cai o sinal vermelho as pessoas que aguardam para atravessar a rua, param despreocupadamente junto ao sinal e como não têm nada que fazer olham para os jornais expostos e visíveis do lugar onde se encontram. Umás lêem apenas os títulos, outras chegam mesmo a comprar o jornal.

Resulta daqui que o expositor dos jornais e o sinal luminoso se tornam interdependentes. O expositor, os jornais que estão nele expostos, o dinheiro que vai das algibeiras das pessoas para a caixa de moedas, as pessoas que param junto ao sinal e lêem os jornais, o sinal luminoso, os sinais elétricos que fazem com que a luz mude e o passeio em que as pessoas estão formam um sistema – todos estes elementos funcionam em conjunto.” (Alexander, 1965: 3)

Esta variedade de elementos que, por diversas combinações se interligam mutuamente, forma sistemas variados. Uns sistemas proporcionando mais combinações outros menos, mas mantendo entre si uma interdependência.

O sistema “é um conjunto de elementos tornados coerentes e cooperantes por ação de qualquer tipo de forças internas unificadoras”. A unidade se obtém das forças que mantêm juntos estes diversos elementos e da dinâmica do sistema vivo que a contém. O resultado disto se caracteriza como “Ponto” e sua:

“... coerência como unidade vem-lhe quer das forças que mantêm juntos os seus elementos quer da coerência dinâmica do sistema vivo mais vasto que a inclui como parte fixa invariante.” (Alexander, 1965: 3)

A condição “fixa invariante” é inerente à espacialidade que contém o Ponto sendo, portanto, condição para sua materialização física.

É necessário que se veja cada ponto de cruzamento dos fluxos cotidianos no espaço urbano como um potencial nó ou Ponto que encontre referencial nas malhas espaciais e na rede social.

2.2. Espacialidades, Representações Urbanas e Sociais.

Para facilitar a compreensão procura-se entender o Ponto através de dois eixos conceituais que abranjam e estruturam, se não a totalidade de suas características, pelo menos uma grande parte delas, permitindo assim que se entenda a dinâmica destes lugares através da abordagem sobre a apropriação e a representação desses espaços.

Os eixos são as espacialidades e as representações urbanas. As espacialidades são os fixos, pontos e as representações urbanas os fluxos. Estes eixos formam um sistema caracterizado aqui como Rizoma¹⁰, um conceito que, a meu ver, traduz a dinâmica ambulante, um organismo vivo e perfeitamente inserido no espaço da cidade, apenas com uma dinâmica diferente.

A partir destes eixos, percebe-se a teia urbana que, ao mesmo tempo em que é malha espacial é também rede social que envolve, estrutura e dinamiza a cidade. São níveis que se interrelacionam, atuando ou sendo suportes para a materialidade da cidade e serão tratados a seguir.

. Espacialidades

“A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”. (SANTOS, 1991: 74)

¹⁰ Conceito apresentado por Deleuze e Guatari em seus trabalhos de filosofia onde diz que um rizoma são raízes em nós. É uma malha, não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo.

As espacialidades são as arrumações espaciais onde se concretiza o Ponto, suas localizações, configurações, enfim a linguagem física que demarca o espaço social. Para compreender esta dinâmica procuramos referenciar o nosso corpo como ponto de partida para que, a partir dele, possa-se avaliar a possibilidade de se replicar para outros elementos e em outros sistemas.

O nosso corpo é a referência primordial e nossa primeira apropriação do espaço. Nossos sentidos e nossos movimentos realizam os fluxos da rede corpórea. A dimensão corpórea, a dimensão dos nossos sentidos e movimentos são os delimitadores desta rede de fixos e fluxos que se organiza a partir do entendimento do espaço que nos envolve. As experiências do olhar, com as experiências tácteis, olfativas, auditivas tecem uma rede de informações fluidas que obtemos e que através do nosso corpo e de nossos movimentos vão formando um arcabouço dos referenciais espaciais que nos circundam, nos influenciam e nos capacita a fazer reconhecimentos.

Os órgãos dos sentidos proporcionam ao ser humano perceber o mundo. Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais da visão do que dos demais sentidos, pois ele é predominantemente um ser visual. Entretanto, dependendo da cultura o órgão mais importante pode variar.

Yu-Fu-Tuan (1980) classifica a linguagem de sinais e símbolos que o homem, através do seu corpo constrói para se relacionar entre si e com a realidade externa através de alguns processos mentais como:

Racionalização: aplicação de regras lógicas no **cotidiano** do ser humano. – A importância das rotinas.

Escala da percepção humana: o ser humano tende a ver os objetos do meio ambiente de acordo com o tamanho do seu corpo e a capacidade do seu aparelho perceptivo – Importância da relação entre escala urbana e escala humana.

Segmentação: os seres humanos tendem a segmentar os contínuos da natureza – Surgimento dos “Pontos”.

Oposições binárias: a mente humana organiza os fenômenos em pares opostos, como por exemplo, vida-morte, terra-água, fixo-fluxo, etc. – A lógica que infere que a existência de um elemento materializa a existência de seu oposto - “Ponto” e fluxo.

Substância e esquema cosmológico: uma forma de associações como resposta à necessidade de ordem para estabelecer relações entre os fenômenos. Organizações sociais.

Simbolismo e esquemas cosmológicos: um símbolo é uma parte que tem o poder de sugerir um todo, trazendo à mente uma sucessão de fenômenos relacionados entre si. Estes são orientados pela cultura – Formação de identidades.

Psicologia espacial e simbolismo: as pessoas tendem a estruturar o espaço com elas no centro e em zonas concêntricas, as demais. Centralização do poder em torno de si. Importância da experiência do vivido.

. Representações sociais

Além das intervenções concretas do homem no universo real, tratadas acima, estão também as representações sociais. O conceito de representação social trata da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), mas trata também de incorporar outros signos, como conhecimento imediato, esquemas de inteligibilidade, classificações, memória, ideologia, valores, expectativas.

“Representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989: 36)

Quando se pretende compreender as representações que constituem o “imaginário” da cidade, significa dizer também que se procura entender as transformações nas relações sociais a partir das quais essas representações são constituídas.

Além de apresentar múltiplas funções, distinção de grupos, delimitação de espaços, entre outras, as representações sociais são elaboradas como uma instrumentalização para a ação política e, isto se dá mediante interesses e necessidades específicas de determinados grupos. Seja na defesa de interesses materiais imediatos, seja na defesa de valores culturais, corporificados nos costumes e nas tradições, ou ainda, na defesa de ambos simultaneamente.

Enxerga-se o Ponto como o lugar da prática social, onde se reúnem as espacialidades e as representações urbano-sociais. O desenvolvimento deste trabalho busca discutir como o “Ponto”, na representação metonímica do ambulante do churrasquinho, no seu viver na cidade, imprime nela suas marcas, suas características, seus modos de viver, que são, afinal, os aspectos que moldam grande parte da cidade, dando-lhe uma determinada “cara”, dando-lhe vida e materialidade.

Os vendedores ambulantes são considerados por Jorge Ramos de Dios (2004: 2) como imprescindíveis para a valorização simbólica da cidade, como também são imprescindíveis em toda a representação urbana, pois eles também constroem a cidade. Nas palavras de Armando Silva (2001), constituiriam "uma sobrecarga imaginária na cultura urbana, (...) parte de uma densa rede simbólica em permanente construção e expansão".

. Representações Urbanas

Existe uma outra rede urbana que é feita de movimentos e sensações que engendram as representações urbanas. Através desta rede aprendemos a ler os códigos e imagens específicas da cidade. As imagens urbanas despertam a nossa percepção na medida

em que marcam o cenário cultural das nossas rotinas e a identificam como urbana: o movimento, os adensamentos urbanos, os transportes, o ruído, o tráfego, a verticalização.

Nestas imagens, é exposta a linguagem urbana através da qual encontramos e deciframos os códigos que regem o nosso cotidiano.

Na busca pela compreensão do Ponto, é necessária a compreensão da cidade e apreendê-la também nas formas pelas quais ela é pensada pelos sujeitos sociais que nela habitam que a constroem e dela se utilizam. Vale dizer, portanto, apreendê-la não só no campo da espacialidade, mas, também no campo das representações elaboradas por esses sujeitos. As representações apresentam-se sob os mais variados matizes, que dependem da classe social ao qual o sujeito pertença, das experiências vividas na cidade, dos valores trazidos de seu local de origem, das relações travadas com as instituições políticas e/ou sociais, das relações de trabalho estabelecidas e das condições de vida experimentadas.

O conceito de representação urbana foi apreendido de Lucrecia D'Alessio Ferrara que faz uma distinção entre imagem da cidade e representação urbana. Para esta autora, a imagem da cidade, tal como enfocada por Kevin Lynch e Amos Rapoport, entre outros, tem como base perceptiva o registro visual e, na realidade, trata-se de uma imagem cultural congelada da cidade. Não corresponde à realidade urbana que acolhe outros componentes socioculturais. As imagens organizam-se como paisagens, reconhecendo apenas os pontos significativos e desconsiderando a cidade que abriga o cotidiano de seus habitantes e seu modo de vida. Para suprir esta lacuna, Ferrara introduz o conceito de representação, que exige uma verdadeira operação cognitiva, interpretando os signos que decorrem e representam o próprio urbano enquanto objeto de conhecimento, a partir das relações socioeconômicas, hábitos culturais.

. Espacialidades Apropriadas

Como dissemos anteriormente as espacialidades são os fixos. O fixo, Ponto, materializa-se através da apropriação de um determinado espaço por pessoas que dele se utilizam. A apropriação ocorre gradualmente quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos tomam um local como “sua propriedade”.

“Apropriação é o espaço da cidade qualificado, informado pelo uso; cidade como espaço habitado, vivido, qualificado, modificado: espaço socializado, espaço social” (Ferrara, 2000: 123).

A princípio, o indivíduo é que irá adaptar-se ao meio, analisando o espaço em todas as suas características. Através de todos os seus sentidos, sua mente formará uma imagem própria, com as características do local e mais algumas dadas pela sua percepção, que irão variar de acordo com a cultura e o nível social em que cada um de nós viveu e/ou vive.

“A sintaxe da imagem urbana é um desafio visual da percepção que a registra, flagrando-a. Essa visualidade é proporcional à familiaridade com que se desenvolve a relação diária do usuário urbano com aqueles elementos, ou seja, é mais ou menos distinta e percebida quanto mais é distinguida pelo olhar habituado ao cotidiano das suas características visuais. Percebe-se a imagem à medida que é reconhecida, descrita e identificada. Ao lado dessa percepção visual e como característica que qualifica a cidade, a imagem manifesta, na sua sintaxe, um encadeamento de qualificações e, ao mesmo tempo em que as ordena, vai se tornando mais complexa”. (Ferrara, 2000: 119)

Essa “imagem própria” do lugar torna-se mais clara à medida que o indivíduo, inserindo-se dentro dele, obtém a noção real das suas dimensões e da proporção de seu corpo em relação a este determinado espaço. Além disso, o indivíduo, através dos seus sentidos, começa a decifrar os elementos distintivos dos códigos urbanos, tais como: cores, formas, texturas, volumes, localização, tempo histórico, seus ruídos e seus cheiros, que poderão trazer várias informações, tais como, se o local é movimentado, se há trânsito, pessoas, máquinas, crianças, animais, ou qualquer coisa que esteja ali. Através do tato ele percebe se faz frio ou calor, se há circulação do ar ou não.

A medida que se reconhece o local a apropriação começa a acontecer. O indivíduo que antes era obrigado a adaptar-se ao meio começa a fazer adaptações ao local. Surge então uma simbiose, onde pessoa e lugar vão depender um do outro reciprocamente. A apropriação fica legitimada, quando o indivíduo ou o grupo de indivíduos mantêm essa simbiose com o local.

Mas a apropriação vai muito além da imagem própria descrita acima. A apropriação nos fornece a imagem e o uso da cidade, e a partir destes elementos conseguimos descobrir a identidade da cidade e de seus Pontos.

O conjunto destes processos mentais materializa o Ponto como espacialidade. O ser humano racionaliza o espaço cotidiano de acordo com a sua escala e a sua posição tanto física, quanto política e social no mundo. Ele se localiza obedecendo a uma ordem e a uma lógica de associações espaciais, e para reconhecer este espaço tende a segmentá-lo.

. Redes – Articulação de um traçado, desenhando um trajeto de relações com a cidade.

Imagine-se uma rede de pescar, com linhas se entrecruzando, formando um nó, um ponto de encontro, e formando outro nó, outro ponto de conexão e assim por diante. Quando falamos de organizações que se articulam no padrão de rede estamos dizendo que as relações internas, dos elementos que as formam, se dão como numa rede, a partir de conexões, Ponto a Ponto, no espaço e entre as pessoas e instituições. Quando olhamos o espaço procurando ver nele o padrão da rede, estamos colocando nosso olhar nas relações, nas conexões.

São redes espontâneas, que derivam da sociabilidade humana. Estão presentes o tempo inteiro, apenas não costumamos focar nosso olhar sobre elas, para vê-las como um sistema vivo e dinâmico, mas são elas que dão sustentação às nossas vidas e as produzem diariamente. Outra característica deste padrão é a horizontalidade. Linhas horizontais são

linhas deitadas, estendidas, paralelas ao horizonte. São relações onde não há subordinação, onde não existem pessoas que mandam e outras que obedecem.

Segundo o Observatório Tecnológico de Redes de Integração Regional (OTRIR)¹¹, a base do conceito de redes é a constatação da diversidade de pontos, de uma heterogeneidade fundamental no espaço e no tempo. Estes pontos não são abstrações geométricas, porém elos ou nós territoriais - locais de referência, poder e tomada de decisões. Estes elos são locais físicos onde atuam vários atores, onde se planeja e desenvolve suas ações.

A rede articula o “Ponto” pelo conjunto heterogêneo de locais e de referenciais que se somam numa cadeia que proporciona a articulação da cidade.

A manutenção da materialidade dos espaços públicos se concretiza nos múltiplos nós da rede que, trazendo para o contexto da cidade, podemos denominar como “Ponto”, um lugar que pode ser considerado tanto como um produto das interconectividades virtuais como também das físicas, das redes urbanas, sejam elas de pessoas ou objetos.

Não podemos falar de Pontos se não inseridos em seu contexto: as redes. Cada ponto nodal não é apenas um receptor de informação, mas também um produtor de sua própria rede de mediações.

Uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida é a do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de organização de todo e qualquer sistema vivente.

No seu estudo filosófico sobre redes, Daniel Parrochia (1993: 90) parte da química do século XIX, que deu origem ao conceito pela busca dos princípios de ligação dos elementos químicos, passa pelas estradas e ferrovias, até chegar aos meios digitais de

¹¹ O objetivo do OTRIR é formar uma organização permanente de caráter transnacional, constituída por uma rede de centros de monitoramento regionais. www.usp.br/fau/dephistoria/labaraq/portugues/observatorio.html

comunicação. Ele assinala que “o princípio fundador das redes está em garantir flexibilidade e agilidade para a comunicação entre pontos distantes, oferecendo uma multiplicidade de itinerários com as derivações necessárias.”

A rede que se distribui na cidade, criada pelos ambulantes, se configura como uma rede aberta que possibilita milhares de outras conexões. A horizontalidade, outra característica da rede, permite que estes comerciantes concretizem a sua busca de um trabalho autônomo, sem patrão, onde eles enxergam além da alternativa de sobrevivência, a possibilidade de ascensão social.

Para se materializar esta rede necessita de espaços físicos. As malhas urbanas dão o suporte para que as redes sociais se materializem.

. Rizomas

O rizoma (da junção grega *rhiza* + *oma*, que significa o que está enraizado) é um conceito multifacetado, com várias aplicações e significações. Pensamos o rizoma (metáfora que recorre a imagem de bulbos e tubérculos) como uma estrutura complexa e múltipla que através de sua potência e mobilidade seria capaz de apontar e conduzir novas perspectivas de *agenciamento* (conceito Deleuze-Guatariano). Deleuze e Guattari (1995: 32-33) resumem assim as principais características do rizoma:

“Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria (n+1). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consciência e do qual o Uno é sempre subtraído (n-1). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. [...] Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a

um mapa que deve ser reproduzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. Contra os sistemas centrados (e mesmo poli centrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema a-centrado não hierárquico e não significativo, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. [...] Um platô está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs. Gregory Bateson serve-se da palavra “platô” para designar algo muito especial: Uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior.” (Deleuze e Guattari, 1995: 32-33)

Para Deleuze e Guattari (1995: 15-16) "um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas”.

Existem alguns princípios considerados no Rizoma que transpomos para os princípios inerentes à caracterização do “Fluxo” e do “Ponto”, sob a perspectiva do ambulante: Princípio de Conexão e de Heterogeneidade, Princípio da Multiplicidade, Princípio de Ruptura a-significante, e Princípios de Cartografia e de Decalcomania. Sabemos que transposições feitas entre conceitos de estruturas lógicas (rizoma) e dinâmicas sociais são perigosas no sentido de relacionar uma formalização abstrata com o mundo real e suas próprias dinâmicas, o que nem sempre tem correspondência. Mas o “Ponto”, possui a hibridez que percebemos como necessária para se entender a cidade rizomática contemporânea.

“1º. e 2º.: Princípios de conexão e de heterogeneidade

“Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo para justificar sua existência. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. Num rizoma, ao contrário, cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, espaciais etc.” (Deleuze e Guattari 1995 :15)

“Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetam às artes, às ciências, às lutas sociais”. (Idem: 16)

Este princípio define bem a cadeia ambulante que no seu trajeto, em seus fluxos estabelece conexões diversas que são mantidas espacialmente e como representação.

3o.: Princípio de multiplicidade

“As multiplicidades são rizomáticas.” (Idem: 16)

“Uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade.” (Idem:17)

“Não existem Pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (Idem: 17)

A multiplicidade do ambulante, com sua diversidade estética, de usos, de arrumações, de relações, caracteriza o rizoma onde os seus Pontos são diluídos e reconstruídos nas linhas dos seus trajetos.

4º.: Princípio de ruptura a - significativa

“Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas.” (Idem: 18)

“Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização que ele foge sem parar.” (Idem: 18)

Com todas as quebras sofridas pelo processo de informalidade, de ilegalidade, de exclusão social sofrido pelos ambulantes eles se recuperam e refazem as suas diferentes ramificações. E impossível exterminar o processo, pois ele sempre se recompõe. Eles formam um rizoma social do qual a maior parte pode ser destruída sem que ele deixe de se reconstruir.

5º. e 6º. : Princípios de cartografia e de decalcomania

“Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer idéia de eixo genético ou de estrutura profunda”. (Idem: 21)

“Do eixo genético ou da estrutura profunda, dizemos que eles são antes de tudo princípios de decalque, reprodutíveis ao infinito. Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução”. (Idem p.21)

“O rizoma é mapa e não decalque... O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social.” (Idem: 22)

O processo social do ambulante coloca em jogo pessoas, grupos, artefatos, com todos os tipos de associações que pudermos imaginar entre estes elementos. Ele é caracterizado principalmente por uma “provisoriedade permanente”. Ele é provisório com

relação ao espaço, por estar espacialmente sempre mudando sem se fixar e permanente com relação ao tempo, por sempre voltar, sempre existir.

No primeiro estágio de análise, parte-se de constatações formais simples: as bancas ambulantes, fixas ou não, são compostas de fragmentos. A aglomeração de bancas forma labirintos, cria fluxos, estes, por sua vez, se desenvolvem pela cidade como rizomas.

Suas próprias localizações, no espaço público, nas ruas, revelam o caráter fluido de suas pontuações.

Foucault (1986: 16) diz que: “Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo.”

. Fixos e Fluxos – Nós e Conexões - A Teia Urbana

Nas leituras, sob a perspectiva da rede, é necessário compreender como se desenvolve a estratégia do fluxo com que os modos de produção e de comunicação se estabelecem em tais espaços e que realça a condição nômade do ambulante.

Algo que se atualiza constantemente por intermédio de deslocamentos reais entre locais de trabalho, locais de moradia, põe em movimento toda uma complexa estrutura rizomática que permeia a cidade. O ambulante em seu trajeto cotidiano movimenta também junto a si e à sua atividade todo um sistema que envolve a família como colaboradora no processo de produção do produto que colocará a venda, os locais e os fornecedores onde compra os produtos para revender. A clientela que consome seus produtos e serviços.

O itinerário onde se relaciona e troca informações com os diversos elementos sociais que por aí estão é que determina o seu espaço.

Desta maneira, as diversas malhas e redes (físicas e sociais) não estariam em níveis dissociados, mas se interligariam umas com as outras em unidades híbridas nas quais a fixidez de Pontos justapostos ou sobrepostos e distribuídos na malha urbana se fundiria com uma outra dinâmica fluida, a dos movimentos característicos de uma cidade.

Graças a essa “sintonização” em diferentes frequências, historicidades ou temporalidades do cotidiano se pode ter a possibilidade de desvelar, mesmo que provisoriamente, outras camadas potenciais do espaço urbano, reconhecido como complexo de redes de aproximações, de aglutinações e de relações sociais na produção dos “Pontos”.

Os “Pontos” são lugares do espaço que permitem outras frequências. Eles surgem através das repetições de ações em jogo no próprio cotidiano, definindo não mais um espaço que se prevalece apenas da forma e/ou função que o organizam, mas que também integram os diversos substratos da própria condição de vida dos habitantes.

Nesta dinâmica procura-se apreender sinais que estejam dissolvidos nas rotinas do cotidiano. A existência dos fixos e dos fluxos é que permite o surgimento do “Ponto” como o elemento físico das redes físico-sociais. O Ponto é a interconectividade dos fluxos, é o fixo ou o vínculo oportunizado pelos fluxos. É o cruzamento de fluxos. Sua configuração híbrida entre espaço concretizado e representação interpenetra nestes dois mundos tornando-se um espaço interconector de duas realidades: a urbana e a social, contribuindo para o equilíbrio de forças que coexistem neste novo enxergar a cidade e que permitem e possibilitem interações físicas, cognitivas e sociais. Ou seja, interações que influenciam micro e macro sistemas sobrepostos por camadas de outras redes que produzem e fazem parte de outras dinâmicas escondidas na repetição de ações que ocorrem nas atividades cotidianas da cidade.

Nas interações, os fluxos acontecem objetivando e sendo objetivados por um fixo. Estes fixos: Pontos, que nem sempre são permanentes, mas podem ser também temporários ou deslocáveis, permitem sobreposições e justaposições de usos, não pedindo novos espaços, mas podendo infiltrar-se nos já existentes, sendo cada ponto nodal não apenas um receptor de informação, mas também um produtor de sua própria rede de mediações.

Pode-se exemplificar claramente a experiência ambulante nas ocupações de “Pontos” temporários e deslocáveis, infiltrando-se em espaços residuais que funcionam como elementos de ligação entre público e privado e entre fluxos possibilitando as trocas sociais.

A transformação dos “espaços-lugares” em apenas “espaços-fluxos” tem gerado uma cidade onde a escala humana está desfocada, as distâncias estão ampliadas, os lugares estão desarticulados impossibilitando que as pessoas enxerguem o espaço público tradicional como o lugar da sociabilidade.

Quanto mais os espaços públicos são vivenciados socialmente, mais eles tendem para o familiar, para o reconhecido e permitem que mais Pontos se materializem.

A vivência permite que estes espaços não sejam excluídos. A exclusão, no sentido do não uso, da indiferença, causa não apenas estranhamento, mas uma distorção na percepção de sua realidade, resultando em locais que permitem que a violência e a degradação dominem, pois não há controle do que acontece, nem são conhecidas suas rotinas e faces próprias. A falta da vivência dos espaços de domínio público é a causa de sua desmaterialização.

Diz Salingeros (1998: 1) que o desenho urbano tem mais sucesso quando ele estabelece certo número de conexões entre nós de atividades. A teia urbana consiste de todos os elementos exteriores e conectivos, tais como áreas de pedestres e áreas verdes, muros, caminhos de pedestres e ruas, com capacidades crescentes que variam desde uma ciclovias até

as vias expressas. Demonstra-se também que a teia urbana não pode existir sem um número mínimo (e muito grande) de conexões.

“Sem suficiente complexidade, a cidade é morta; se há complexidade sem suficiente organização, a cidade se torna caótica e impossível de se viver.” (Salingaros, 1998: 2)

Seu texto está tão próximo do que a pesquisa objetiva, que as citações aqui serão uma constante para justificar a permanência da prática ambulante nos espaços públicos. Fazemos uma ponte entre os conceitos de Fixos e Fluxos com os de Nós e Conexões, buscando aproximar a diversidade da conformação das redes sociais com as configurações das malhas urbanas.

Os processos que geram a teia urbana podem ser resumidos em torno de três princípios.

“1) **Nós**: a teia urbana é ancorada em nós de atividades humanas cuja interconexão constitui a teia. Há distintos tipos de nós: casa, parque, trabalho, loja, restaurante, igreja, etc. Elementos naturais e arquitetônicos servem para reforçar os nós de atividades humanas e seus caminhos. A teia determina o espaçamento e o projeto das construções, e não vice-versa. Os nós que estão muito afastados uns dos outros não podem ser conectados por caminhos de pedestres.

2) **Conexões**: pares de conexões se formam entre nós complementares, e não entre nós semelhantes. Os caminhos de pedestres consistem de pequenos pedaços retos entre nós; e nenhuma dessas seções deve exceder certo comprimento máximo. Para acomodar múltiplas conexões entre dois pontos, alguns caminhos devem ser necessariamente curvos ou irregulares. Muitas conexões coincidentes congestionam a capacidade do canal de acesso. Caminhos de sucesso são definidos pelas bordas existentes entre regiões planas contrastantes e se formam juntos aos limites destas.

3) **Hierarquia**: quando lhe é permitido, a teia urbana se auto-organiza criando uma hierarquia ordenada de conexões em vários diferentes níveis da escala. Ela se torna multiplamente conectada, mas não caótica. O processo de organização segue uma ordem precisa: começando pela menor escala (caminhos de pedestres) e progredindo para escalas maiores (vias de maior capacidade). Se algum nível conectivo estiver faltando, a teia é patológica. A hierarquia raramente pode ser estabelecida imediatamente.” (Salingaros, 1998: 4)

Cada elemento no contexto urbano tem um significado, desde que se relacione às atividades humanas. Os nós urbanos, segundo Salingaros (1998), não necessitam de grandes estruturas ou de monumentos. Eles podem ser o ambulante de churrasquinho, leve e modesto. Os nós devem atrair as pessoas por alguma razão, então o churrasquinho será um nó somente

se nele também houver uma atividade bem definida. Em contraposição, grandes construções ou monumentos que não reforçam a atividade humana não interagem e isolam-se da teia urbana.

O autor analisa que desde a década de 40 os planejadores urbanos seguem regras objetivando criar um projeto com um alto grau de regularidade geométrica, ao menos nos centros urbanos, baseado freqüentemente, em idéias estilísticas arbitrárias que frustram tanto os nós quanto as conexões. Ao simplificarem as formas, ignoram os nós de atividade humana. Como resultado estas atividades, que deveriam ser determinantes para definir as formas, têm que ser ajustadas a uma base pré-existente, já construída, que não pode sequer ter a ilusão de acomodá-las.

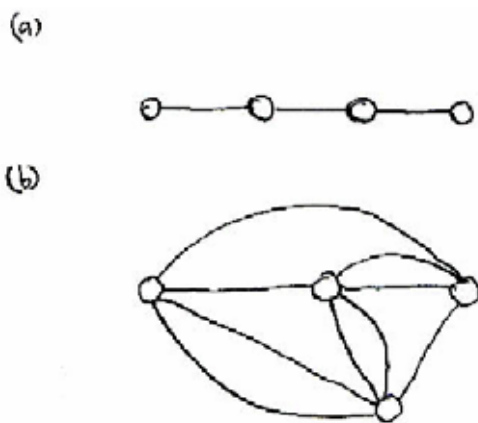


Figura 1. (a) quatro nós localizados de tal forma que parecem "regulares" olhados de cima, mas essa regularidade impede tudo o que for além de conexões mínimas. (b) múltipla conectividade entre os mesmos quatro nós vistos em planta. (Salingaros, 1998: 3)

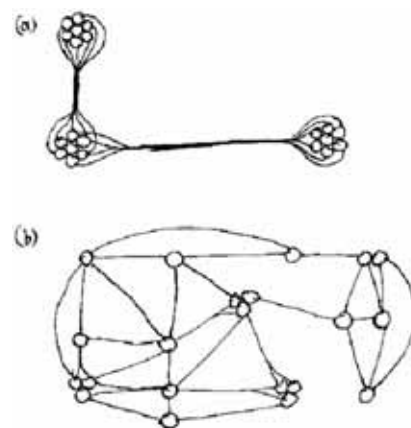


Figura 2. Super concentração de nós e conexões criam uma situação singular: (a) os nós são concentrados em 3 agrupamentos separados e são forçados a seguir por dois canais. Essas conexões excedem a capacidade de carga dos canais. (b) os mesmos nós distribuídos em conexões que funcionam muito melhor. (Salingaros, 1998: 6)

As conexões funcionais entre nós de atividades humanas são padrões altamente complexos que não podem ser tratados apenas em termos das simetrias.

Tanto a localização dos nós quanto as conexões entre eles devem ser otimizados para a atividade humana. As conexões permitem que se alcance facilmente qualquer ponto, preferencialmente através de muitos diferentes caminhos. A regularidade geométrica no

projeto, embora seja útil como princípio organizador não diz muita coisa sobre seu resultado prático. Um ambiente urbano ordenado que esteja fortemente conectado, normalmente parece irregular em planta.

“É a complexidade organizada de uma teia urbana em funcionamento que determina a sua forma geral, e não o caminho inverso (ver Figura 1). A organização combina múltipla conectividade com um ordenamento hierárquico. Uma parte da teia urbana pode parecer organizada, mas ser desconectada. Por outro lado, outra parte pode parecer desorganizada no projeto, e mesmo assim ser altamente conectada e funcional.” (Salingaros, 1998: 5).

Com relação a estabilidade contra a perda de conexões, as linhas curvas possuem uma intensa gama de possibilidades enquanto que a linha reta ligaria apenas de um modo. À medida que você tem mais e mais caminhos, mesmo que você corte a ligação entre eles, a cidade ainda funciona.

É a lógica ambulante que diversifica sua geometria cotidianamente, permitindo sempre novas possibilidades. Com outras possibilidades evita-se concentrar o fluxo em apenas um canal ou via, congestionando-o.

Salingaros diz ainda que a estrutura de pequena escala é a que na verdade garante a vivacidade humana da cidade, enquanto as conexões de grande escala facilitam o movimento numa escala muito maior.

Estas teorias do desenho urbano são o suporte físico, que ao lado da semiótica e da filosofia são necessárias à montagem de um espaço que é ao mesmo tempo configuração e representação sócio-espaciais e que permitem o entendimento do Ponto como lugar materializado.

Seção 3 – Contexto – O Ponto nos Espaços Urbanos de Uso Público

Referências Pontuais

Pollenya Pontes

O “Ponto” está na paisagem como foco,
convergência

O “Ponto” está no espaço como nó,
Articulação

O “Ponto” está no território como centro,
Apropriação

O “Ponto” está no lugar como germe,
Localização

O “Ponto” está no espaço público como alternativa,
Socialização

3.1. Usos Públicos e Privados

Os domínios entre o "privado" e o "público" são de fundamental importância para a compreensão dos espaços analisados (Pontos). Até porque as fronteiras entre o conceito de público e o de privado, por vezes se faz meio confusa, quando se refere ao aspecto de apropriação espacial dos lugares e aos usos que transformam a paisagem cotidianamente. O domínio público pode guardar traços de privado de acordo com o grau de acesso e da forma de supervisão de quem faz uso do espaço.

“A natureza do uso e de quem o usa define se o espaço é público ou privado, diferenciando-se de acordo com os interesses e as necessidades daquele que, como usuário do espaço, dele se apropria.

Então, aparece em primeiro plano, o espaço aberto como sendo coletivo, como sendo espaço público, e o espaço construído, como sendo espaço privado. Mas, se for definida aqui, a rua como o espaço público por excelência, não se poderá, por isso, ignorar que a rua pode ser privada, quando o uso privado acontece na rua.

Assim, percebe-se que a identidade de um espaço é a identidade de seu usuário ou de seu uso sendo, portanto, uma identidade social. Espaços públicos ou semi-públicos também podem se tornar privados, quando ocorre a apropriação deles, ou seja, um grupo de pessoas define e dita suas regras de uso.

Tais demarcações territoriais variam de simples convenções a legislações, o que quer dizer que o caráter público de um espaço pode ser questionado pelo seu uso, seja este temporário ou permanente.” (Yamada, 2001: 1)

Os conceitos de público e privado adotados neste trabalho para a interpretação do espaço público e de seus usos e ocupações vêm inicialmente de Hertzberger (2003). Ele os compreende em termos relativos como várias qualidades espaciais que se referem ao acesso, à

responsabilidade, à relação entre propriedade privada e o controle ou orientação de determinadas unidades espaciais. Este autor define como área pública a que é acessível a todos a qualquer momento e cuja responsabilidade é assumida comunitariamente, ao contrário da privada cujo acesso é limitado pelas pessoas que por ela se responsabilizam.

A distribuição e tipos de espaços livres privados¹² ou seja, áreas de lazer ou circulação privadas (áreas de shopping-centers, condomínios fechados, parques de diversões privados e outros) também condicionam o uso dos ambientes livres públicos. A concentração de áreas livres privadas, pode se relacionar com a degradação ou mudanças de usos de áreas públicas próximas, transformando a paisagem urbana local, através de um contexto social novo, seletivo, abrangendo troca ou introdução de hábitos dos prováveis usuários.

Sobre estes conceitos merecem destaque as questões levantadas por Faria (2004: 6) que inclui a idéia de espaço “comunitário” fazendo uma distinção fundamental entre o que é “público” e o que é “comunitário”. Ele considera que apesar do “público” e o “comunitário” serem formas sociais correlatas a forma “público” “não engendra diretamente configurações estáveis dos espaços”. Apenas o compartilhar comunitário é capaz de produzir espaços apropriados, resultados do agir, de atos mecânicos e rotineiros que produzem o espaço social. Este é o espaço que denominamos Ponto e é o conceito que será adotado no desenrolar da pesquisa.

“São duas as atitudes básicas do “ser social”. Inicialmente, compartilhar comunitariamente a existência nos seus diferentes âmbitos e níveis. Depois, agir como individualidade mais ou menos autônoma sobre as formas estabelecidas da existência. Dessas atitudes básicas nós podemos possivelmente deduzir duas posições, duas formas sociais ou entes que, ontologicamente, lhe são correlatas. Estas são, respectivamente, a “comunidade” e o “público”. Ambas relevam de alguma forma de sociabilidade pública. Diferem pelo fato que a ação, tendendo sempre a transcender as limitações do simples compartilhar, eleva as formas deste a um novo patamar de possibilidades sociais a cada interação. Mas, isso não acontece o tempo todo. Ainda que o “público” seja uma forma potencializada da comunidade, ele é circunstancial. Efêmera, a forma “público” não engendra diretamente configurações estáveis dos espaços. Apenas o compartilhar comunitário engendra espaços apropriados a uma continuidade no tempo.” (Faria, 2004: 2)

¹² Espaços livres privados – Espaços de acessos relativamente livres, mas que estão sob o domínio do privado.

Com relação ao caráter de publicidade/visibilidade de alguns espaços urbanos categorizados como “públicos” é necessário observar a função que ele desempenha no âmbito das relações sociais.

“Aprender os significados do espaço público e do espaço privado depende não apenas do contexto de espaços construídos ou não, mas do contexto de percepção dos limites através da vivência social.” (Yamada, 2001: 1)

Através dos dois autores acima (Faria e Yamada), evidencia-se que os conceitos de público e privado são importantes questões a serem consideradas nas discussões relativas ao entendimento do Ponto, principalmente no que se refere às apropriações dos espaços estudados. Nas análises técnicas das áreas livres estudadas e na conceituação do Ponto, a noção de público e privado é muito relevante no que tange às especificidades comportamentais dos usuários e à divisão dos ambientes conforme o uso.

Antes de distinguir a natureza de cada espaço, é necessário distinguir também que tipo de classificação está sendo utilizada. O espaço pode ser estudado tanto do ponto de vista do uso quanto da propriedade. Quanto ao uso, o espaço urbano é dividido em individual e coletivo e quanto à propriedade o espaço pode ser público (municipal) e particular – individual e coletivo.

Em Martin Heidegger (in Choay, 1979: 347) observa-se uma unidade com relação a estes dois conceitos. Esta unidade sofre uma ruptura com o advento do capitalismo e suas relações de acumulação e exclusão, produzindo, o que se percebe hoje, um distanciamento entre o que seja uso e propriedade.

As políticas de desenvolvimento sustentável tentam reverter este distanciamento concentrando-se nas questões de regularização fundiária e em novas regras de utilização do espaço público por entender que “habitar e cuidar”, “uso e propriedade” são conceitos que se desenvolvem conjuntamente.

Outra derivação é quanto à possibilidade de acesso, ela mesma derivada das relações de propriedade, como explica Jussara Basso:

“Os espaços abertos e fechados alternam-se numa rede que compõe o espaço urbano e que dá suporte à vitalidade da cidade. Tanto os espaços construídos fechados quanto os espaços abertos podem ser – quanto a possibilidade de acesso – classificados em domínio público, semi-público, semi-privado ou privado.” (Basso, 2001: 1)

Nesta classificação só no espaço de domínio público o uso é generalizado. Todas as outras classificações sofrem limitações de uso.

Linda Gondim (2001: 924), afirma que o espaço público é definido não só pelo acesso aberto, mas também pela natureza das atividades que nele se realizam, pertinentes ao bem-estar da comunidade.

3.2. Metamorfoses do espaço – o comum, o social e o público

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Henri Lefèbvre, (1974: 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos.

Geraldo Faria diz que:

“... estamos classificando as práticas sociais em duas ordens teleologicamente distintas: aquelas orientadas para a reprodução social – o compartilhar – e aquelas orientadas para a mudança social – o agir. São elas que determinam, em última instância, o estatuto de social ou de público dos espaços da existência.” (Faria, 2004: 6)

Os espaços públicos, hoje projetados para a sociabilidade coletiva, se enquadram como espaços orientados para a reprodução social – o compartilhar – mas são criados para serem utilizados por públicos específicos, empobrecendo a dinâmica da variedade social que permite que se reconheça uma sociedade. Justifica-se esta uniformidade como necessária para

um maior controle da violência urbana e, com conseqüência, retalha-se o tecido urbano através das especificidades que se dão ao uso do solo, através de zoneamentos, setorizando classes e grupo sociais e gerando exclusões, onde o poder de organização e de barganha é que vai determinar a qualidade e a permanência destes espaços públicos.

A qualidade ou não dos espaços públicos se revela em sua manutenção, em seus usos ou desusos e em seu status (conceito) como espaço comum, social ou público. A permanência se justifica na apropriação que se dá por seus atores.

Um outro fator que é decisivo nesta mudança de usos é a dimensão de nossas cidades. As metrópoles, obrigando o homem a ritmos frenéticos, lidando com a questão do tempo como elemento determinante para a sua sobrevivência, fragmenta ou compartimenta a vida de modo que se perde a noção do todo. Estabelece-se então, uma impotência com relação a poder influir ou decidir nos rumos que se possa tomar.

“Para que exista o espaço público é necessário que ele manifeste a pluralidade das posições sociais efetivas da sociedade” (Faria, 2004: 7).

Esta fragmentação dificulta ou impossibilita a existência de um espaço que revele todas as nuances de uma sociedade e que conseqüentemente justifique a sua materialidade.

O que vemos nos novos arranjos espaciais criados é um privilégio de algumas camadas da população que estão inseridas no padrão capitalista de consumo, criando parcerias público/privadas que direcionam os investimentos para favorecerem apenas a algumas camadas da população.

As camadas mais favorecidas da população utilizam de mecanismos de acesso a espaços (controles explícitos e não explícitos, barreiras visíveis e invisíveis, códigos visuais, lingüísticos e outros) que aliados à questão do consumo de alto custo inviabilizam a prática democrática destes espaços para toda a população. Estes novos espaços seletivos,

evidentemente não traduzem as idiossincrasias da sociedade como um todo, pois descarta grande parte de sua população que também possui uma ética e uma estética que fazem parte da cidade.

O espaço público tradicional, em consequência disto, tem sido colocado à deriva dos investimentos urbanos, sofrendo uma pauperização, sendo espaço freqüentado apenas pelas camadas mais pobres da sociedade que os transformam em espaços de moradia e de sobrevivência.

Para esta camada da população, o espaço público continua sendo o espaço possível do compartilhamento, da sociabilidade, apesar de fragmentado socialmente.

É neste espaço que o Estado estabelece normas e regras para sua funcionalidade, adequando-o às mudanças que a sociedade impõe.

Deste modo se evidencia a dinâmica de espaços que anteriormente se justificavam por seus fins e a necessidade de adequá-los às novas arrumações sociais. Mas não se pode desvinculá-los de ser o que são: espaços de sociabilidade, de publicidade que, por lidarem com as diferenças e contradições do homem, onde ocorrem os conflitos sociais, não podem prescindir de um sistema de referências éticas que permita a sua apropriação.

3.3. Pontos e Espaço Público

A origem dos espaços comunitários obviamente se confunde com a origem das cidades, mas durante muito tempo estes espaços foram meros instrumentos de ligação entre lugares. No Brasil e consequentemente em Maceió eles eram caracterizados como caminhos, junto aos largos e rossios, e seus traçados obedeciam às necessidades da circulação de mercadorias.

Estes caminhos foram se consolidando como espaços de uso comum à medida que sua população intensifica os fluxos e os hábitos de o utilizarem para a circulação, para o trabalho e mais adiante para a sociabilidade como os largos e o rossio.

Desenvolvendo seus fluxos e hábitos a população descobre os potenciais dos lugares fixos denominados “Ponto” – lugares de permanências - principalmente como espaço da exposição, da visibilidade e a partir daí engendra engrenagens que favorecem o entendimento e a utilização desta vitrine das diferenças que é o espaço público. Os “Pontos” do espaço público são concretizações naturais destas engrenagens.

Que configuração os espaços de uso público possuem que favorece a sua marcação, a sua pontuação, o surgimento e a permanência dos Pontos? Os Pontos dos espaços públicos são espaços urbanos de maior visibilidade e permeabilidade social da cidade e que, por conta disso, obtiveram nas duas últimas décadas um aumento expressivo na incidência de apropriações pelas camadas mais carentes da população. A maior visibilidade é consequência, óbvio, de se estar em espaços onde todos têm acesso e por onde todos fluem entre os lugares mais ou menos fixos e determinados. A permeabilidade social dos espaços de uso comum da cidade provém de uma maior integração social, onde o espaço reforça e permite que as trocas entre as diversas classes sociais possam acontecer.

O espaço público se configura pelas edificações, pelo traçado urbano e pelos elementos naturais que o compõe. É caracterizado também pelos investimentos em infraestrutura como saneamento, água, energia elétrica, redes de telecomunicações e outros que permitem que o espaço se desenvolva condizentemente com os avanços tecnológicos. Mas é caracterizado, principalmente neste enfoque, pelos usos que o homem faz desse espaço e das relações sociais que ele estabelece permitindo a materialidade da cidade.

Na dinâmica urbana, as mudanças no espaço público se dão particularmente no âmbito dos usos. São mudanças que implicam em valorizações e desvalorizações que se dão ao uso do solo.

Estes fatores foram determinantes para a configuração da malha urbana no Brasil, em Maceió, e conseqüentemente em seu Centro e em seus espaços públicos.

3.4. O espaço público apropriado

Dirigindo o olhar para as ruas e calçadas da Cidade de Maceió, espaços de articulação da cidade que funcionam como elementos de suporte dos signos urbanos, é que se insere o personagem – o ambulante. A intensidade de suas ocupações no espaço de domínio público, transformando-o em estabelecimentos comerciais temporários, nômades, numa interação entre propriedade e apropriação revela a verdadeira dinâmica urbana: a materialização do público e do privado concentrados num só espaço.

Na busca de um lugar para chamar de “seu Ponto” e na necessidade do movimento para se fazer ver, é que se traduz a importância deste lugar - “Ponto” e desta trilha – “Rede”, que juntas proporcionam visibilidade e articulação, tão necessárias à atividade do ambulante e tão evidentes na malha urbana.

São eles que ajudarão a esclarecer suas escolhas e como se dá a apropriação dos “Pontos” que ocupam.

Diz Milton Santos que:

“Em nossos dias o espaço é apropriado ou, ao menos, comandado segundo leis mundiais. Desde que ele possa encontrar leis de funcionamento na escala das sociedades interessadas, as formas de evolução serão completamente diferentes assim como diversas as possibilidades de planificação.” (Santos, 1986: 61)

No caso específico do Ponto de Churrasquinho, estes espaços são ocupações provisórias que se configuram nas quatro possibilidades de acesso – domínio público, privado, semi-público e semi-privado - e se caracterizam por serem ocupados pelas camadas menos favorecidas da população que se apropriam destes espaços de maneira singular para prestar algum serviço e / ou vender algum produto.

Considerando a realidade de Maceió com relação aos seus atributos físico-espaciais, observa-se que estas apropriações se dão em espaços públicos, ou fronteirços entre o privado e o público, dotados de uma infra-estrutura que, ocupados de maneira provisória, resultam num espaço híbrido de alto potencial comercial. A condição desse comércio, além de ser um recurso para driblar o desemprego, a falta de oportunidades e a vigilância dos comerciantes estabelecidos, baseia-se num saber empírico que enxerga potencial em atividades a serem desenvolvidas em lugares estratégicos da cidade.

Através do levantamento das ocupações do espaço urbano pelos vendedores de churrasquinho, pode-se observar que eles proliferam e se distribuem por toda parte da cidade. Eles estão nas áreas comerciais do Centro, na periferia da cidade, nos bairros populares, nos de classe média e nos bairros de alto poder aquisitivo evidenciando que não existem escolhas por nível social ou econômico. Sua clientela é formada pelas mais diversificadas faixas sociais, estabelecendo diferenças apenas em suas localizações. A dinâmica da urgência que as camadas mais pobres desenvolvem para sobreviver tem oportunizado o surgimento de novas apropriações que surpreendem pela criatividade em descobrir nas brechas¹³ de uma malha já totalmente apropriada novas alternativas de utilização do espaço.

Os ambulantes revelam na sua apropriação a carência e a miséria em que vivem, utilizando-se de materiais, os mais singelos possíveis, numa criatividade que explicita sua imensa necessidade, mas também seu senso de oportunidade e de improvisação. É assim que

¹³ Brechas – espaços residuais fronteirços, bordas ou sobras que são percebidos com potencial urbano para determinadas utilizações.

se apropriam do espaço público. Uma apropriação que a estética urbana formal tenta excluir, esquecida que é a própria dinâmica urbana contemporânea quem a produz.

Apropriações, mesmo em caráter precário, reavivam a percepção espacial, além de enfatizar vínculos com a região e evidenciar outras concepções de propriedade pública e privada, diferentes das convencionais: de poder e posse absolutas da terra, que permitam rearticulações de espaços inscritos a uma progressiva conscientização do significado das expressões pessoais e ou coletivas.

3.5. A configuração do Ponto no Espaço Público

O comércio ambulante, que é conhecido pela história como o primeiro modo das trocas acontecerem, assumiu formatos diferentes, quer na forma de mercados temporários ou feiras, quer como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e o próprio ambulante perambulando pelas ruas em busca de consumidores.

A possibilidade das trocas, do comércio é o que conduz os ambulantes, e os espaços públicos se tornam os espaços de maior atração, que se vê com alguma disponibilidade.

Fundamental para o ambulante é o ir e vir, o itinerário, a articulação, um roteiro de deslocamentos onde cria pontos da sua presença em seus traçados. Pontos estratégicos para seu comércio e onde é reconhecido por seu trajeto. Trajeto que lhe proporciona visibilidade, acessibilidade e articulação.

O comércio informal ambulante é tido como a atividade comercial que se exerce em local não fixo, com permanência transitória, dependente da demanda de fluxos, no espaço público (ruas, praças, calçadas) ou privado, desenvolvida sem cadastro em órgãos fiscais e

repartições públicas competentes. Quer dizer que não atende às normas estabelecidas para o comércio oficial ou formal, tais como pagamento de impostos ou porte de licenças.

Apesar de a expressão setor informal vir resistindo às críticas e restrições, por parte do poder público e privado, que lhe vêm sendo feitas ao longo de mais de três décadas de intensificação dessas atividades, reconhece-se que se trata de um termo limitado e impreciso. Sobretudo quando é considerada a heterogeneidade das atividades que compõem o conjunto da categoria e principalmente o sentido ambíguo que a denominação possui.

Parece haver um setor informal que se contrapõe a um setor formal: duas economias paralelas dentro de um mesmo sistema. A constatação de que as atividades ditas informais se encontram articuladas com a economia organizada, mostra que a denominação continua prevalecendo pela não obediência às normas legais estabelecidas tanto em relação ao uso e ocupação do solo (localizações) como a pagamentos de impostos, obtenção de licenças, etc.

Trata-se, entre outras, de uma forma de comércio também conhecida como comércio de rua e/ou comércio ambulante, sendo os seus agentes indistintamente chamados de ambulantes ou, mais freqüentemente, camelôs. Os termos: comerciante de rua e comerciante informal são usados neste trabalho como sinônimos, mas é necessário que as expressões camelô e ambulante sejam destacadas em suas especificidades espaciais.

No que se refere aos ambulantes, à primeira vista, descortinam-se duas “categorias” bem demarcadas que seriam os ambulantes: os que não se fixam, aqueles que vendem “de porta em porta”, tendo suas mercadorias de empresas, de pequenos produtores ou de sua própria produção com territórios delimitados a certo percurso. E a outra categoria, os camelôs: aqueles que estacionam em um Ponto determinado da cidade e vendem de tudo, desde passe de ônibus até produtos contrabandeados.

Entretanto, aos poucos, essas duas categorias vão se mesclando e se diluindo num emaranhado de relações intrincadas. As dificuldades em caracterizar os comerciantes de rua decorrem, em parte, da própria inconsistência conceitual do tipo de atividade em que estes agentes se encontram inseridos, muito embora se reconheça que esta atividade é, dentre as informais, uma das que reúnem os critérios usados para definir o informal.

Para além dos vínculos estabelecidos pela própria natureza do trabalho e pelos modos de ocupação espacial dessas duas categorias, estabelece-se outra característica comum em sua lida no espaço urbano: ambas são alvos de uma legislação específica, elaborada pelo poder público, de acordo com os interesses do empresariado, que tenta controlar e, em determinados momentos, coibir as suas atividades.

No caso específico desta pesquisa, que prioriza o estudo do Ponto como apropriação, é necessário diferenciar os conceitos de camelô e ambulante no âmbito de suas ocupações do espaço. Estas conceituações são destacadas, pois são tratadas como tipos de Pontos de comércio. A partir de trabalhos de campo realizados, tanto na área central como na periférica, percebe-se que na prática e na linguagem utilizadas pelos mesmos, existem algumas diferenças importantes:

Os primeiros, os camelôs, têm ponto fixo, definido na via pública ou lugar determinado pela Prefeitura, vendendo suas mercadorias em barracas padronizadas, de melhor qualidade. Na grande maioria, possuem autorização oficial para trabalhar, recebendo um credenciamento.

O segundo grupo, os ambulantes sem ponto fixo para comercializar os seus produtos, podem estar a cada dia num ponto diferente da área central, circunvizinha ou áreas estratégicas como vias de grande movimento e centros de bairros. Suas mercadorias são mais baratas do que as negociadas pelos camelôs e mais fáceis de serem transportadas, principalmente por eventualmente precisarem escapar da fiscalização caso não possuam

nenhuma autorização da Prefeitura. Instalam-se nas praças públicas, na frente de estabelecimentos comerciais, com ou sem autorização do proprietário dos mesmos, ou em qualquer brecha espacial possível.

“Por ser economia de rua, depende, como é natural, exclusivamente do espaço público. Deste ângulo, não pagam aluguéis, mas apenas taxas municipais, quando são legalizados. Nesta territorialidade, caracterizam-se ainda, em variados casos, por nomadismos: conforme o calendário de eventos, deslocam-se para onde há concentração de pessoas, conforme o horário de entrada-saída: jogos de futebol, escolas etc. Em alguns casos, há continuidade noturna. Estes são os genuínos ambulantes.” Yázigi (2000: 184)

Estes “Pontos”, como já foi dito, estão relacionados a usos. Os Pontos privados no espaço público são áreas ocupadas por pontos comerciais e de serviços dos ambulantes. Quanto à forma pela qual a atividade é exercida, os ambulantes classificam-se em¹⁴:

a) Efetivos - os que exercem suas atividades carregando junto ao corpo a sua mercadoria ou equipamento e em circulação que vendem “de porta em porta”;

São alguns deles: - os ambulantes de tabuleiro, de balaio, de fogareiro.

b) De ponto móvel - os que exercem suas atividades com auxílio de trailers, prateleiras, veículos automotivos, de propulsão humana ou similares, ou, ainda, equipamentos (barracas) desmontáveis e removíveis, parando nas vias e logradouros públicos;

São alguns deles: - Ponto de jogo do bicho, Ponto das quituteiras, Ponto das frutas, Ponto do churrasquinho, Feiras, etc.

c) De ponto fixo - os que exerçam sua atividade em quiosques ou barracas não removíveis, em locais designados e com equipamentos previamente determinados pela respectiva Administração Municipal.

São alguns deles: – Ponto de banca de revistas e jornais

- Ponto de confecções

¹⁴ Classificação adaptada pela autora do Decreto Municipal nº. 40.342 de 21/03/2001 que regulamenta a Lei nº. 11.039, de 23/08/1991, que disciplina o exercício do comércio e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo.

Os Pontos públicos são espaços naturais ou edificados que por suas características são referenciais urbanos ou são pontos da cidade determinados pelo Poder Público como apoios para o seu funcionamento.

Ex.: Pontos Referenciais - Pontos Turísticos, Pontos Históricos, etc.

Pontos Funcionais - Pontos de táxi, Pontos de Ônibus, etc.

Seção 4 – Conflito - Privado e Público ou Formal e Informal

4.1. Valor de Uso e Valor de Troca

Villaça (2001) diz que nas economias de mercado com propriedade privada da terra, um terreno incorpora dois bens, ou duas mercadorias: um pedaço de terra e uma localização. O primeiro é estático e varia pouco ou nada ao longo do tempo; caracteriza-se pelas dimensões e forma do lote, sua topografia e as características físicas, isto é, o valor do produto em si. O segundo - a localização ou os atributos locacionais - varia intensamente ao longo do tempo. Este valor é produzido pela aglomeração. São as localizações que inserem determinada área na aglomeração. Entende-se, então, que a localização é o valor de uso da terra.

“A localização ou Ponto é o valor de uso produzido pelo trabalho coletivo dispendido da construção da cidade” (Villaça, 2001: 74)

Para Marx, o trabalho é um processo de valorização: sendo o espaço, e tudo o que ele contém uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral.

Lojkin (1981) amplia a visão marxista de que o valor do uso do solo se reduz a duas funções, quais sejam a de instrumento de produção (minas, quedas d'água e terrenos agricultáveis) e de simples suporte passivo (armazéns, usinas ou moradias) como elementos de produção, de circulação e de consumo. Ele inclui um terceiro valor de uso que é a capacidade de aglomerar, de combinar socialmente, dado muito mais importante no espaço urbano onde a terra urbana não é usada como meio de produção, nem pode ser considerada apenas como suporte passivo dos processos urbanos. Este valor de uso é considerado pelo autor (idem: 154) como “a propriedade que tem o próprio espaço urbano de fazer com que se

relacionem entre si os diferentes elementos da cidade”. É o que Villaça (2001: 74) chama de Ponto ou localização.

O Ponto se caracteriza pelo trabalho dispendido no espaço, isto é, ele se concretiza a medida que o homem, através do seu trabalho se apropria de um determinado espaço, incorporando a ele o valor de uso.

Villaça considera a aglomeração como um valor de uso produzido e critica a visão de Lojkine que trata da localização apenas como uma capacidade ou propriedade da terra. Ampliando o conceito de valor de uso nestes dois enfoques considera-se que além do valor de uso a arrumação das malhas urbanas permitindo maiores fluxos e, conseqüentemente maiores aglomerações, é um fator dos mais importantes a ser incorporado. A acessibilidade a determinados locais, possibilitando maiores aglomerações, proporciona o surgimento de um maior número de “Pontos”.

Déak (1989: 26), tratando da organização espacial da produção capitalista, diz que “Ponto” é a representação abstrata das localizações.

“O plano cartesiano nada mais é que a representação matemática do espaço de um mercado unificado, onde os pontos são definidos em relação a um único sistema de referência. A especificidade de tal espaço é definida por uma métrica, isto é, pela maneira pela qual são medidas as distâncias entre seus pontos, uma representação abstrata das localizações.” (Déak, 1989: 26)

Este espaço agrega um valor que não advém apenas do uso do solo. Este bem incorpóreo agregado ao espaço só se materializa com a ação do homem. É necessário uma rotina de usos, quando o homem com seu trabalho, seus métodos e seus trajetos, estabelece uma relação simbiótica contínua com o espaço através de uma apropriação que resulta na concretização do Ponto.

À medida que o homem se apropria do espaço e o personaliza, o espaço incorpora esta personalização, adquirindo especialidade, singularidade, agrega valores de uso, assumindo uma materialização com uma dimensão bem mais ampla.

A partir daí, é o espaço o detentor das características, agregando não apenas valor de uso como também valor de troca para quem detém a propriedade e/ou a posse de determinado espaço. É um valor subjetivo que incorporado ao bem se torna elemento de negociação. Esse valor de troca é agregado ao espaço inflacionando ou deflacionando o uso do solo. A prática do “Passar o Ponto” não é uma relação de comprar o terreno, nem o prédio nem suas instalações. Se paga o uso da localização que, na maioria das vezes, tende a ser menor do que o preço da terra. Considerando que a compra da terra incorpora o direito de uso da localização, esse valor se justifica, apesar de sabermos que em áreas muito valorizadas o preço da localização pode inflacionar ou até suplantar o preço da terra.

Estes dados se diferenciam no âmbito do espaço privado e do espaço público de maneira que se estabelecem especificidades.

No âmbito privado, a apropriação se dá na utilização compartilhada do privado. O direito de uso de um determinado espaço é cedido por quem tem o direito de propriedade do bem privado.

No âmbito público, esfera de interesse desta pesquisa, a relação é mais complicada e conflituosa, pois se refere a ceder o direito de uso de um bem público a um indivíduo específico, concedido pelo gestor do espaço público para que se preste algum serviço de interesse da comunidade.

A visão que se constrói a partir da apropriação que os camelôs e/ou ambulantes fazem dos espaços públicos das cidades com enfoque para as ruas e calçadas, descreve um ambiente que aponta para:

“... o conflito pelo uso do espaço revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação” (Seabra, 1996: 79).

O “Ponto” no espaço público vem ao encontro dos interesses da população mais carente, pois permite a sobrevivência dos alijados do espaço privado. É a alternativa à falta de emprego e à falta de recursos em poder adquirir um “ponto” no espaço privado.

Esta alternativa é muito questionada pelos interesses que estão em jogo, que podem mascarar ou evidenciar algumas conveniências que nem sempre estão de acordo com o interesse comum ou com o interesse social.

Como exemplo, constata-se através dos dados levantados pela pesquisa que grande parte dos ocupantes do espaço público é formada por comerciantes estabelecidos formalmente que dividem com os informais as benesses da informalidade. São “filiais” das suas lojas colocadas estrategicamente no espaço público.

4.2. Ponto de Comércio – Conceitos / Legislação

Segundo Vargas (2001: 19), pesquisando a história do comércio e do desenvolvimento varejista, bem como a construção de espaços para a sua realização - como o bazar, a ágora, o mercado, o fórum, a feira, as galerias, os hipermercados, os shopping-centers e o ambulante - conceitua o comércio, como atividade "terciária" que pressupõe o encontro de pessoas para a troca de bens, é próprio de pessoas que conversam, pensam, argumentam. Desse modo o comércio exerce um papel importante na materialização da cidade, pois traz enriquecimento aos costumes, dinamismo e grandeza às cidades, ao mesmo tempo em que cria e resolve problemas. Tem um poder transformador e civilizador.

Juridicamente o “Ponto” de Comércio é uma qualidade incorpórea agregada ao espaço. Por causa disso ele é mais discutido e trabalhado como produto das relações sociais nas quais o humano digita a sua marca pessoal.

Encontra-se vasto material sobre ele nas ciências jurídicas. Especificamente no Código Comercial – Lei 556 /1850, Decreto 24.150/34, de 20.4.1934 - conhecido como “Lei de Luvas” revogado pela Lei 8.245 / 1991, Locação dos Imóveis Urbanos - Lei do Inquilinato, a qual regula as condições e o processo de renovação dos contratos de locação de imóveis destinados a fins comerciais ou industriais.

Em 11 de janeiro de 2003 entrou em vigor a Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o chamado Novo Código Civil (“NCC”). Esta nova lei trata do Direito de Empresa e o Estabelecimento Empresarial (antes denominado estabelecimento comercial). É mais um instrumento para dirimir dúvidas no tocante aos direitos de locador e locatário sobre aviamento, clientela e consequentemente sobre o Ponto Empresarial (comércio e serviços).

As disposições da "Lei de Luvas", respaldada por muitos anos de aprimoramento doutrinário, foram amplamente acolhidas pela nova Lei do Inquilinato e pelo NCC, apenas com algumas atualizações em face das novas necessidades econômicas. Esta lei define Fundo de Comércio como:

“Lugar onde está situado o estabelecimento comercial e para onde acorre a clientela.”
Lei do Inquilinato - Art. 13.

O fundo de comércio é o local escolhido pelo comerciante para expor a sua mercadoria de modo a ensejar seu contato com um público específico. Já o Ponto Comercial, é caracterizado conforme a natureza da atividade mercantil desenvolvida, a maior afluência de pessoas, independentemente da natureza do negócio, ou a localização do estabelecimento propícia a um ramo determinado de atividade. Causa do sucesso do empreendimento, o Ponto

de Comércio constitui propriedade do comerciante, destacada do imóvel em que se efetua. O Ponto de Comércio, portanto, agrega valor ao imóvel.

“O estabelecimento empresarial é composto por um conjunto de bens de natureza material e imaterial. Os bens materiais (corpóreos) correspondem às coisas fisicamente tangíveis tais como mercadorias, utensílios, instalações, veículos, etc. E, os bens imateriais (incorpóreos), são aqueles que não ocupam espaço no mundo físico como as marcas, as criações intelectuais, direito à titularidade sobre os sinais distintivos (por exemplo, título do estabelecimento), ponto comercial, incluindo, entre outros, o aviamento e a clientela.” (Lei do Inquilinato - Art. 13)

Segundo a legislação vigente (Lei do Inquilinato, Art. 13), o Ponto de Comércio está incorporado e valorado como elemento integrante de um determinado espaço, no caso o estabelecimento comercial. Um ponto comercial começa a existir sempre que o comerciante estabelecido em local determinado comece a chamar a atenção e atrair a clientela.

Considerando que o valor incorpóreo do “Ponto” integra, em parte no valor do imóvel, ele surge do trabalho (atrator) que o homem realiza neste espaço. Este trabalho vem do dispêndio do homem no espaço ou sobre ele mesmo. Quando o dispêndio é no espaço a valorização está no lugar. Quando o atrator é o próprio homem, o Ponto se desloca com o homem e cada espaço se transforma num atrator.

Diz a “Lei de Luvas” que o locatário comercial tem proteção legal ao gozo de sua clientela; não cabe dela privá-lo, removendo-o do imóvel locado a qualquer pretexto. O direito francês vai mais longe, concebendo tal proteção como sendo uma "propriedade comercial" ao lado da propriedade industrial. Considera assim que este direito do locatário de permanecer no local que configura seu fundo de comércio é mais valioso do que o interesse do locador de reaver o imóvel.

“Imagine-se um artesão ou um comerciante que aluga um imóvel e começa a exercer seu ofício. Sua competência, sua experiência, até mesmo suas qualidades pessoais atraem fregueses, que se perpetuam e captam por sua vez novos clientes para os serviços prestados por este comerciante. Ao término da locação, não parece razoável que o locador, nada tendo colaborado para criar tal clientela, possa dela se apropriar, instalando no mesmo ponto um competidor, ou ele mesmo se apropriando pessoalmente do Ponto criado pelo antigo inquilino.” (Barbosa, 1997: 1)

Este fundo de comércio, ainda que tão radicado no imóvel, acabou por desenvolver no direito comercial uma sensibilidade especial para a questão da clientela. São as qualidades incorpóreas introduzidas em determinado espaço por quem dele faz uso.

Outras qualidades são decorrentes dos fluxos existentes que perpassam este mesmo espaço. Noções como: - “achalandage”¹⁵, a capacidade de um bar de aeroporto atrair a freguesia em trânsito só por sua localização é a idéia oposta de "clientela", resultado de talentos pessoais do comerciante, artífice ou prestador de serviços. Esta capacidade é também incorpórea, mas consequência e produto dos fluxos existentes, que, se forem desativados ou transferidos daquele espaço, desvinculam-se daquele espaço.

Esta distinção resultante entre aspectos pessoais e materiais do fundo de comércio é incorporada ao imóvel e regulada de modos diferentes.

"O direito sobre o fundo de comércio é, como toda propriedade imaterial, um direito à clientela que é assegurado por certos elementos de exploração. A clientela não é, como se diz, elemento do fundo, é o próprio fundo." Ap. 161.109 - 5ª Câmara. - Rel. Juiz Cezar Peluso - J. 6.9.83, in JTA (RT) 86/289

"Quando o elemento geral mais importante dentre os que formam o fundo de comércio é o **Ponto** e não a clientela, que é formada virtualmente mais em consideração da situação do estabelecimento do que da excelência do seu atendimento, o locatário não tem direito a qualquer indenização por sua perda, vencido o prazo contratual." Ap. c/ Rev. 326.506 - 4ª Câmara. - Rel. Juíza Luzia Galvão Lopes - J. 18.3.93 (Grifo da autora)

Esta legislação se refere especificamente ao Ponto no espaço privado. No espaço público, ele obviamente não é reconhecido, o que não implica em que ele não exista. Até porque o espaço público possui características de visibilidade maiores que o espaço interno de uma loja.

4.3. Ponto de Comércio Informal – Normas

Segundo Faria (2004: 1) a expressão “espaço público tem sido comumente

¹⁵ “Achalandage” - Quando o elemento geral mais importante dentre os que formam o fundo de comércio é o ponto como localização e não a clientela.

utilizada para designar todas aquelas porções do espaço urbano que constituem uma parte importante daquilo que em termos jurídicos contemporâneos convencionou-se chamar de *domínio público*¹⁶. Nesses termos, um “espaço público urbano” seria algo correlato, senão coincidente com o domínio público, isto é, uma extensão do espaço urbano sob a qual as instituições do Estado exercem um poder de regulamentação da sua forma e de seus usos.”

No ítem anterior, a legislação explicitada diz respeito ao Ponto no espaço privado. Aqui, se quer analisar como o Ponto de comércio se concretiza no espaço de domínio público.

A Lei Federal nº. 6.586, de 06 de novembro de 1978 reconhece e classifica o Comerciante Ambulante para Fins Trabalhistas e Previdenciários.

Art. 1º. - “Considera-se comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exerce pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta.”

Na prática este reconhecimento não é generalizado. Existem atividades que são toleradas, outras incentivadas, conforme a utilidade da mesma para o público e ainda outras proibidas, nem sempre por serem atividades ilegais, mas por irem de encontro a interesses dominantes, quais sejam os do espaço privado que os vêem como concorrentes.

O “Ponto” no espaço de domínio público é reconhecido e negociado entre seus ocupantes, numa reprodução das normas existentes para os espaços de domínio privado. A concorrência em muitos espaços é muito mais acirrada do que a que existe no domínio privado.

A grande diferença está na ocupação de espaço onde o exercício da atividade é proibido, da ilegalidade da ocupação, gerando grandes conflitos e conseqüentemente relações

¹⁶. O domínio público é exercido sobre os bens do patrimônio público, isto é, aqueles pertencentes à comunidade e sob a guarda do Estado — domínio de tipo patrimonial — ou, então, é exercido sobre determinados bens que, embora constituindo patrimônio privado, a sociedade manifesta um interesse especial e sobre eles exerce, por intermédio das instituições do Estado, um “domínio eminente”, regulamentando o seu uso (Meirelles, 1964:427 *et passim*, *apud Faria*, 2002)

irregulares entre estes comerciantes e o Poder Público representado por seus fiscais. O pagamento de propinas para obter vantagens locacionais é uma constante nestas relações.

Através de normas (anexo 1), regras e acordos informais, que devem ser observados pelos vendedores que atuam nessas atividades, sob pena de terem o material apreendido pela fiscalização, eles poderão utilizar alguns equipamentos.

Estas regras são específicas para cada comerciante e dependem do tipo de produto comercializado. Um exemplo é o comerciante de churrasquinho. Seu instrumento principal, o fogareiro, é objeto da atenção do Poder Público, que impõe limitações decorrentes do perigo do uso do fogo em áreas que não tenham acessos desobstruídos, no caso, a via pública fechada, o calçadão.

Para pleitear um espaço como ambulante e lidar com alimentação, além de obedecer às normas (anexo 1) é exigido que se faça um curso oferecido pela Vigilância Sanitária que orienta como manusear e apresentar o produto e sobre noções de higiene. Estas exigências lhes credenciam junto à clientela que se sente mais confiante em consumir um produto que tem um controle de qualidade. Além disso, eles se policiam entre si, pois como disse o Sr. José Cícero (Presidente da Associação) "... não se pode perder o espaço que já conquistamos por imprudência e inconstância de alguns".

A regulamentação do espaço urbano de domínio público, no que diz respeito à autorização para a atividade comercial ambulante, possui caráter provisório e precário. Trata-se de um conjunto de normas que, evolui timidamente no sentido de atenuar os problemas inerentes ao segmento em questão e involui muitas vezes por adotar políticas excludentes.

Em relação ao conteúdo normativo, analisando seus aspectos marcantes, há de se diferenciar inicialmente a *autorização* para a atividade comercial ambulante daquela que popularmente é chamada de *licença*, esta oficialmente destinada ao comércio formal.

A licença tem caráter legal e existe um compromisso entre comerciante e Poder Público em manter as regras estabelecidas na concessão.

Já a autorização obedece a regras específicas que são facilmente submetidas a decretos do Executivo Municipal, devido à própria indefinição de critérios consensuais sobre esta forma de ocupação em espaços públicos. Em consequência disto estas autorizações são frágeis e mudam a qualquer ocorrência de contestação a estas ocupações.

De acordo com a direção da Associação dos Camelôs de Alagoas (6/4/2005), existem três categorias de ambulantes que ocupam o Calçadão do Centro de Maceió. São eles:

- Os licenciados que operam em bancas cedidas pelo próprio poder público – 192 comerciantes.

- Os que possuem o aval (autorização), ou seja, não são licenciados, mas podem atuar sem ser "perseguidos" – 400 comerciantes.

- Os que são cadastrados - o cadastro funciona apenas como um censo para mostrar quantos são. Estes não possuem nenhum direito – 1047 comerciantes.

O próprio STJ – Superior Tribunal de Justiça - através do ministro Castro Meira, pacificou o entendimento de que "... a ocupação de logradouro público, mediante autorização precária, não confere aos ambulantes, direito líquido e certo de exercerem suas atividades nos locais por eles ocupados anteriormente ou atualmente."

Sabe-se também que as ações urbanísticas e arquitetônicas disciplinadoras do Comércio Informal têm proposto soluções não muito bem sucedidas pelo fato de desconsiderarem aspectos primordiais para este tipo de atividade: localização, fluxo de pedestres e peculiaridades dos agentes do comércio informal. Ou, o que é mais grave, desconsiderar a existência deste comércio.

4.4. Micro políticas informais

Considerando as escalas, o redimensionamento que estas implicam ao meio urbano e aos fluxos que cruzam esse meio, analisou-se o lugar e o vivido do comerciante de rua e percebeu-se que o comércio informal tem o suporte de acordos tácitos estabelecidos entre os parceiros formais e informais que respeitam os usos e os limites do espaço. Dessa maneira, os ambulantes que dividem entre si os exíguos espaços não infringem os limites uns dos outros, caracterizando territorialidades flexíveis, porém com status de definitivas, e que como tal devem ser respeitadas.

O ambulante, inserido precariamente na sociedade, cria diversas estratégias de sobrevivência, o que confere uma particularidade ao lugar que ocupa socialmente. Estas conclusões foram obtidas a partir de entrevistas e questionários aplicados durante o período de maio de 2004 a junho de 2005 em anexo (Anexo 2).

Com o excesso de restrições e limitações que são impostas a este comércio, fica evidente a necessidade dos ambulantes de montarem estratégias de sobrevivência através de redes de influência que permitam aos vendedores regulares a sua permanência e aos irregulares a sua “invisibilidade”. Estas redes envolvem diversos atores e se explicitam através das evidências empíricas e da literatura estudada, tentando discutir os argumentos mais importantes sobre redes sociais.

São redes de proteção, de influência, de comunicação, de distribuição, de colaboração, de solidariedade para a flexibilidade, a conectividade e a militância de seus movimentos, para poder responder às demandas de atuação e articulação social.

As redes se interconectam por ligações que possibilitam a comunicação e o deslocamento entre elas.

Em seu livro "A sociedade em rede", Manuel Castells afirma que:

"(...) a lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de determinação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social" Castells (1994: 497)

Como Eduardo César Marques (2000)¹⁷, considera-se também que a composição da rede social de uma categoria e a estrutura dos vínculos que a constituem num determinado tempo e espaço, são fundamentais para se entender a dinâmica do poder no seu interior e as suas relações com o ambiente político que a circunda.

4.5. Possibilidades formais

O Estatuto da Cidade – lei n.º10257/2001 – dedica um capítulo inteiro aos instrumentos urbanísticos para a Reforma Urbana. Através das novas propostas de desenvolvimento sustentável, com adequações ao uso e ocupação do solo, tem-se buscado o que e em qual escala se necessita avançar, não só com relação à questão habitacional (ZEIS), mas também com relação às questões de emprego e renda..

Para estes comerciantes é necessário que se pense em políticas públicas específicas que sejam condizentes com as necessidades e realidades locais.

A reforma urbana redistributivista, com diagnósticos centrados nas desigualdades e nos direitos sociais, colocando no eixo do discurso a exclusão social e políticas das camadas populares, com a participação dessas mesmas camadas na gestão da cidade, e a concepção humanista que vê na melhoria das condições de vida, a promoção humana é a intervenção que transforma, que permite que se removam os obstáculos ao desenvolvimento social e que promove a inclusão social.

¹⁷ O autor em seu livro *“Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro”* analisa as políticas públicas de saneamento básico na região metropolitana do Rio de Janeiro sob o prisma das redes sociais que foram criadas através dos vínculos institucionais, políticos e de amizade.

Um destes obstáculos são as formas de organização urbanas, que precisam ser revistas. Sobre este aspecto, o planejamento participativo é visto como um instrumento privilegiado de intervenção, que irá programar a implementação de soluções viáveis aos problemas urbanos.

A prática revela que as soluções só poderão ser produzidas, em sua maioria, pelo capital social, a capacidade que os indivíduos têm de se organizar para resolver seus problemas. Os Planos Diretores Participativos vêm ao encontro deste anseio. É a população organizando-se e encontrando soluções para suas carências. E o poder público entendendo que seu papel é gerenciar um espaço adequado aos interesses da população como um todo e administrar estes interesses de maneira a não gerar mais novas exclusões.

Com relação ao Plano Diretor da Cidade de Maceió aprovado pela Câmara de Vereadores, no capítulo V – “Do uso e ocupação do solo”, Seção III – “Da utilização dos espaços públicos”:

Artigo 132: “São diretrizes específicas para ampliar as oportunidades de utilização das áreas públicas pela população de Maceió e para qualificar o espaço público urbano: (...)

XI – remuneração do uso dos espaços públicos por empreendimentos privados temporários mediante cobrança de receita patrimonial.”

Não há nenhuma referência com relação à proibição ou permissão da ocupação de espaços públicos por camelôs ou ambulantes. Entretanto é possibilitado o uso do espaço público por empreendimentos privados temporários. Para uma problemática que envolve tão grande contingente de pessoas é estranho que não haja nenhuma referência específica em como se tratar a questão. Depreende-se deste fato que o Plano Diretor de Maceió deixa algumas lacunas no quesito participação popular. Este “esquecimento” ou descaso evidencia que para a elaboração do plano não foram ouvidas ou consideradas todas as camadas da sociedade.

Seção 5 – Cenário e Personagem – Maceió e o Ambulante

5.1. Maceió – Relações de Poderes

A relação entre a história da cidade de Maceió e a configuração de seus espaços de domínio público é fundamental para que se entenda a apropriação destes espaços pelas camadas populares. O grau de permeabilidade deste espaço, como eles são percebidos e utilizados, são os fatores que descrevem e propiciam a sua apropriação.

É necessário expor aqui a maneira como esses espaços foram sendo apropriados. As valorizações e desvalorizações que ocorreram em diversos períodos da história da cidade revelam o caráter público, e mais ainda, o papel social exercido por estes espaços.

As classes dominantes, como sempre com seus usos e desusos, relegam aos espaços de uso público o papel de fachadas reservadas para os modismos urbanos determinados por suas necessidades estéticas e conveniências econômicas ou políticas. Estes espaços são valorizados ou desvalorizados dependendo do jogo de interesses dirigidos a eles. Quando desvalorizados se transformam em espaços residuais ou “espaços de reserva”¹⁸, como que aguardando uma nova finalidade ou valorização. A ordem burguesa contrasta com a urgência das classes populares que utilizam estes espaços cotidianamente para garantir sua moradia ou sua sobrevivência.

O Poder Público, por sua vez, se omite em seu papel de gestor do espaço de domínio público urbano através da carência de instrumentos eficazes para controlar e inibir atos que venham a destruir o patrimônio. Também se omite ou infringe normas por políticas equivocadas, por conivência com interesses que não refletem os da maioria da população, ou

¹⁸ Espaços de reserva – Espaços urbanos que funcionam como reguladores com relação ao uso e ocupação do solo. Outra definição que cabe aos espaços residuais. A expressão foi utilizada para fazer uma analogia com Exércitos Industriais de Reserva – termo empregado para conceituar mão de obra disponível (desempregada) produzida pelo mercado como forma de evitar a escassez de mão de obra e consequentemente como reguladora de salários.

pelo peso ideológico que se revela no grau de desigualdade dos investimentos e dos serviços públicos colocados por ele à disposição dos seus habitantes.

Como resultado, surge o produto deste jogo de interesses: a paisagem do Centro de Maceió que hoje acumula as épocas e os processos vividos como resultado da dinâmica entre o espaço e seus ocupantes, a saber:

- Ontem e hoje: construções antigas junto a modernas, pois aqui se concentram Centro Histórico e Centro Comercial,
- Monumentos históricos, sedes de bancos, administração pública e ruínas de prédios abandonados,
- “Vazios” construídos: prédios abandonados e se deteriorando, quando se enfrenta uma crise de falta de moradias para as camadas mais pobres da população e prédios demolidos ou “em carcaça” para dar lugar a estacionamentos – espaços residuais de forte impacto antiestético.
- Pouca utilização da sua infra-estrutura que se reflete nas noites e nos fins de semana vazios.
- O formal e o informal: o estabelecimento comercial em confronto com as bancas do camelô,
- O crescimento dos “Pontos” de comércio no espaço público e o aumento do número de lojas que fecham suas portas,
- A requalificação delimitada do Centro gentrificando parte do espaço público, grandes investimentos na área que abrange o “calçadão” e relegando a área do entorno da Praça dos Palmares a ser o reduto “desinvestido” do ambulante.

LOCALIZAÇÃO



5.2. Histórico do local – Consolidação dos espaços de uso público

Maceió, capital do Estado de Alagoas, um dos menores estados nordestinos, definida poeticamente como “cidade esgarçada e estendida” (Ledo Ivo, 1985) que exhibe sua natureza paradisíaca em contraste com sua infra-estrutura precária, surgiu tardiamente em relação às origens das outras capitais dos estados brasileiros.

Localiza-se entre o complexo lagunar Mundaú-Manguaba e o Oceano Atlântico, possui clima quente e úmido típico da zona do litoral e da mata. A paisagem natural se caracteriza pela presença de duas lagoas, numerosos canais e praias paradisíacas.

Ao Norte da cidade erguem-se tabuleiros argilo-arenosos, do terciário, característicos desta parte do litoral nordestino. Uma parte da área urbana desenvolveu-se sobre esses terrenos mais elevados, variando de 40 a 110 metros de altura em relação ao nível do mar. Forma-se assim, uma cidade alta com bairros residenciais abastados, em contraste com o centro mais antigo e comercial, que se configura como um terraço intermediário cortado na base do tabuleiro, com altitude variando entre 8 e 10 metros acima do nível do mar. Na parte baixa da cidade, com altitudes variando entre 2 e 4 metros acima do nível do mar está a área portuária. Os bairros da orla marítima e da orla lagunar que também estão situados neste nível são densamente povoados, mas possuem um perfil sócio-econômico diferenciado. Enquanto a orla marítima se configura como área de tendência verticalizada, concentrando residências multifamiliares de alto padrão a orla lagunar é circundada por bairros pobres, com grandes conjuntos residenciais horizontais para população de baixa renda, além da ocupação irregular da margem da lagoa por favelas.

Morfológica e politicamente a localização do Centro era estratégica, pois aliava a proximidade do Porto de Jaraguá com o platô intermediário que não sofria com as marés e tinha água potável. Nesta localização privilegiada onde se visualizava o Porto, e possuía condições de habitabilidade e permanência se consolidou o Centro da cidade, aglutinando

todas as outras atividades, sendo a principal o comércio, vocação natural deste espaço privilegiado.

O Porto de Jaraguá, principal fator de desenvolvimento da povoação, é um ancoradouro natural, porta de entrada e saída do comércio no então povoado.

É deste porto que tem sido escoada a produção, inicialmente dos engenhos de açúcar, hoje das usinas e de outros produtos como algodão, fumo, cereais, farinha de mandioca, madeira, etc.

As transformações econômicas sociais e políticas vivenciadas impulsionaram o desenvolvimento da cidade que se tornou Vila em 1817.

A intensificação de fluxos que vinham do interior (passavam pelo platô intermediário – Centro – através da Rua do Comércio, que se caracterizava como um caminho e finalizavam no Porto), fez com que o crescimento urbano se estendesse até a zona portuária (Jaraguá) e para a Lagoa Mundaú. Estes fluxos permitiram o surgimento de um “Ponto” de permanência que estimulou o crescimento da sua população e consolidou esta ocupação.

O “Ponto” começa a agregar valores e referências lentamente, evidenciados com a chegada de Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, português nomeado governador da província das Alagoas, em dezembro de 1818. O gestor, reconhecendo o potencial econômico da então vila, escolhe Maceió como centro da Província, para onde será transferido o aparelhamento fiscal, político e administrativo.

Maceió, que já era “Ponto” de comércio e de escoamento da produção, graças a seu porto, se torna “Ponto” político-administrativo e se consolida como “Ponto” referencial se tornando a capital da Província das Alagoas em 1839.

Este histórico nos permite dizer que a cidade se consolidou a partir dos fluxos comerciais oportunizados por seu Porto/Ponto. E o atual Centro, como localidade

intermediária existente no trajeto entre o interior (de onde vinham os produtos a exportar) e o Porto (local da exportação), também vai se consolidando.

À medida que a cidade cresce e outros interesses entram em jogo, as normas eclesiásticas, até então reguladoras do espaço urbano (Marx, 2003: 7), vão perdendo espaço para as novas regras que o poder civil, representado pela Câmara e pelas administrações provincial e municipal, estabelece.

As novas regras - as normas civis - que penetram inclusive no domínio privado à medida que estabelecem normas de urbanidade, restringem o direito de construir, regulam comportamentos e penalizam com multas por infrações, passam a ser únicas e obrigatórias a partir de 1828.

Nesta data, quando o Império organizou os municípios, apesar das preocupações de ordem administrativa e comercial existentes, o espaço de uso comum continuava bastante indefinido e descuidado, pois a sociedade local e conseqüentemente a administração entregue às Câmaras que contavam com poucos recursos ainda não compreendiam a necessidade destas interferências. Eram investimentos que não se percebiam como necessários ou prioritários.

Vê-se que durante este período a cidade ainda traz muito dos resquícios dos modos da cidade colonial, onde os conflitos entre interesses privados e comunitários de um lado prevaleciam ao interesse público representado nos fluxos citadinos e fluxos regionais do outro.

Mesmo assim, os “Pontos”, que surgem das novas utilizações que a intensidade de fluxos cria, multiplicam-se. Eles são gerados da dinâmica do espaço e são regidos pelas necessidades de utilização deste mesmo espaço.

Com o surgimento da Lei de Terras, promulgada por D. Pedro II em 1850, surge o lote urbano criado e vendido por particulares em substituição ao *rossio* e às *sesmarias*.

O Estado e o Município não são mais os únicos provedores. A partir daí o espaço público, necessário aos loteamentos, é determinado por interesses privados fazendo com que a relação entre Estado e Sociedade vá se modificando, construindo e redefinindo as apropriações.

Com relação ao Centro, a preocupação com a configuração dos espaços citadinos e os espaços de uso público se torna estratégica para a consolidação do papel da cidade como centro econômico e referencial de desenvolvimento.

É a partir daí que a distinção na relação público-privada no âmbito urbano se consolida. A configuração dos espaços de domínio público sofre uma grande transformação em seus usos. Surgem as primeiras apropriações do espaço público como prestadores de serviços, comércio ambulante, sociabilidades que já exigem interferências urbanísticas.

Surgem também algumas leis preocupadas com a melhoria dos espaços de uso público (Costa, 2001). Apesar disso, estas leis demonstravam que o Poder Municipal estava atrelado ao Presidente da Província, à Assembléia Legislativa e ao ministro do Império que determinavam onde e como suas rendas e despesas deveriam ser aplicadas.

Essa limitação da municipalidade, dependente de três Poderes sobre seus investimentos, fez com que gerasse uma grande discrepância entre as verbas que lhes eram destinadas e as necessidades de manutenção e melhoramentos dos espaços públicos.

A Lei nº. 22 de 10 de julho de 1844 determinava que se pudesse utilizar parte das sobras que porventura houvessem de rendas administrativas para calçamento e aterro de praças, ruas, pontes e estradas, mas com prévia autorização do Presidente da Província.

Enquanto em 1849 a Câmara de Maceió pedia encanamento de água potável, pontes, aterros e calçamentos e um engenheiro para levantar a planta da cidade e melhor

planejar o arruamento da capital, a Assembléia designa uma verba para capinar ruas e fazer algumas desapropriações (Costa, 2001: 129).

A Lei Provincial de 31/03/1857 autorizava as Câmaras a plantarem árvores frondosas nas praças e estradas. Em outra Lei, de 06/05/1858, a Câmara de Maceió foi autorizada a fazer o asseio das ruas.

Mas é a partir do final do séc. XIX que a cidade, até então regulada por normas avulsas editadas de quando em quando e nem sempre cumpridas, começa a ser reformulada através de uma regulação de comportamentos e multas por infrações. Estas interferências são no intuito de buscar ordem, beleza, limpeza, elegância e compostura.

O espaço público continuava a reboque de outras providências que se julgavam mais urgentes.

Na administração do Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior percebe-se uma visão mais progressista e empreendedora com a intenção de organizar a cidade.

O maior obstáculo encontrado estava nas construções aí edificadas que não obedeciam ao mais primário planejamento e qualquer intervenção custaria muito aos cofres públicos. O engenheiro Carlos de Bolterstern é contratado para fazer uma remodelação geral na cidade. Inicialmente projetar obras de máxima urgência, tais como proteção do leito das ruas contra a destruição das águas pluviais, verificação das alturas das ruas principais. Depois de uma análise mais acurada da realidade que encontra, o engenheiro relata os desmandos das administrações que permitiam uma primazia dos interesses privados sobre os comunitários, e a carência de mão de obra local qualificada para executar os serviços necessários.

Mas, apesar de todas as dificuldades, foi neste governo que se viu um esboço das parcerias público – privadas através de contrato estabelecido entre a administração e a iniciativa privada para executarem:

- O nivelamento da cidade,
- Uma planta completa da cidade para que se estabelecessem normas de conduta e regular as futuras edificações,
- O calçamento de ruas e praças,
- O esgoto das águas pluviais em todas as ruas e praças que fossem calçadas,
- Conclusão do serviço de canalização de água potável para domicílios,
- Fazer com lajes o calçamento das testadas das casas particulares, formando assim os passeios laterais em toda a extensão das ruas e praças – concretizando aí o surgimento das calçadas de Maceió.

Segundo Costa (2001), com a chegada da República chega também um novo pensamento da sociedade quanto à cidade. É um novo tempo onde a burguesia quer se mostrar, quer usufruir do espaço público, andar pelas ruas, por praças e parques.

A apropriação do espaço público pela burguesia como espaço integrante da vida urbana, veio a ocorrer neste momento. É a época das cadeiras nas calçadas, das moças debruçadas nas janelas, é a quebra de fronteiras entre a casa e a rua.

Mais uma revitalização para os “Pontos” do espaço público. Só que agora, com os fluxos intensificados e com uma ocupação mais diversificada, ele adquire mais visibilidade.

Com a República e a utilização dos espaços de uso comum como áreas de convívio social para toda a população, esses espaços absorvem mais fluxos, agora da burguesia. Esta nova “clientela”, com seus gostos mais apurados, reivindicam espaços mais bem cuidados.

Estes espaços também se tornam a vitrine da administração dos intendentess Municipais, que começam a investir nos espaços de uso público.

É nesse cenário e com maiores orçamentos que as cidades obtêm certa autonomia. Os antigos Largos se transformam em praças. Surge a Praça Mal. Floriano Peixoto, antigo Largo onde está situada hoje a Igreja dos Martírios.

Volta-se a planejar a modificação do traçado das ruas estreitas e tortuosas. Em 1927, sob a administração de Moreira Lima, se alinha a Rua 1º. de Março (hoje chamada Avenida Moreira Lima).

A cidade colonial vai se misturando às imponentes construções neoclássicas e à arquitetura eclética de qualidade variável que, apesar de não apresentar no conjunto características monumentais, refletem o gosto popular da época.

Até este momento ainda há um equilíbrio entre as funções do Centro que o crescimento da cidade e as exigências capitalistas não conseguirão manter nas décadas seguintes.

5.3. Centro de Maceió - O espaço público ameaçado

O Centro de Maceió define a sua configuração predominantemente comercial. Com o desenvolvimento do comércio, a população residente no centro, acompanhando um movimento de redistribuição populacional na cidade, começa a migrar para outros bairros fazendo com que as ruas com suas características residenciais se transformem em áreas quase que exclusivamente do comércio e serviços.

Esta população vai ocupar os bairros da orla marítima de Maceió (Pajuçara, Ponta Verde e outros) e do tabuleiro do Farol que, com a inauguração da Avenida Fernandes Lima – um dos eixos viários mais importantes da cidade - se transforma em um dos mais importantes bairros residenciais da parte alta da cidade.

Como consequência deste êxodo de habitações do centro da cidade, os hábitos e características próprios de lugares de moradia que ali existiam foram sendo substituídos, o que acarretou mudanças como a transformação dos imóveis de uso residencial em comercial. Esses imóveis vão sendo adaptados e descaracterizados ao bel prazer dos comerciantes que, para chamar a atenção de sua clientela, utilizam artifícios que extrapolam seus limites privados, invadindo calçadas e descaracterizando áreas que, por seu valor histórico, estético e simbólico deveriam estar protegidas e preservadas.

Ao longo do século XX com o crescimento da cidade, diversos fatores levaram à descentralização das funções antes presentes apenas no Centro. A reformulação do sistema viário evidencia este fato. A inserção do automóvel causou mudanças profundas nas ruas e intensas transformações urbanísticas e sociais na distribuição das atividades urbanas, fazendo com que as ruas perdessem uma grande quantidade de aspectos da vida pública e que surgissem novas centralidades.

As ruas mais tradicionais como a Rua do Comércio, Rua do Sol, Rua do Livramento, Ruas Boa Vista, Moreira Lima, Augusta, Nova, da Alegria e as Praças Dom Pedro II, Deodoro, dos Palmares e dos Martírios foram obtendo novas feições. Principalmente na intensificação dos fluxos e dos numerosos “Pontos” de atividades comerciais e de serviços existentes hoje.

Além disso, este conjunto de ruas e praças possui o maior grau de concentração de pontos referenciais da cidade. Sejam comerciais, turísticos, simbólicos, eles estão, em sua maior densidade no Centro, mantendo com isso sua força identitária como espaços definidores das práticas urbanas locais. Nenhum outro espaço da cidade resume tão bem a variada gama de interesses que aí está em jogo. Por isso o Centro se mantém como o lugar de maior visibilidade da cidade, pela concentração de Pontos de atividades diversificadas que consegue

aglutinar. Ainda é o lugar da administração, dos negócios, da troca, dos serviços, do lazer, do poder, do culto, da cultura e agora em menor escala, da habitação.

Os espaços centrais são um híbrido entre o velho e o novo que permanece na memória dos que aí convivem que utilizam a dubiedade da nomenclatura das ruas como elemento de resistência a mudanças. Os novos nomes convivem com os antigos que não são esquecidos. São o antigo e o novo resistindo juntos com seus espaços, seus usos e sua arquitetura.

Estas ruas se mantiveram estreitas, retilíneas, (sinuosa apenas a quadra da Rua do Comércio onde está o Largo do mesmo nome) e com longas quadras.

Ocupadas por edificações, em sua maioria da época da República, com características marcantes que passam despercebidas dos passantes por estarem escondidas atrás dos letreiros das lojas que hoje as ocupam ou pelo excesso de apelos comerciais que carregam.

A configuração dos lotes do Centro, estreitos e compridos onde os edifícios alojam-se sem afastamentos frontais e laterais, geralmente com alta contigüidade em ruas de pouca largura, mantém em sua grande maioria, a morfologia que tinham ao final do século XIX, revelando permanências na dinâmica do Centro. Vê-se que as modificações sofridas, apesar de estruturais no sentido funcional e mercadológico não modificaram a configuração das vias que continuam estreitas.

As mudanças não atingiram a configuração dos lotes, mas os tornaram em grande parte obsoletos, por encontrarem dificuldade em se adaptar às necessidades e aos requisitos tecnológicos atuais, tais como estacionamentos, utilização de equipamentos de circulação vertical (elevadores), ar condicionado, redes de acessos, sistemas de segurança e de telecomunicações.

Esta “inutilização”, além de abranger as edificações, onde seus pavimentos assobradados servem apenas de depósitos mal cuidados, degradados e em ruínas tornando a área perigosa e exposta a acidentes, também os fundos de lotes estão subutilizados e servem, em sua maioria, apenas como depósitos de entulhos.

É o contraste com as vitrines e salões térreos onde, principalmente na área que abrange o “calçadão”, as novas lojas empregam os mais sofisticados materiais de acabamento disponíveis no mercado.

Ressalvadas as devidas proporções e particularidades históricas há certa semelhança com o que se vê hoje no Centro com o que Robert Venturi (2003) viu na Las Vegas de 1972. Uma arquitetura de aparência, pois se preocupa exclusivamente com o que é exposto. É uma arquitetura que, saturando os olhos de chamamentos, não cuida do todo. Isto se revela na sua infra-estrutura precária, em seus quintais que acumulam lixo e abandono e em seus sótãos que ameaçam ruir.

É uma arquitetura da “cosmética” e não da estética, pois seu invólucro está em desacordo com o seu conteúdo. Existe uma preocupação com a superficialidade, com a banalidade, onde os letreiros e não os edifícios proporcionam identidade. É uma arquitetura da exaltação dos Pontos através dos letreiros, da disputa do campo visual dos fluxos urbanos.

Mas, diferentemente de Las Vegas que foi criada num deserto, o Centro de Maceió tem um passado, uma história, uma arquitetura que se esconde, como que se negando, por não estar mais de acordo com os apelos atuais. É a preocupação com o novo, com o descartável, com a mercadoria, fazendo com que o espaço da cidade cada vez mais se reduza a uma representação, construída por meio de símbolos e reproduções de apelo meramente mercadológico voltado para o consumo e distanciando-se cada vez mais de sua verdadeira identidade.

Evidencia-se um grande número de vazios urbanos causados por demolições de edificações para a utilização das áreas como estacionamentos. Este fato tem contribuído ainda mais para a descaracterização da área, pois, além de se perder parte do patrimônio arquitetônico da região, o conjunto tem sido atingido também nas perdas de referenciais tornando-se fragmentado e descontínuo. Os estacionamentos são espaços disponíveis, próximos aos locais de trabalho, que os ambulantes utilizam como suporte para a guarda de seus carrinhos.

Além disso, os construídos vazios, ou seja, prédios abandonados, fechados, contribuem ainda mais para a sensação de abandono do local.

Em seus espaços públicos o descuido é ainda mais visível. Suas calçadas esburacadas possuem em sua maioria apenas 1,50m de largura e abrigam transeuntes, ambulantes, postes de iluminação, anúncios, vitrines de lojas, num excesso de chamamentos que poluem visualmente e confundem o andante que passa fazendo malabarismos nestes espaços exíguos.

Além de serem estreitas, as calçadas não obedecem ao raio de curvatura em suas esquinas e estreitam-se perigosamente chegando a ter apenas cinquenta centímetros de largura, o que dificulta ainda mais a circulação (Foto 1). Como se sabe que as calçadas surgiram após as edificações, vê-se o descaso na sua feitura e em sua manutenção.



Foto 1 - Esquina Rua Alegria / Ladislau Neto



Foto 2 - Esquina Rua Alegria com Melo Moraes

Na esquina com a Rua Melo Morais (Foto 2) a calçada se alarga, vislumbrando uma melhor apropriação pelo vendedor de água de coco e caldo de cana. Este alargamento da calçada se dá em frente a uma instituição bancária e foi definido por decisão de projeto, sem que obedecesse a alguma exigência legal. São soluções simples como esta e outras que fazem a interação equilibrada entre o público e o privado, permitem a variedade de usos e facilitam a dinâmica urbana.

O calçadão serve de suporte ao núcleo dos fluxos do Centro e é a área que foi delimitada para a intervenção de requalificação urbana (primeira etapa concluída em 2006).

Foram feitos altos investimentos em infra-estrutura neste núcleo. Os investimentos orientados pelas políticas de desenvolvimento estratégico¹⁹ pretendem elevar o valor do uso do solo da área, mantendo grandes empreendimentos do setor bancário. Mais recentemente observa-se a chegada de algumas lojas de departamentos, dando a este espaço o status de shopping a céu aberto e afugentando além dos ambulantes também os setores menos competitivos das atividades privadas.

Estes investimentos não se revertem em benefícios para o espaço público como um todo, pois são dirigidos à parcela mais competitiva que detém o espaço privado, e por esses motivos, sua implementação e manutenção têm sido fragmentadas, descontínuas e heterogêneas provocando no conjunto urbano uma disparidade entre sua infra-estrutura, seus espaços e seus usos.

Os espaços gentrificados do Centro da cidade são pequenas ilhas de prosperidade, artificiais e desmaterializadas, pois são meras fachadas onde o Poder Público investe, delimita, privatiza e segrega²⁰. Ilhas desarticuladas do restante da cidade repleta de carências de miséria e abandono. É a lógica do mercado se sobrepondo à lógica da cidade construindo

¹⁹ Intervir estrategicamente nas cidades é criar um ambiente competitivo a partir dos grandes empreendimentos susceptíveis aos negócios globais, isto é, às grandes transações econômicas e aos grandes eventos culturais para que se tornem atraentes aos grandes empreendedores, podendo disputar com outras cidades investimentos externos.

²⁰ A retirada dos camelôs do calçadão para a requalificação do Centro é um bom exemplo

espaços que não contribuem para os processos de trocas sociais que legitimam o espaço público.

5.4. O outro Lado da moeda - O espaço público apropriado

A partir de 1970 uma modificação substancial acontece na malha urbana do Centro: é o surgimento dos calçadões, vias exclusivas de pedestres, que permitem um maior fluxo de pessoas. A escala humana se equilibra com as vias que antes eram configuradas como estreitas e que, com a retirada da pista de rolamento, se tornam agradáveis e proporcionais.

A função pensada para os calçadões ficou mascarada pela função real que viria a ter depois. O Sr. Antonio Pedro dos Santos, Presidente do Sindicato dos Feirantes de Maceió, ambulante do ramo de confecções, que tinha seu “Ponto” no calçadão da Rua do Comércio relata que no início da década de 80, no calçadão que abrangia as Ruas do Comércio, Rua Senador Mendonça e Rua Moreira Lima existiam somente 17 ambulantes. Este número permaneceu pequeno até 1986, quando as constantes crises econômicas que geraram desemprego e falta de oportunidades fizeram com que este número explodisse, transformando o Centro no que é hoje: o grande “Ponto” dos ambulantes.

O espaço público do Centro assume sua vocação popular e a existência dos calçadões proporcionou o espaço ideal para a concretização desta ocupação. A área torna-se referencial das camadas mais pobres da população que, como diz o Sr. Antonio Pedro “é uma clientela exclusiva do camelô”. Mas conserva, graças a seus referenciais históricos e à máquina administrativa que ainda se mantém neste espaço, sua força como “Ponto” central, de visibilidade, de destaque que o comércio formal não negligencia.

Os “Pontos” ambulantes são caracterizados segundo suas ocupações no espaço público (fixos e móveis) e de acordo com determinadas particularidades advindas de poderem ou não se instalar. Através dessas observações e da constatação quantitativa da concentração de comerciantes ambulantes é que se ampliou o recorte da área (não só se restringindo ao Centro), buscando alcançar e analisar o maior número de presenças.

Eles estão localizados conforme a configuração do Centro e de seus espaços públicos, onde melhor sejam visualizados. A visibilidade é uma das mais evidentes características do espaço público e é uma das principais qualidades necessárias ao surgimento do “Ponto”. Esta visibilidade se revela em vários aspectos, como por exemplo, no local escolhido para se fixar, em características peculiares desta fixação, no produto comercializado, em estratégias de venda. Também se revela em particularidades do vendedor, em práticas comerciais, enfim em métodos informais introduzidos que, por lhe ser específico, lhe dá originalidade e o destaca na busca de reconhecimento.

5.5. A Produção da Informalidade

As raízes do mercado informal no Brasil remontam à época da escravidão onde os “escravos de ganho” já eram utilizados por seus senhores para comercializarem seus produtos. Com a Abolição da Escravatura, no final do século XIX, houve um grande crescimento da categoria, pois foi o período em que a informalidade se tornou prática entre ex-escravos recém-chegados ao mercado livre, que atuavam como vendedores ambulantes ou comerciantes de porta em porta. Mas é a criação da legislação trabalhista de Vargas, marco na consolidação dos direitos profissionais, que introduz a aceção do informal. A partir de então, o trabalho que não segue a norma, está à margem, é subterrâneo e ilegal. Do ponto de vista urbano, no entanto, o trabalho informal somente ganha visibilidade no final da década de 80, quando começa a se expandir vertiginosamente.

Com o crescente desemprego as vagas no mercado de trabalho formal foram sendo eliminadas e a atividade informal passou a ser a tábua de salvação não só da mão-de-obra mal e não qualificada, como também daquela que o mercado já não absorve. Para não cair na criminalidade e dar sustento à família, a procura de um Ponto comercial para a montagem de uma banca ilegal é a seqüência normal do desempregado que vê na precariedade a saída para uma situação ainda pior, que é se tornar inútil para o mundo, desqualificado ou desnecessário.

“Olhe, veja bem, muito oportuna essa sua pergunta, mas deixe-me lhe dizer uma coisa: meu pai criou dez filhos como feirante, porque o feirante, ele sempre existiu, não é? Se a gente for buscar o que é a feira ela vem dos antigos, do povo persa, por aí afora. Sempre existiu o feirante o biscateiro. Então papai criou essa família toda sempre como feirante e com isso ficou a raiz que fui eu, eu, dos dez, dos dez, aí eu já respondo a sua segunda pergunta, eu busquei a não trabalhar como feirante mas você viu que mesmo assim, olhe, eu fiz um curso que naquela época se chamava colegial, mesmo assim ainda passei dois anos e seis meses fazendo um curso no Senai pra conseguir ser um profissional, um trabalhador como fui, como sou, pois bem, mas não consegui, ou seja o governo é que é o culpado porque o governo não dá as condições e hoje se você ver está da mesma forma ou pior, aí o governo diz: o povo precisa se qualificar, você se qualifica mas não tem o trabalho, então o governo ele precisa ver isso, mas ver mesmo com a profundidade do tamanho da responsabilidade que eles têm em cima deles não é? Então eu acredito que eu respondi as suas duas perguntas, a primeira pela questão hereditária mesmo, que isso é verdade e a segunda pela falta de oportunidade.” (José Pedro dos Santos, ex- torneiro mecânico, hoje ambulante de confecções)

A decisão do ambulante, antigo torneiro mecânico, confirma que o novo excluído é produto de uma pobreza ampliada que retira da formalidade mão de obra especializada: são os trabalhadores sem trabalho, mestres de obra, mecânicos que se tornam “excedentes”, “sobrantes”.

Esta “nova pobreza” não representa mais o “exército de reserva” que tão úteis foram ao capitalismo como reguladores de uma mão de obra disponível e barata. Ela é como diz Nascimento (1994), um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, isto é: inúteis, incômodos e perigosos.

A nova realidade se mostra contrária ao que se entende como avanço, evolução, onde os paradigmas a serem alimentados deveriam estar direcionados à construção de

sociedades desenvolvidas que sejam economicamente eficientes, socialmente justas e politicamente livres.

A experiência dos trabalhadores ambulantes em Maceió faz parte dessa conjuntura pela qual o país passou e passa, com profundas transformações políticas, econômicas, demográficas e sociais.

“Eu fui mestre de obra. Mudei porque o campo de trabalho ficou escasso eu peguei essa profissão e deu certo. Até agora né(sic), está dando certo... Antes eu ganhava menos e não tinha condições de sustentar essas pessoas (aponta três pessoas que estão com ele) porque meu salário era menos, eu tomava até emprestado (risos) para concluir o que eu precisava e hoje, graças a Deus eu não preciso.”(José Cícero dos Santos, ambulante de churrasquinho).

Maceió, utilizando as cores mais fortes da realidade urbana, como campeã nordestina da eliminação de postos de trabalhos formais no início do ano de 2004²¹, a maioria na agropecuária, absorveu durante décadas e ainda absorve mão-de-obra não qualificada vinda do interior do estado. Esta mão-de-obra expulsa do corte da cana e excluída também da condição de “moradores” das fazendas, transformam-se em bóias-frias, pela absoluta falta de opções de sobrevivência. Vêm também da construção civil, caso do Sr. José Cícero dos Santos, mais conhecido como “Bigode”, Presidente da Associação dos Ambulantes do Churrasquinho do Centro de Maceió, filho de cortadores de cana que foi trazido criança, pelos pais, da cidade de Murici – zona da Mata Alagoana.

Aqui em Maceió ele exercia a profissão de mestre de obras e foi jogado no mercado informal pelo mesmo motivo: desemprego e insegurança que trabalhos cíclicos e temporários como o corte da cana (período de moagem) e a construção civil (trabalho por obra construída), repassam aos seus empregados. Acabando o período de moagem ou o prédio ficando pronto, o trabalhador está na rua.

²¹ Dados da Pesquisa Mensal de Emprego PME – IBGE que avalia os mercados formal e informal

Eles são personagens que contam a parte mais sofrida desta história, a história de um estado nordestino, monocultor, com uma sociedade que ainda permanece dependente do poder e do clientelismo dos coronéis, grandes latifundiários e chefes das oligarquias locais.

São os migrantes da seca, os cortadores de cana que, vítimas de trabalhos cíclicos, temporários, ficam a mercê da sazonalidade dos “arranjos produtivos” da elite açucareira e que, pela absoluta falta de alternativas existentes, aceitam ser exportados para outros estados, na mesma condição de provisoriedade.

“Cerca de 10 mil trabalhadores rurais deverão deixar Alagoas, no período da entressafra da cana-de-açúcar no Estado - que começa entre os meses de março e abril - para trabalhar em usinas no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, no Sudeste, e Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste. A estimativa é da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que com a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) está intensificando a fiscalização visando coibir o transporte clandestino de trabalhadores rurais para outros estados.” (Fábia Assumpção - notícia veiculada no Jornal Gazeta de Alagoas de 8/4/2006)

Mas, como as necessidades do homem não são sazonais, ou eles procuram outras cidades que possam lhes oferecer maiores possibilidades de trabalho, ou eles encontram nos espaços públicos o “Ponto”, onde viabilizam a sua sobrevivência.

São também ex-comerciários que perderam seus empregos e quando não conseguem encontrar uma nova colocação, utilizam as suas reservas ou indenização recebida do último trabalho para conseguir abrir o seu próprio negócio.

Pelo baixo capital que estes indivíduos dispõem, a alternativa geralmente encontrada é montar um negócio de baixo investimento sendo que, um deles é o ingresso no mercado autônomo de rua, a atividade informal mais visível e intuitiva.

Se não bastasse ser o setor que trabalha ocupando o espaço público e emprega mão de obra excluída, ele é um setor que utiliza o trabalho artesanal. Este setor realiza pouca transformação de matéria prima e não exige mão de obra especializada.

Resta a esta faixa da população descobrir estratégias que quebrem o ciclo preconceituoso de ser vista apenas como mercado de evasão²² de divisas, da invasão do espaço de circulação das ruas, da insalubridade, do roubo de energia elétrica, da concorrência desleal e do fomento da falsificação e do contrabando. Todos os argumentos tratados acima se tornam frágeis, até mesmo irrelevantes, perante o alcance econômico e social que hoje este mercado abrange, através da mão-de-obra que ele absorve, evitando que grande parte dos excluídos não caia na marginalidade.

Este mercado funciona como válvula de escape de enfrentamentos mais profundos, o que é tremendamente conveniente para a manutenção do 'status quo'. Mas, se olhado numa perspectiva de se construir uma sociedade que seja economicamente eficiente, socialmente justa e politicamente livre, deve-se enxergar esta demanda como alternativa, mesmo precária que a população tem encontrado para suprir suas carências.

“ Olhe, hoje o ambulante, ele é ambulante, mas é ele que vende as mercadorias das empresas não é verdade? Porque de onde é que vem a cerveja? Da Brahma, vem da fábrica. Quem vende? Os ambulantes, não é verdade? Hoje nós vendemos, os mil e duzentos churrasqueiros, nós vendemos mais de mil quilos de carne por dia e de onde vem a carne? Da fazenda. Pra onde vai o dinheiro? Pro banco. Não gerou dinheiro, não gerou renda? Então eu acho que hoje a pessoa segue o lado da economia informal, do ambulante, porque realmente como é que a pessoa tem três filhos e vai viver com um salário? Não tem condições de viver com um salário para pagar água, energia, às vezes até uma casinha, transporte com trezentos reais, então esse é o motivo que cada vez mais vai crescendo a população de ambulantes.

O papel social do ambulante é muito importante porque desse trabalho eu sustento quatorze pessoas. Pra mim é uma maravilha e é muito importante o meu papel social.” (José Pedro dos Santos, ambulante de confecções)

Não se pode deixar de levar em consideração que ser dono do seu próprio negócio tem favorecido a prática da cidadania na reivindicação do seu espaço social, na formação e consolidação de sua identidade e conseqüentemente na elevação de sua auto-estima. Práticas democráticas fomentadoras de uma sociedade mais justa e igualitária.

²² Evasão no sentido de fuga do controle e da fiscalização formal do Estado.

5.6. O Ponto negado – Histórico da Exclusão

Ao mesmo tempo em que se intensifica a economia no espaço das ruas, também se intensificam os conflitos para não permitir que ela se estabeleça e desenvolva ocupando o espaço da circulação. Esses conflitos não ensejam práticas políticas estruturantes que possam reverter as conseqüências deste crescimento populacional espacialmente concentrado que a sociedade capitalista tem alimentado, pois a marcha para o mercado informal tem sido muito maior que a oferta de políticas públicas includentes. Não obstante, a visibilidade do fenômeno, esse comércio não está integrado a nenhuma política pública, quer de fomento ou de erradicação.

“Historicamente, em relação à gestão do poder público, a alternância entre a absoluta intolerância e a permissividade nunca chegou a colocar termos definitivos e eficazes para o trabalho informal nas ruas. A capacidade de contrariar procedimentos, por meio de alianças entre trabalhadores ou com o poder público, tornou a condição da clandestinidade nos espaços públicos a grande “arte do artifício”. Artifício para escapar, desviar e burlar uma regra que é quase inoperante.” (Itikawa, 2003: 341)

Em tese, cabe por princípio ao Estado como gestor do espaço público, respeitando a diversidade de interesses aí contidos e se espelhando na ética de uma sociedade que se pretende igualitária, estabelecer regras de conduta que norteiem os usos destes espaços públicos urbanos.

Enquanto este trabalho estava sendo elaborado acompanhou-se diversas ações dos Órgãos Gestores com relação à permanência ou não de ambulantes, especialmente a permanência dos churrasquinhos nos espaços públicos, o que conduziu a pesquisa a constatar novos “mapeamentos”, redirecionamentos e algumas “pulverizações”²³. As pulverizações foram provocadas pela saída de alguns dos comerciantes para ocupações individualizadas.

²³ Pulverizações no sentido lefebvriano em “O Direito à Cidade”: de diluição, de espalhamento de se desfazer a rede social existente (Lefebvre, 1969).

Estas pulverizações ampliaram o déficit de espaço que é normalmente legitimado para o exercício do trabalho ambulante. Mas, ao mesmo tempo, estes comerciantes na busca de novas brechas espaciais, descobrem alternativas, outras arrumações e outros pactos sociais que garantem sua sobrevivência.

Na região central da cidade de Maceió há uma clara limitação de espaços que não permite comportar todos os trabalhadores informais. A reduzida capacidade de abrigar trabalhadores no espaço público determinada pela Prefeitura resulta, sistematicamente, em uma grande massa de clandestinos. Nesse sentido, as políticas de regulação da atividade nunca chegaram sequer a contemplar a metade da demanda das ruas.

De acordo com os dados obtidos pela pesquisa, a localização dos Pontos de Churrasquinho que são permitidos no espaço público do Centro de Maceió foi determinada pelo Poder Público que, em comum acordo com os comerciantes já instalados, estabeleceu novos locais, normas, horários e limites para a prática deste comércio.

Muitos destes novos locais determinados foram aceitos pelos comerciantes que, pela impossibilidade de escolha e inexistência de alternativas, terminavam temporariamente aceitando. A aceitação não pode ser vista como resignação, nem como um problema resolvido. Seria o que Chauí (1984) denomina de conformismo e resistência, por ser mais interessante considerá-lo ambíguo "(...) capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação".

As relações entre as permissões são muito frágeis, pois, na prática, nem sempre os locais designados pelo Poder Público para o ofício ou comércio ambulante trazem os resultados esperados em termos de negociações. Não existe uma preocupação da municipalidade em viabilizar este comércio. A preocupação é com a remoção, a sua extinção. Este desinteresse, percebido pelos comerciantes, não permite que se estabeleça um

compromisso duradouro entre ambas as partes, fazendo com que eles voltem aos antigos locais de trabalho, de onde foram removidos, ou decidam por outros que lhes pareçam mais convenientes.

Percebe-se também que este descaso se repete na instância federal. As políticas públicas brasileiras só são pensadas e implementadas em situações de extrema crise. Elas são para remediar problemas já instalados e agravados e não para prevenir que degradações sociais e urbanas se instalem.

Um questionamento acerca desse contexto é que a presença dos camelôs e ambulantes nas ruas das cidades não tenha sido assumida como um dos principais desafios pelos planejadores urbanos, pelos partidos políticos (que os procuram em épocas de eleição) e, especialmente, pelos setores organizados da classe trabalhadora.

Em entrevista (2004) com Sr. José Cícero dos Santos, Presidente da Associação dos Ambulantes do Churrasquinho do Centro de Maceió, ele relata que a categoria já enfrentou muitas dificuldades antes de ser reconhecida, mas que obteve muito apoio de alguns vereadores.

Foram citados o Vereador Paulo Fernando dos Santos (Paulão), hoje deputado estadual, como o primeiro a encampar a luta pelo reconhecimento da categoria e o vereador Marcos Alves, na época Secretário de Abastecimento e da Prefeita Kátia Born que, desde a sua primeira gestão na prefeitura, tem procurado reconhecê-los.

Esta presença ambulante está consolidada no cenário urbano desde o surgimento da vila de Maceió, mas mesmo assim não observamos na malha urbana, nem nos projetos urbanísticos a inclusão dos ambulantes como parte integrante da cidade. Onde eles se situam? Que espaço é dirigido a eles?

As ruas? Sim. Mas onde, se suas calçadas mal permitem o ir e vir, e as pistas de rolamento mal cabem os automóveis?

As ruas? Não. Então onde, se hoje este comércio abrange uma parcela considerável da população e a cidade não oferece espaços condizentes para a sua atuação?

A prática é sempre responsabilizar os ambulantes como os “vilões” do espaço público, como elemento antiestético, irregular, invasor do espaço público e a solução é a remoção deles ou confiná-los em áreas que não possuem o fluxo de pessoas tão necessário a este comércio.

No caso específico de Maceió, observa-se que o poder público municipal, a partir da administração do Prefeito Djalma Marinho Muniz Falcão (1985) estabeleceu políticas de “tolerância”, com autorizações legais e liberação de algumas áreas para que alguns ambulantes sejam reconhecidos. Uma aparente tentativa de preocupação social que cria uma fachada facilmente desmascarada quando esta permissão não atinge nem 3% (três por cento) da demanda.

Um exemplo é a categoria comerciante de churrasquinho que, em Maceió, segundo informações da SMCCU e da Associação dos Ambulantes de Churrasquinho, possui um universo em torno de 1200 comerciantes (2004). Apesar deste número, apenas 17 são oficialmente cadastrados e reconhecidos pela SMCCU, com espaços destinados a eles, e 15 outros que estão sob a proteção da Associação que informalmente garante as suas permanências, totalizando 32 associados. Esta proteção se dá através da manutenção de um acordo em que os ambulantes cumprem determinadas regras para se manter nas localidades determinadas.

Alguns poucos estão distribuídos regularmente, através de um acordo com a Prefeitura que nem sempre os protege ou garante o seu ofício, pela fragilidade das regras impostas nesta relação ambígua existente entre o Poder Público e os churrasquinhos²⁴.

As áreas disponibilizadas pela Prefeitura para os churrasquinhos são de 6m x 6m para cada, o que é suficiente para que coloquem sete jogos de mesas por comerciante, intercaladas por espaços de circulação de 2m de largura. Este espaço básico foi o que delimitou a quantidade de vendedores para cada local. Apenas três locais no Centro foram disponibilizados – Praça dos Palmares, Rua Joaquim Távora (Rua da Alegria) e Praça do Pirulito - espaços que só absorvem 17 carrinhos.

Os muitos outros que não fazem parte da Associação, não estão nestes locais do Centro da cidade, trabalham irregularmente, espalhados por pontos estratégicos que fazem uma cobertura total da cidade, num pacto de tolerância que fortalece a rede de influências, de concorrência e de solidariedade aí exercidas. Esta rede permite que os ambulantes lancem mão de estratégias de trabalho que garantem a sua sobrevivência.

Esta descrição representa a realidade dos que estão sob a proteção da Associação dos ambulantes de churrasquinho, isto é, daqueles que estão inscritos e que concordam com as regras da Associação e pagam mensalidade.

Formalmente os comerciantes não poderiam ocupar o espaço público, porém, submetidos a acordos e normas a serem obedecidas, a municipalidade (Gestões da Prefeita Kátia Born 1997-2000 e 2001-2004) decidiu tratar o assunto com uma dose de tolerância e flexibilidade.

O acordo está explicitado na norma elaborada pela SMCCU (Anexo 1). Esta norma não é um documento oficial, tanto que nem possui um número referencial. Funciona

²⁴ O termo Churrasquinho, neste trabalho, é uma metonímia. Algumas vezes se refere ao produto, outras ao comerciante, pela proximidade existente entre produto vendido / vendedor do produto.

como um “acordo de cavalheiros” especificamente entre a Prefeitura e estes ambulantes. Por seu caráter provisório, estas Normas que estavam em vigor, tornaram-se obsoletas quando da implantação do projeto de requalificação do Centro.

O Projeto de Requalificação do Centro de Maceió iniciado na administração da Prefeita Kátia Born e assumido pela nova administração Municipal Prefeito Cícero Almeida (2005) não contempla os camelôs, nem tampouco os churrasquinhos. Pretende-se retirá-los do Centro sem que tenham sido sequer pensadas alternativas para esse tipo de atividade em outras localidades, ou outras propostas de trabalho para incluí-los.

“A Prefeitura Municipal de Maceió, por meio da Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU), intensifica, hoje, o trabalho de notificação e retirada dos mais de 300 ambulantes e camelôs que comercializam de forma desordenada churrasquinhos, frutas e verduras nas ruas do centro de Maceió. O titular do órgão, Ednaldo Marques, afirmou que a SMCCU está montando estratégias de remoção imediata destes profissionais, que atuam no mercado informal, e reforçou que o órgão vai interferir com rigor na ocupação desordenada dos espaços urbanos. “Frutas e verduras devem ser vendidas no Mercado da Produção, pois desarrumam e sujam a cidade.” De acordo com ele, nos próximos dias a Prefeitura Municipal deve deslocar os ambulantes, previamente cadastrados, para dois estacionamentos localizados na Praça dos Palmares, mas a SMCCU não vai esperar esta operação para agir. “Temos apenas 192 ambulantes e camelôs cadastrados, mas todos os dias aparecem novos profissionais nas ruas centrais de Maceió, sobretudo nas ruas Augusta e Pedro Monteiro.” Há camelôs que têm entre duas e três barracas espalhadas em vários pontos do Centro e outros ainda que mantêm até oito bancas com a comercialização de produtos variados. Os ambulantes que vendem churrasquinho em locais inadequados, a exemplo de portas de hospitais, serão os primeiros a deixar o ponto, reforçou.” (Notícia veiculada por “O Jornal” de 01/06/2005).

Neste momento (2006), Maceió tem exercitado mais firmemente o seu poder de exclusão. Tenta-se hoje extirpar da cidade, principalmente do Centro, as marcas ambulantes num processo que inicialmente zoneia as áreas de influência, depois os confinam em locais privados o que naturalmente garante a sua extinção. Primeiro porque o lugar privado, confinado já extingue a característica que o particulariza, o movimento. Ele se torna um comerciante como outro qualquer. Mas se mesmo assim ele resiste, será exterminado pelas condições adversas do espaço que lhes foi determinado.

Com o impasse estabelecido, são procuradas soluções paliativas, “arranjos informais” sem nenhum apoio jurídico que lhes garantam um espaço adequado e permanente.

A solução paliativa mais recente (2006) é a remoção de grande parte dos ambulantes em geral para uma área privada, alugada, fora do Centro “requalificado”.

Apesar da proximidade com o espaço gentrificado, a área escolhida (Fotos 3 e 4), terreno de origem e conformação privada, próximo à Praça dos Palmares onde funcionava precariamente um estacionamento, já estava inviabilizada pela inexistência de fluxos tanto de pedestres como de automóveis no local.



Foto 3 – Shopping Popular – espaço interno



Foto 4 – Fachada do Shopping Popular

Esta providência, por parte da municipalidade, tem trazido grandes prejuízos materiais com relação aos comerciantes que não conseguem vender seus produtos. Incitam-se, neste momento, os ânimos dos ambulantes, no sentido de se rebelarem a esta nova determinação.

“A tentativa da Prefeitura de Maceió de disciplinar a presença dos camelôs numa área própria para a categoria sem prejudicar lojistas do Centro pode fracassar.

Ontem, a Gazeta flagrou camelôs que inicialmente aceitaram permanecer no Shopping Popular, construído próximo da Praça Palmares, de volta à Rua Joaquim Távora, no centro da cidade. A justificativa é uma só: o ponto é movimentado.

Segundo a vendedora Maria Sirce da Silva, a experiência no shopping não foi das mais agradáveis. Depois de 15 dias comercializando no local, ela diz que conseguiu faturar apenas R\$ 5,00.

“Fiquei desesperada porque até o dinheiro do transporte de volta para casa eu tinha que levar. As pessoas não estão freqüentando o local”, diz a ambulante, que há 20 anos comercializa confecções. Ela lembra que no mês de dezembro, por exemplo, chegou a faturar até R\$ 450,00 no Centro.” Repórter Marcos Rodrigues (Notícia veiculada pelo jornal Gazeta de Alagoas no dia 8/4/2006)

Com relação ao Poder Público, os prejuízos são de ordem política. Esta decisão mostra que a municipalidade continua tratando a questão da ocupação dos espaços de domínio público de maneira provisória, desleixada e irresponsável. O equívoco de encaminhá-los para áreas do âmbito do privado descaracterizando suas ocupações e inviabilizando o seu comércio, é uma decisão fadada ao fracasso. Uma realocização que foi vantajosa apenas para o proprietário do imóvel privado (estacionamento) que transformou em área lucrativa um espaço desativado.

A política atual de remoção de ambulantes não se restringe ao Centro. Os órgãos municipais têm agido com rigidez, fazendo com que estes comerciantes estejam vivendo momentos de insegurança e de acirramento dos conflitos. Mas é também o momento da mudança, da criatividade. Quanto mais dificuldades, maior é o dispêndio para procurar superá-las, principalmente porque a necessidade de sobrevivência é uma constante que não pode ficar a mercê dos Planos de Uso e Ocupação do Solo que não contemplam a questão social. São destas dificuldades e das tentativas de superá-las que as micro-políticas informais surgem.

Seção 6 – Materialidade – Usos e apropriações dos espaços de uso público

6.1. A Rua – O espaço do ambulante

Partimos do entendimento abrangente do Ponto através dos movimentos e das relações que o ambulante desenvolve na cidade e que Salingeros (1989) chama de Teia Urbana. A Teia Urbana é o conceito que será utilizado para embasar a questão empírica.

As ruas, praças, enfim, todos os espaços de uso público só se materializam através dos seus referenciais humanos, pois são palcos da presença ativa de pessoas. Destes referenciais humanos presentes no espaço público, um dos que carregam grande carga simbólica é o ambulante. Do mesmo modo que o ambulante precisa dos espaços de uso público para viabilizar o seu comércio, aqueles necessitam de sua presença para materializar-se como espaço das trocas, da sociabilidade, da comunicação. Papel que o ambulante desempenha com destreza por conhecer a linguagem da rua, dos espaços públicos. São excelentes comunicadores e mantêm a originalidade da sua imagem, seja na ocupação do espaço, no produto vendido, em sua aparência, ou na aparência dos equipamentos que utiliza.

O ambulante é sempre um elemento surpresa, um símbolo e um ícone popular que mantém em seus hábitos e costumes a história do lugar. Grande parte de suas práticas têm servido como lições para os lojistas que se apropriando dos seus métodos, os introduzem também no comércio formal. Exemplos são os funcionários contratados para anunciarem as promoções, prática típica do ambulante em anunciar seu produto.

A relação de trocas entre as categorias do comércio formal e do ambulante é antiga, pois comercializar não é um saber exclusivo de apenas uma das categorias de comércio. O formal e o informal detêm um grande conhecimento do seu métier, além de terem se desenvolvido simultaneamente. Como ilustração, a utilização da rua como

continuação de sua loja (Fotos 5 e 6) é uma entre muitas das estratégias que o comerciante formal, espelhando-se no informal, delas se apropria.



Fotos 5 e 6 – Ocupação do espaço público pelo comércio formal – Rua Boa Vista

Seguindo este raciocínio justifica-se aqui, o rumo da pesquisa. Para o desenvolvimento desta etapa nos apropriamos de categorias e princípios já utilizados pelo comércio varejista formal na consideração do fenômeno do Ponto e da localização e, em seguida avançamos na introdução de itens específicos ao ambulante.

6.2. Localização dos Pontos – Princípios definidores

A questão da localização é considerada, por um grande número de especialistas, pesquisadores e principalmente pelos comerciantes como uma das decisões estratégicas mais importantes do setor varejista.

As localizações comerciais são as oportunidades espaciais que, aliadas aos fatores sócio-econômicos e simbólicos, formam o conjunto cultural que alicerça o surgimento dos Pontos. A localização é o grande valor de uso produzido pelas aglomerações, embora não específico delas. Esse valor de uso se caracteriza pelas possibilidades que as diferentes categorias sociais apresentam para orientar os deslocamentos urbanos.

Revela que o espaço é estruturado pelo controle de tempo de deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores. As possibilidades desse controle fazem com que as categorias sociais disputem as localizações e isso se dá tanto por ocasião da sua produção como de seu consumo, ou seja, ao controle dos tempos de deslocamento dos componentes das diferentes classes sociais. Esse controle apresenta-se, então como uma forma de domínio do espaço necessário para que haja a apropriação.

Os Pontos mais estratégicos do comércio de rua em geral, como também os do churrasquinho, são os pontos de grande circulação de pedestres. Estas localizações garantem a rapidez e o volume do consumo dos produtos e serviços existentes, portanto o volume dos negócios e da lucratividade, fenômeno este que se faz presente em vários pontos do espaço urbano.

Na descrição e conceituação dos Pontos observa-se que inúmeros fatores de ordem espacial, sócio-econômicos e simbólicos são determinantes para a caracterização da sua materialidade.

“Uma característica peculiar do espaço contemporâneo consiste precisamente na variedade crescente das formas nas quais as localizações podem materializar-se...” (Déak, 1989: 20).

Para entender a multiplicação criativa destas diferentes formas de localização e para estabelecer parâmetros que considerem a variedade das ocupações dos churrasquinhos, utilizaremos alguns dados da pesquisa do grupo denominado “Convergência Urbana”²⁵ formado por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Pelotas (FAUrb –UFPel) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), que elaborou um modelo onde considera três categorias espaciais responsáveis pela eleição dos pontos de

²⁵ Participam do grupo de Convergência Urbana, pela FAUrb - UFPel: Márcio Midon, Fabrício Mota, Gustavo Oliveira, Luis Eduardo Carpe, Marina Martins, Raul Marques, e Maurício Polidori; pelo Propur Ufrgs: Rômulo Krafta, a Eliane Constantinou e Felipe Gonzáles.

demanda pelos usuários e a localização da oferta pelos comerciantes. São categorias que permitem caracterizar o Ponto e suas localizações. As categorias são:

a) **oportunidade espacial** – qualifica a localização dos diferentes pontos de demanda,

b) **convergência** – especifica quais os pontos de demanda que possuem localização privilegiada,

c) **potencial** – informa sobre lugares onde a relação entre oferta e demanda é configuracionalmente adequada.

. Oportunidade Espacial - Espaços residuais de pequena escala

A Oportunidade Espacial são os atributos do espaço que estão vinculados ao elemento funcional. São áreas que permitem a fixação (Ponto) do ambulante.

A percepção que estes comerciantes têm do potencial da cidade e as proibições que lhes são impostas com relação às suas ocupações nos espaços tradicionais como as ruas, praças e calçadas fizeram com que eles descobrissem brechas espaciais para suas apropriações. Elas estão distribuídas por toda a cidade de Maceió em áreas que aqui serão tratadas como áreas residuais de pequena escala. São as áreas residuais que Maceió possui.

Através dessa ocupação percebe-se que o ambulante em geral e o churrasquinho em particular, utiliza as áreas fronteiriças, as bordas, sobras ou franjas de espaços consolidados como as praças, ruas e calçadas. Estão também ao longo dos principais eixos viários de circulação, no próprio leito dessas avenidas, nas vagas de estacionamentos entre os

automóveis, em áreas delimitadas por balizadores²⁶ (Fotos 7 e 8) da circulação de automóveis, nos acessos a bairros e em locais conceituados como sub-centros ou centros de bairros.



Fotos 7 e 8 – Espaços Residuais - Bordas / Brechas da Praça dos Palmares. Entre gelos-baianos

“O território metropolitano conforma-se por uma rede desses espaços residuais e uma rede de fluxos que se complementam. Apesar do avanço vertiginoso do processo de globalização e de suas conexões nodais, no âmbito do espaço territorial, a metrópole ainda detém os chamados "espaços banais", conforme descrito por Milton Santos.” (Leite, 2005: 2)²⁷.

Estes espaços se configuram como sobras espaciais, de caráter público, privado ou misto, aqui tratadas como espaços residuais de pequena escala. Os espaços residuais de pequena escala são áreas centrais ou periféricas intra-urbanas sem uso que, por sua conformação ou especificidade, são percebidas como potenciais áreas para serem apropriadas.

São os espaços ditos “banais” que, na pequena escala local, vão oferecendo alternativas de ocupação informal.

²⁶ “Gelo baiano”, como são denominados popularmente os blocos de concreto de forma trapezoidal, colocados sobre as vias de circulação urbanas para orientar o trânsito das ruas.

²⁷ (Cf. Leite, C. *Rearticulação do território metropolitano: a orla ferroviária paulistana* <http://www.comciencia.br> (acessado em 15.03.2005).

. Convergência – O atrator urbano

Sobre a Convergência, segunda categoria considerada, observa-se:

A escolha por estes comerciantes, de locais próximos a estabelecimentos comerciais que funcionam como atratores²⁸ e podem ser considerados como potenciais concorrentes, no caso de supermercados, shopping-centers, lanchonetes, etc. O entorno de supermercados é um dos Pontos de apropriação mais procurados pelos ambulantes, inclusive o Churrasquinho.

“... E acho curiosíssimo que esses fruteiros sempre escolhem montar suas barracquinhas justamente ao lado dos supermercados, já percebeu?... ao invés de arrumar um ponto novo o cara vai e quer fazer concorrência bem na frente da loja que já existe.” Carol Nogueira²⁹.

Esta escolha se dá entre o comércio formal que oportuniza o surgimento do informal. Percebe-se que, apesar de serem concorrentes por negociarem o mesmo produto, não são concorrentes quanto à clientela. Por oferecerem produtos mais baratos atendem a outra faixa da população.

Existe uma outra modalidade de convergência que resulta na concentração de comerciantes do mesmo produto instalados em um mesmo local, é a apropriação compartilhada.

Neste caso, consideramos a concorrência entre iguais. Negociantes informais de um mesmo produto no mesmo local.

A intensidade do número desses comerciantes trabalhando de modo compartilhado, isto é, locais onde há concentração de Pontos de dois ou mais ambulantes, inclusive Pontos exclusivos do churrasquinho, fizeram com que estas áreas fossem estudadas mais de perto com relação ao nosso recorte.

²⁸ - É o mesmo princípio com relação às lojas âncoras utilizado nos Shopping Centers.

²⁹ Carol Nogueira – Jornalista in “Metamorfose Ambulante” crônica da coluna Grande Circular - Candango (jornal da Internet)

Analisando este arranjo ocupacional percebe-se que a garantia da sobrevivência desta população está no compartilhar e no agir.

. Potencial - O complemento do Equipamento Urbano

Andar por determinados locais em Maceió exige paciência, principalmente se forem lugares próximos a hospitais, faculdades, escritórios, consultórios, estádios de futebol, e paradas de ônibus de grande movimento. A razão é simples: o churrasquinho, como outros ambulantes, acompanham a dinâmica do uso e ocupação do solo instalada nos lotes formalmente ocupados por estes equipamentos urbanos. Os equipamentos são focos de atração urbana, concentrando um grande contingente de pessoas, mas não fornecem os serviços que os seus usuários necessitam sendo, portanto, supridos cada vez mais através, dentre outros, por esse comerciante informal.

Percebe-se com isso que, na arrumação das funções distribuídas na cidade, as atividades formais não englobam a diversidade de necessidades da chamada sociedade urbana.

Existe uma lacuna formal nos usos e funções da cidade, descoberta pelos ambulantes. Os engraxates, os proprietários de carrinhos de cachorros-quentes, os vendedores ambulantes e o nosso churrasquinho, dentre outros, passaram a desempenhar algumas funções que também fazem parte do conjunto de atividades presentes nas cidades e que, evidentemente, não estão sendo garantidas.

Richard Nelson (1958) em seu livro “The Selection of Retail Location” desenvolveu um conjunto de oito princípios básicos para a escolha da localização, que referenda e amplia o modelo do grupo “Convergência Urbana” conforme quadro abaixo:

1. Potencial de Área – volumes de negócios que podem ser gerados
2. Acessibilidade – vias, meios de transporte, fluxos de pedestres, confluências
3. Potencial de Crescimento – análise demográfica e de crescimento de renda
4. Interceptação de Negócios – localização entre moradias e compras habituais
5. Atração Cumulativa – compras comparadas, especializadas.
6. Compatibilidade – compras associadas
7. Minimização de Riscos de Concorrência – identificação de locais de concorrência
8. Aspectos Microeconômicos – custos de funcionamento, preços mais competitivos
9. Mobilidade** - mudança de locais conforme horários / eventos ou fluxos.
10. Temporalidades ** - utilização de horários não conflitantes

Quadro 1 - Princípios básicos para a escolha da localização varejista**

* Tópicos 9 e 10 introduzidos pela pesquisadora.

** Fonte: Richard Nelson, 1958. Quadro adaptado pela pesquisadora para uma maior compreensão do ambulante

Estes princípios vêm ao encontro das categorias tratadas anteriormente como complementos para a particularidade do ambulante, que por ser irregular precisa estabelecer estratégias específicas para garantir suas apropriações.

O item 9 introduzido no quadro acima diz respeito à questão ambulante que tem na mobilidade a sua referência espacial mais marcante. O item 10 se refere à temporalidade específica do churrasquinho (noite) que começa a trabalhar quando o comércio fecha suas portas. É um horário alternativo que está relacionado com o descanso e com o lazer de seus usuários/clientes.

As categorias estudadas, tanto as do Grupo “Convergência Urbana” como as de Richard Nelson que se complementam, estão contidas numa conceituação maior criada por Stephen Carr (1992), como elementos da cultura, que englobam os elementos espaciais, o elemento social e o simbólico:

- oportunidade espacial - os atributos do espaço – estaria vinculados ao elemento funcional,

- convergência - a classificação de agentes que se relacionam no espaço para manter suas atividades, vinculados ao elemento social,

- potencial - a apropriação - no arranjo de grupos sociais que se apropriam dos espaços, mediante regras que atuam como princípio regulador do comportamento, vinculado ao elemento simbólico.

Para ampliarmos estas categorias foram consideradas as características de cada espaço para adequar os serviços que seriam prestados e os produtos que seriam comercializados.

Características como acessibilidade, visibilidade, maior concentração ou fluxo de pessoas, maiores espaços, maior ou menor fluxo de automóveis e proteção natural serão justificadas dentro destas categorias.

Villaça (2001: 74) diz que os diferentes pontos do espaço urbano têm diferentes acessibilidades com relação a todo o conjunto da cidade. A acessibilidade revela a quantidade de trabalho socialmente necessário dispendido em sua produção. Então, quanto mais central a localização, maior o valor de uso e conseqüentemente o maior número de Pontos a serem apropriados.

Para o melhor entendimento do nosso foco – o ambulante - estamos relacionando metodologicamente três categorias para confrontarmos os princípios trabalhados acima. Consideraremos o espaço público como espacialidade-modelo para especificarmos a oportunidade espacial. O elemento urbano que mais atratores possui para definir a convergência é o Centro e para caracterizar o potencial o ambulante do churrasquinho será definidor desta categoria, como elemento simbólico.

1. Oportunidade espacial – Espaço público (funcional)
2. Convergência – Centro da cidade (social)
3. Potencial – Ambulante (Churrasquinho) (simbólico)

6.3. Localização dos Pontos – Espaços apropriados

. O espaço público do Centro de Maceió – espaço idealizado – oportunidade, convergência e potencial.

Mesmo com todas as mudanças que Maceió vem passando os espaços públicos do Centro ainda se mantêm como os pontos de maior visibilidade da cidade, pela concentração e diversidade de atividades que conseguem aglutinar. Ainda é o lugar da administração, dos negócios, da troca. Está no Centro, nas ruas que contêm sua história, a maior concentração e a maior variedade de ambulantes.

A vertente do comércio é que atrai estes comerciantes, e os espaços de uso público centrais se tornam os locais de maior atração, que se vê com alguma disponibilidade.

O quadro 2³⁰ apresenta um levantamento de Pontos informais existentes no Centro de Maceió. São dados que estão constantemente se modificando, seja pela fragilidade das autorizações que levam à grande rotatividade destes comerciantes ou pela própria natureza do comércio. Estes dados mais ou menos instáveis representam uma média do número de ocupantes destes espaços. O que se mantém é a relação entre espacialização, potencial e convergência dos Pontos, suas características facilitadoras de negociações que definem cada espaço para cada produto ou serviço.

O Centro de Maceió engloba uma variedade de usos que não está contida neste quadro. Ele é apenas uma amostra da diversidade de apropriações, muitas delas consolidadas pelo uso e reconhecidas pela população da cidade como um todo pela visibilidade que o espaço central proporciona.

30

Quadro elaborado pela autora, baseado em informações levantadas na Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU) da Prefeitura de Maceió, no Sindicato dos Feirantes da Cidade de Maceió e na Associação dos Ambulantes de Churrasquinho do Centro da cidade.

Os espaços de uso público, com seus espaços residuais, surgem como a grande “Oportunidade Espacial” e o Centro é o aglutinador, é o espaço das mil e uma faces é o atrator, caracterizado como a “Convergência”, potencializando as apropriações.

Para efeito de entendimento da apropriação ambulante, especificaremos alguns espaços de maior concentração destes comerciantes e os tipos de ocupação ocorridos nos respectivos Pontos.

Localização	Nº. Pontos	Produtos	Horário (hs.)	Obs.
1- Ladislau Neto	26	Frutas	8:00 às 18:00	Carrinho
2- Igreja Livramento	20	Quituteiras	8:00 às 18:00	Balaios
3- Beco da Moeda	15	Confecções	8:00 às 18:00	Barraca
4- Av. Moreira Lima	200	Diversos	8:00 às 18:00	Carrinho
5- Calçadão	192	Diversos	8:00 às 18:00	Carrinho
6- Praça Deodoro	15	Dogueiros*	8:00 às 18:00	Carrinho
7- Praça Palmares	6	Churrasquinho	18:00 às 22:30	C/ mesas
8- Rua Joaquim Távora	11	“	18:00 às 22:30	C/mesas
9- Rua José Bonifácio	5	“	18:00 às 22:30	S/mesas
10- Av. Buarque de Macedo	2	“	18:00 às 22:30	S/mesas
11- Lojas Americanas	2	“	18:00 às 22:30	S/mesas
12- Sec. de Educação	2	“	18:00 às 22:30	S/mesas
13- Sta. Casa	2	“	18:00 às 22:30	S/mesas
14- Praça do Pirulito	3	“	18:00 às 22:30	C/mesas
15- Diversos	-	Diversos	8:00 às 18:00	Prateleira
16- Feira de Passarinho	Diversos	Diversos	8:00 às 18:00	Diversos
17- Praça Pedro II	8	Relojoeiros	8:00 às 18:00	Diversos
18- Dias Cabral	6	Lambe-Lambes**	8:00 às 18:00	Tripé
19- Praça Montepio	-	Prostituição	-	-

Quadro 2 - Pontos do Centro da Cidade de Maceió por logradouro: (ocupação num dia útil dezembro 2004)

* Dogueiros – vendedores de “hot-dog”, cachorro-quente

** Lambe-Lambes – fotógrafos ambulantes

A área de abrangência do Calçadão do Centro de Maceió não foi alterada. Ela se constitui de quatro quadras da Avenida Moreira Lima, duas da Rua do Comércio, duas da Rua do Livramento e três quadras da Rua Boa Vista (Mapa 2). É onde está a maior convergência dos fluxos de comércio e serviços do Centro.

O surgimento dos calçadões, nesta época, proporcionou o espaço ideal para a concretização desta ocupação. Hoje a área é protegida em seus acessos pelos fiscais municipais que redobram a atenção por saberem que, ao menor descuido, os ambulantes voltarão a ocupá-la.

. As Ruas

A **Avenida Moreira Lima** se configura como elemento de ligação entre a área de comércio tradicional e o Mercado Público com três de suas quadras intermediárias em calçadão. É um dos maiores corredores de pedestres e concentra uma variedade de “pontos” que a torna uma das ruas mais visadas e valorizadas do Centro. É a única do núcleo denominada avenida.

Os ambulantes que ocupavam esta área comercializavam produtos diversos, tais como, roupas, sapatos, produtos eletro-eletrônicos importados e acessórios de moda.



Foto 9 – Calçadão da Av. Moreira Lima antes da Requalificação com ocupação ambulante



Foto 10 – Av. Moreira Lima –Mercado de confecções

No Calçadão (locais 4 e 5 do Quadro 2), as ocupações dos Pontos se davam no sentido longitudinal da rua central (Foto 9) dividindo o espaço em duas grandes calçadas, onde os ambulantes se configuravam como elemento intermediário. Por estarem no centro do fluxo adquiriam uma visibilidade que transformavam estes locais nos mais valorizados Pontos do Centro. No lugar dos ambulantes ocupam agora esta área alguns equipamentos de mobiliário urbano, como bancos, telefones públicos e bancas de revistas.

No final da Avenida Moreira Lima – penúltima quadra limítrofe entre o núcleo de comércio e o Mercado Municipal (Foto 10), sua pista de rolamento foi transformada em mercado. Os camelôs a ocupam com bancas padronizadas de 1,30m de largura x 0,70m de profundidade x 2,50m de altura (área máxima de exposição).

A pista de rolamento prolonga de maneira improvisada o calçadão, interligando duas áreas de muito fluxo: o Mercado e o Comércio. Não há grandes conflitos quanto à ocupação ambulante com relação ao espaço privado que a circunda, pois a quadra é ocupada por dois prédios públicos que utilizam como acessos as áreas laterais da quadra.

A **Rua do Comércio** (Foto 11) explicita em sua denominação a importância que exerce no comércio local. Suas marcas remontam a meados do século XIX e liga as Praças dos Palmares e da Catedral à Praça dos Martírios (Ver mapa). Mantendo a sinuosidade original ela se mantém como o “Centro” do Centro, tendo em seu trajeto o maior número de apelos comerciais em suas calçadas e calçadão.

As duas últimas quadras da rua, com fluxo intenso de veículos são onde se concentra um grande número de pontos de ônibus (Foto 12) que foram deslocados da Praça dos Martírios. O local é bastante inadequado para esta finalidade. A rua não comporta o fluxo de transportes e suas calçadas estreitas deixam os pedestres com sua segurança comprometida por serem obrigados a usar a pista de rolamento como desvio nestes pontos congestionados. O acesso e a visibilidade das lojas aí situadas também ficam comprometidos.



Foto 11 – Calçada da Rua do Comércio antes da Requalificação c/ a presença de ambulantes



Foto 12 – Pontos de ônibus nas últimas quadras da Rua do Comércio

O restante de seu trajeto e o Largo formado pelo encontro desta rua com a Rua Senador Mendonça se configura em calçada.

Os “Pontos” seguem o traçado sinuoso da rua onde os ambulantes, em sua maioria, do ramo de confecções formavam um cordão central no calçada dividindo-o em duas vias de pedestres. Eles estavam no centro da via e se beneficiavam da posição estratégica que lhes permita ter duas vitrines para expor seus produtos.

Primeira paralela à esquerda da Rua do Comércio, a **Rua Boa Vista** ou Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque (Foto 13) se apresenta menos sinuosa, mas com a mesma conformação funcional da anterior: bancas enfileiradas paralelas aos fluxos.



Foto 13 – Rua Boa Vista - Pontos centralizados no leito do calçada



Foto 14 - O Ponto das quituteiras.

A rua tem sua maior quadra como calçadão e o restante com fluxo de veículos e estacionamento. Seu calçadão é um dos mais consolidados, pois se situa no núcleo da intervenção, interligando os calçadões da Avenida Moreira Lima com a Rua Senador Mendonça.

É nesta rua, ao lado da Igreja do Livramento onde se encontram as quituteiras (Foto 14), em sua maioria mulheres que comercializam, em seus cestos de cipó ou bandejas de madeira com bases móveis, produtos regionais típicos, como bolos de mandioca, de milho, beiju, grude, tapioca, etc. É um Ponto Consolidado que se mantém.

Rua do Livramento ou Rua Senador Mendonça – no âmbito do espaço privado, um calçadão repleto de instituições bancárias e uma Igreja que lhe dá nome.

A foto 15 mostra a Praça Dona Rosa da Fonseca, situada em frente à Igreja de N. Sra. do Livramento e que foi transformada em bar, hoje Bar do Chopp. É o privado se sobrepondo ao público num dos “Pontos” de maior visibilidade da cidade. No âmbito semi-público,³¹ uma Praça Pública - Praça Rosa da Fonseca que desapareceu para dar lugar a um bar - Bar do Chopp (Foto 15). No âmbito público os ambulantes de prateleira³² (Foto 16) que utilizam as grades da Praça-bar e da Igreja do Livramento para exporem seus produtos.



Foto 15 – Rua do Livramento – Antiga Praça D. Rosa da Fonseca, hoje Bar do Chopp



Foto 16 – Rua do Livramento – Ambulante de prateleira utilizando as grades da Igreja.

³¹ Semi-público – área de domínio privado ou público utilizado para fins de uso coletivo ou público restrito.

³² Ambulante de prateleira, assim chamado àquele que fixa seus mostruários/produtos nas paredes das fachadas das lojas e mantém um acordo com os lojistas que permitem que eles ali se fixem. A Prefeitura não intervém.

Estas são as principais referências desta rua que liga a Praça Deodoro ao Largo da Rua do Comércio onde desemboca e se metamorfoseia.

. Sob as árvores – fronteira entre a calçada e a pista

Os Pontos de frutas e verduras, tais como coco, jaca, melancia, caldo de cana estão localizados, em sua maioria na **Rua Ladislau Neto** (Fotos 17 e 18). Também conhecida como Rua Augusta ou das Árvores por sua configuração diferenciada do restante do tecido urbano central, permite que estes vendedores de produtos perecíveis se beneficiem das áreas mais sombreadas do local e do clima mais ameno da rua.

Apesar de não possuir calçadão em nenhuma de suas quadras é um Ponto de alta concentração ambulante. Pela profusão de nomes que a rua é identificada já se infere as múltiplas possibilidades de apropriação e a importância que esta rua tem para com o conjunto do espaço central da cidade. É o referencial de uma história que teima em não se apagar numa cidade que já perdeu tantas referências.

Das ruas pesquisadas, ela é a que resistiu mais tempo à invasão do comércio sendo ainda ocupada por algumas residências, por isso sua leitura arquitetônica mantém mais forte os traços do passado em contraste com os novos ritmos da Maceió contemporânea.

Espaço vital para a leitura histórica da cidade, ela já foi tema de músicas, de pesquisas, e está introjetada na memória dos maceioenses. Suas árvores frondosas, cinquentenárias, criam um micro clima favorável às permanências, invadem calçadas e pistas de rolamento, criando um espaço intermediário entre carro e transeunte.

O micro clima está sendo questionado como poluído. Segundo alguns estudiosos, onde a qualidade do ar deveria ser bem melhor que em outros locais, na verdade, esconde o maior corredor de poluição de Maceió. Um estudo desenvolvido pelo Departamento de

Meteorologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) identificou que, entre 12h e 14h, a quantidade de gases poluentes emitidos pelos veículos que transitam no local aumenta em volumes consideráveis.



Fotos 17 e 18 - Rua Ladislau Neto – Ponto de Frutas e Verduras – Fronteira entre calçada e pista de rolamento

Coordenado por Manoel Ferreira, professor de Poluição Atmosférica, o estudo aponta que a grande concentração de poluição na Rua Augusta é provocada por dois fatores específicos: o fluxo intenso – e lento – de veículos e a presença da vegetação abundante, característica mais aprazível da via.

É neste espaço fronteiro entre calçada e pista que os “Pontos” se configuram. Aí os ambulantes dividem o espaço com as árvores e aproveitam a sombra e a temperatura mais amena para manterem frescos por mais tempo seus produtos – frutas e verduras. Lembra a proposta de “calçada cidadã”³³ que cria uma zona intermediária de serviços e equipamentos urbanos entre o espaço de circulação de pedestres e de automóveis.

A **Rua da Alegria** ou Joaquim Távora (Fotos 19 e 20) é uma das mais tradicionais e antigas ruas do Centro, portanto uma rua estreita com grande movimento de pedestres e de automóveis. Suas calçadas em cimento mal cuidado, possuem apenas 1,65m de largura e

³³ Calçada cidadã – É uma proposta que está incluída no Plano Global de Ação – Estratégias para a implementação da Agenda Habitat para Municípios – Declaração de Istambul, como uma ação facilitadora da acessibilidade.

abrigam transeuntes, ambulantes, postes de iluminação, anúncios, vitrines de lojas, num excesso de chamamentos que poluem visualmente e confundem o transeunte que passa espremido neste espaço exíguo. Além disso, suas calçadas não obedecem ao raio normal de curvatura e se estreitam nas esquinas chegando a ter apenas cinquenta centímetros de largura. O pedestre, muitas vezes, é obrigado a utilizar a pista de rolamento para poder circular nestes locais.



Foto 19 - Rua Joaquim Távora, Ponto diurno variado



Foto 20 - À noite, Ponto do Churrasquinho

É a primeira rua após o calçadão e passa por ela uma parte do fluxo de automóveis que circula na área. Possui cinco quadras de dimensões variadas com estacionamento lateral em todas elas, sendo que em duas de suas quadras o estacionamento acontece dos dois lados.

Os “pontos” estão por toda parte e não só nas calçadas, mas diluídos entre os carros e principalmente nas esquinas.

Em sua última quadra localiza-se o “Churrasquinho da Telemar” que concretiza o nome popular da rua como Rua da Alegria. A proximidade física com a sede da empresa de telecomunicações faz com que ele incorpore o mesmo nome servindo como referencial de localização e de identidade. Além deste fato, a rua dá acesso e é passagem para pontos de ônibus que aglutinam diversas linhas de variados bairros da cidade. A quadra é o espaço intermediário entre dois Pontos de ônibus da cidade – o da Praça dos Martírios e o do início

da Rua Augusta. São os usuários destas linhas de ônibus que caracterizam a grande maioria da clientela deste Ponto.

Para a ocupação do Churrasquinho foram liberadas, além da calçada, a faixa de estacionamento da via, áreas que à noite, com a diminuição do fluxo de veículos e a manutenção do fluxo de pedestres que formam a sua clientela, permitem que seu negócio seja viabilizado.

Dos locais destinados ao ambulante, a Rua Joaquim Távora é uma rua estreita, um espaço pequeno que faz com que todos se amontoem entre a calçada e a pista de rolamento, que não é interditada nem nos horários a eles destinados, fazendo com que os comerciantes driblem os carros para atender às mesas que também são colocadas na calçada do outro lado da rua.

Mas, apesar de reconhecerem todas estas dificuldades, não é assim que eles avaliam. O reconhecimento do local pela clientela compensa estas dificuldades fazendo com que não pensem em sair para outros locais. Este é um ponto consolidado.

O maior conflito vivido atualmente no local é o que diz respeito aos limites estabelecidos nos acordos formalizados com o Poder Público e com os ocupantes do espaço privado que são os comerciantes e proprietários dos imóveis aí localizados. Estes últimos, insatisfeitos com as ocupações frontais aos seus estabelecimentos, levam para as barras dos tribunais questões que se arrastam por vários anos até se resolverem quase sempre em favor dos interesses dos proprietários do espaço privado. É um conflito deste tipo que eles estão vivenciando e que trataremos a seguir.

“ Justiça tira vendedores de churrasquinhos do Centro”

“Os ambulantes que vendem churrasquinhos na Rua da Alegria, antiga Rua Joaquim Távora, no Centro, foram proibidos de montar suas barracas no trecho compreendido entre a antiga sede da Telemar e o Banco do Nordeste, por determinação do juiz Antônio Emanuel Dória Ferreira, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Maceió. Na área atuam 11 barraqueiros e três bares que também colocam cadeiras na rua e calçadas.

A pena para o não-cumprimento da medida judicial pela Prefeitura de Maceió é o pagamento de multa diária no valor de R\$ 1 mil, ficando ainda o secretário municipal de Controle do Convívio Urbano, Roberto Barreiros, sujeito às sanções previstas no Código Penal. A medida foi cumprida ontem à tarde pelos fiscais da Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU), por guarnições da Radiopatrulha da Polícia Militar e por oficiais do Centro de Gerenciamento dos Direitos Humanos da PM.

Prevenção

“Fizemos uma operação preventiva para cumprir a decisão da Justiça. Nosso objetivo não é prejudicar ninguém, por este motivo começamos a operação antes das barracas estarem montadas”, disse o fiscal da SMCCU, lembrando que equipes de fiscalização da secretaria estarão na área nos três horários.

Os ambulantes, que só foram comunicados da decisão judicial quando chegaram para trabalhar, alegaram que não têm outra área para trabalhar. Eles foram retirados das ruas do Centro pela Prefeitura de Maceió e levados para a área há seis anos.” (Notícia veiculada no Jornal Gazeta de Alagoas 10/11/2004)

O conflito se inicia quando o acordo firmado entre os ambulantes e o proprietário do prédio de escritórios situado em frente a antiga sede da Telemar se quebra. Eles tinham se comprometido a não obstruir o acesso ao referido prédio. Exatamente o “pedaço” de calçada que possui uma largura maior que as existentes no restante da quadra, resultado das exigências por recuos maiores sobre as construções mais recentes. Este espaço mais amplo é uma oportunidade irresistível de apropriação, mas que, mesmo apesar disso, estava sendo obedecido pelos ambulantes. Um dos bares citados na matéria é um pequeno espaço localizado no lote contíguo ao referido prédio e sua proprietária, não se sentindo comprometida pelo acordo e não dispendo internamente de espaço suficiente para a colocação de suas mesas, resolve distribuí-las onde é mais vantajoso: a larga e bem cuidada calçada do prédio. A partir daí vem acontecendo os desdobramentos de um conflito que deixa estes comerciantes sob uma total insegurança.

. Praças – Espaço do pão de cada dia

Uma praça é um espaço supostamente planejado e marcado para as vidas comunitária e pública das cidades. Com raras exceções as atividades comerciais determinavam o seu cotidiano, como também reuniões, encontros, feiras e festas a exemplo das ágoras gregas.

Se as cidades têm a função de troca de mercadorias, de produção de informação, de desenvolvimento cultural e, acima de tudo, de centralização do poder (Le Goff, 1988: 60), a praça é o espaço que possibilitará a realização destes papéis sociais.

No Centro de Maceió elas são espaços estratégicos rodeadas de Instituições Públicas e intenso comércio. O potencial do local caracteriza o complemento urbano que é o ambulante.

As praças estão distribuídas no Centro configurando um polígono que delimita as áreas de maior fluxo do núcleo central da cidade. As maiores possuem formas retangulares – Praça Deodoro, dos Martírios, Praça D. Pedro II e dos Palmares. As menores – Praça Montepio e Praça do Pirulito possuem conformações especiais, conforme mapa. Concentram junto com o calçadão os “pontos” fixos, licenciados, do espaço público como bancas de jornais e revistas.

A Praça Marechal Floriano Peixoto (Mapa 3 e Foto 21) mais conhecida como **Praça dos Martírios** hoje se encontra integrada à calçada do Palácio dos Martírios, sede do Governo do Estado, formando junto à Igreja dos Martírios e a sede da Prefeitura Municipal um dos conjuntos arquitetônicos mais importantes da cidade.



Mapa 3 - Praça dos Martírios

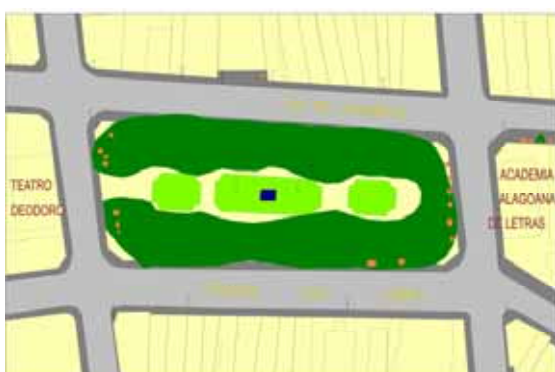


Foto 21- Praça dos Martírios - Ponto do Poder Executivo

Até pouco tempo atrás os “pontos” de ônibus eram uma constante nesta praça como nas outras deste polígono. Eles vão aos poucos sendo deslocados, permanecendo apenas duas linhas de ônibus na Praça dos Martírios. A intervenção do Poder Público nas Praças repete o mesmo raciocínio de sua atuação com relação ao calçadão. Procura-se “gentrificar” estes espaços retirando, inicialmente os Pontos ambulantes e, em seguida seus atratores, os Pontos de ônibus. Um jogo de empurra sem planejamento para com o restante da cidade. Os ambulantes, com o deslocamento dos Pontos de ônibus, não têm sido vistos no local. Apenas um ou dois ficaram utilizando o suporte para as poucas linhas de ônibus que ainda fazem ponto neste local.

A **Praça Deodoro** (Mapa 4 e Foto 22) é a Praça da cultura. Estão aí alguns dos exemplares arquitetônicos que representam e abrigam as manifestações culturais da cidade, como o Teatro Deodoro e a Academia Alagoana de Letras. Localiza-se também o Tribunal de Justiça de Alagoas. Apesar destes vizinhos ilustres, tem sido utilizada como banheiro a céu aberto de seus freqüentadores mais assíduos, os moradores de rua.

“As praças antes serviam para estar. Hoje são apenas “pontos” de passagem. A Praça Deodoro então, com seu piso de paralelepípedos irregulares, fica mais tristonha ainda. As mulheres, com seus charmosos saltos altos, não podem circular por ali.” (Arquiteto Pedro Cabral, no “Pois é” - Jornal eletrônico editado pelo próprio arquiteto)



Mapa 4 - Praça Deodoro – Ponto da Cultura



Foto 22 - Praça Deodoro – Ponto dos “Dogueiros”

Os ambulantes se apropriam de suas bordas para comercializarem compartilhadamente produtos alimentícios como lanches e sanduíches. É o Ponto dos “Dogueiros”.

A importância histórica da Praça D. Pedro II ou **Praça da Catedral** (Mapa 5 e Foto 23) é a de ter sido o primeiro espaço de uso comum de Maceió.



Mapa 5 – Praça da Catedral



Foto 23– Ponto de partida para o desenvolvimento da cidade

Ela abriga em seu entorno a Assembléia Legislativa, a Catedral Metropolitana, a Biblioteca Pública e a Receita Federal ao lado de prédios desativados e decadentes que comprometem a beleza e importância do lugar.

É uma praça que tem parte de sua área cercada e apropriada pela Assembléia Legislativa que a utiliza como estacionamento privado.

Se relacionarmos estas três praças percebe-se que elas concentram em seus entornos os três Poderes constituídos: Praça dos Martírios o Poder Executivo, Praça da Catedral o Poder Legislativo e Praça Deodoro o Poder Judiciário. A Praça da Catedral abriga ainda um quarto Poder, a Igreja. É onde está situada a Catedral Metropolitana.

Antiga Praça da Faculdade de Direito, hoje edifício sede da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, a Praça Bráulio Cavalcante (Mapa 6 e Foto 24), conhecida também

como **Praça Montepio**, foi palco de muitos acontecimentos políticos agora ponto de prostituição é um mero local de passagem.



Praça Braúlio Cavalcante
Mapa 6 – Praça Montepio



Foto 24 - Praça Montepio – Ponto de Prostituição

O nome do Parque Rodolfo Lins (Fotos 25 e 26) está firmemente consolidado com o nome de **Praça do Pirulito**, tanto pela configuração estreita e alongada deste espaço público, como também por ser um termo popular que se harmoniza com o público que ali freqüenta. O nome caracteriza um produto artesanal (pirulito) que era vendido em tabuleiro perfurado exclusivamente pelos ambulantes.



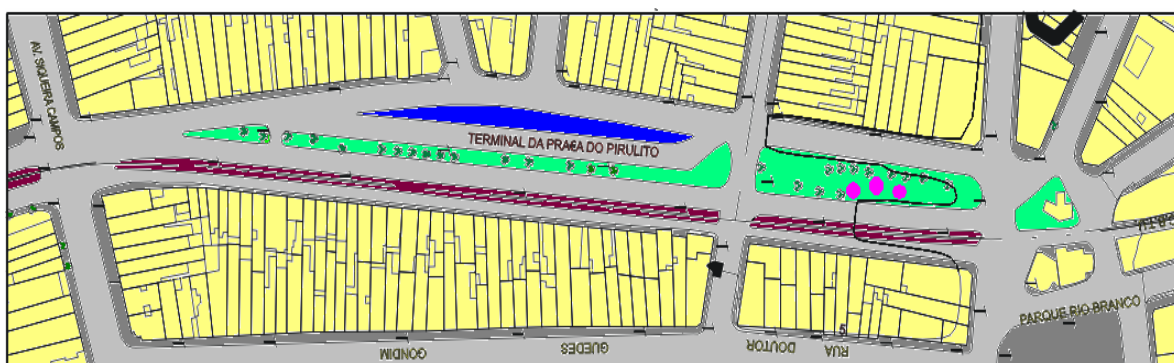
Foto 25 – Pça. do Pirulito – convergência de Fluxos



Foto 26 - Praça do Pirulito – O Ponto do Churrasquinho

Das praças deste núcleo central é a única que ainda mantém um terminal de transportes. Pela proximidade com o Mercado Público, a Feira de Passarinho (espaço

folclórico da área) e pela confluência de diversas ruas (Ver Mapa 7) ela se caracteriza como um espaço convergente, popular e conseqüentemente de alto potencial para o comércio ambulante. Seu traçado alongado acompanha os trilhos da linha férrea que ainda circula por este local.



Mapa 7 – Praça do Pirulito – Convergência de vias, Pontos de ônibus, Pontos do Churrasquinho e os Trilhos

Em torno da Praça ainda há um grande número de residências ao lado de um comércio popular consolidado. O espaço mantém uma diversidade de usos e de temporalidades que permanecem através dos trilhos do transporte ferroviário que mantém neste local o pouco que resta de suas marcas na cidade. O Churrasquinho ocupa área da Praça com maior largura.

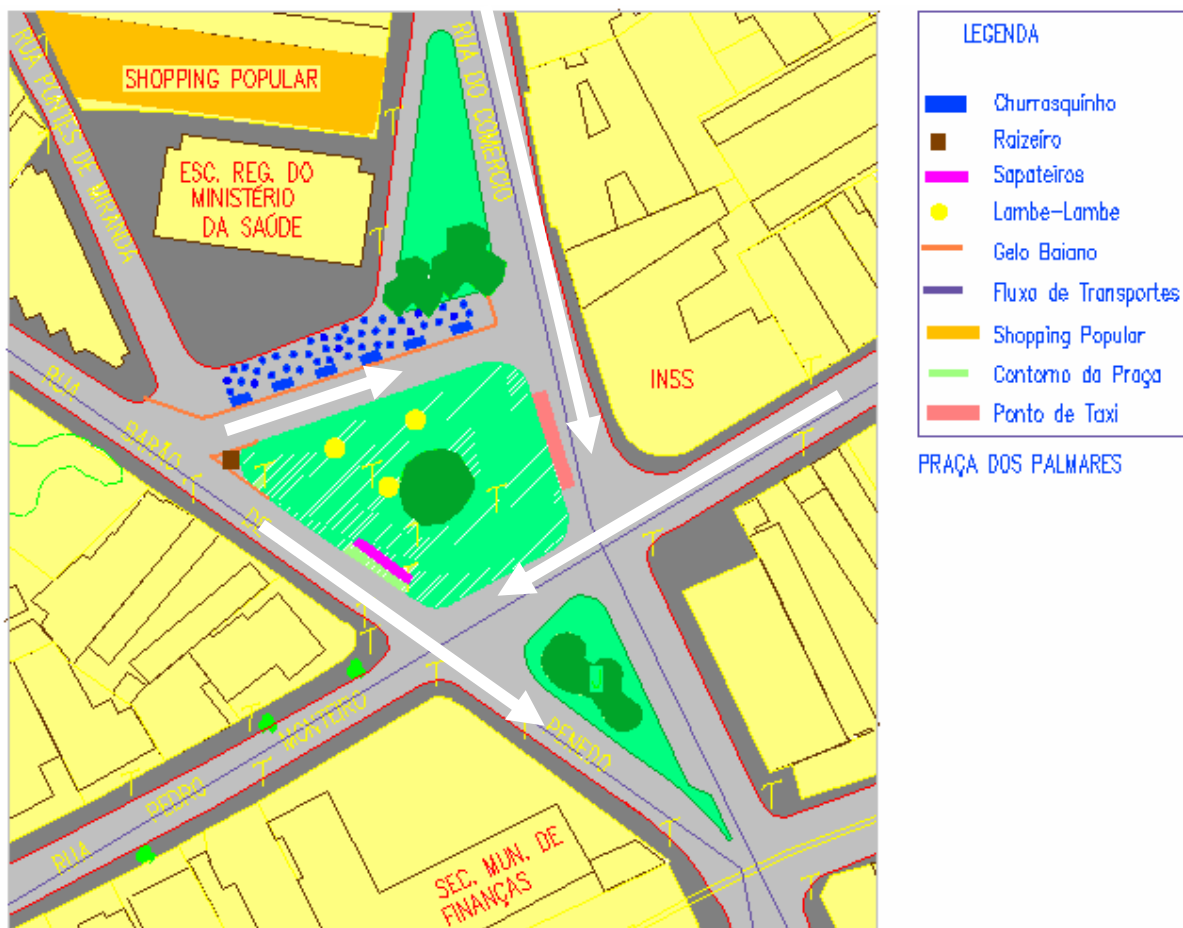
A **Praça dos Palmares** (Mapa 8 e Fotos 27 e 28) se constitui espacialmente de um conjunto de três áreas, duas mini-praças laterais, alongadas e estreitas e a praça central retangular propriamente dita, separadas por duas vias de automóveis. Sua configuração determina o padrão espacial das ruas ao seu redor.

“Aqui a via é larga, são duas vias, os carros passam seguindo à direita e tem uma via que depois das 18 horas praticamente não passa carros, essa via a gente ocupa. Não tem nenhum problema com o tráfego.” (Angelo Silva ambulante da Praça dos Palmares, entrevistado)

Este espaço público é contornado por Instituições públicas como o prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), outras instituições de seguridade social e

alguns estacionamentos privados. Podemos inferir que existem algumas semelhanças entre o usuário que frequenta o espaço privado e o que se apropria do espaço público. Questões como desemprego, acidentes de trabalho, grandes filas encontram respostas neste lugar, através da presença do ambulante oferecendo comida e serviços baratos, além de ser a oportunidade de sobrevivência que podem vislumbrar.

Junto com a Praça da Cadeia, opção mais antiga e esvaziada de relocação ambulante, a Praça é motivo de grandes conflitos, pois atualmente tem sido vista pelo Poder Público como o espaço alternativo provisório para concentrar os ambulantes que foram retirados do calçadão.



Mapa 8 – Praça dos Palmares – Tendência atual de grande concentração ambulante. Pontos de ônibus e Ponto do Churrasquinho

O Churrasquinho da Praça dos Palmares (Mapa nº. 6), não está localizado na praça propriamente dita, ou em suas extremidades, mas no leito da via de menor fluxo que a segmenta para ordenamento do trânsito num quadrilátero delimitado por balizadores de concreto.

“A Praça dos Palmares todo mundo conhece é um ponto de referência e um ponto de apoio porque isso aqui a noite pára (sic) 15 ônibus do interior. Aí serve como comércio e serve como apoio, porque se não tivesse esse churrasquinho aqui na Praça dos Palmares o pessoal que vem do interior ficava sem ter assim ... porque aqui sempre fica muita gente e o pessoal ficava sem ninguém ter apoio porque vem do colégio para esperar o transporte, que aqui fica o ônibus de Boca da Mata, de Coruripe de Marechal Deodoro e de outras cidades né? Como Paripueira, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, aqui para os ônibus que o pessoal vem pro colégio e faz parada aqui isso às dez e meia às 22:30, então esses estudantes eles desfrutam desse ponto de apoio.”(Sr. Cícero ambulante da Pça. dos Palmares)

O espaço exíguo foi o que determinou a quantidade de vendedores para este local: seis comerciantes. Cada um dispõe de uma área de 6m x 6m, espaço que permite a colocação do carrinho e de 7 jogos de mesas para cada comerciante, intercaladas por espaços de circulação de 2m de largura entre eles. Este espaço básico se amplia nos finais de semana quando o número de mesas chega a dobrar. Os comerciantes afirmam que a quantidade de carrinhos chega a 11 nos fins de semana, porém nem todos trabalham no local todos os dias.



Foto 27 – Praça dos Palmares – Ponto dos Sapateiros



Foto 28 – Praça dos Palmares – Ponto dos Fotógrafos

“Hoje os clientes não querem mais ficar privados, dentro dum restaurante. Isso aqui foi criado e a população aceitou. Hoje o pessoal quer estar assim livre no meio da rua, não querem tá (sic) dentro dum prédio privado.” (Sr. Cícero ambulante do Churrasquinho da Pça. dos Palmares)

Além da variedade da ocupação da praça, a presença noturna dos churrasquinhos é a nova apropriação que acontece quando os ambulantes diurnos desocupam o espaço delimitado pelos gelos baianos (balizadores).

6.4. Tipologias das Apropriações

. O “Gelo Baiano” – Brecha urbana

A grande massa de trabalhadores informais não incluídos no contingente permitido pela Prefeitura (de 70% a 80%)³⁴, atua clandestinamente nos espaços de uso público ocupando-os segundo uma lógica urbana muito específica. Esta lógica está em descobrir brechas espaciais onde o mercado formal não considera como espaços produtivos.

Um destes espaços residuais é parte integrante da pista de rolamento de veículos. São áreas consideradas como sobras na planificação urbana (Fotos 29 e 30) que não sabe o que fazer do tecido que está fora da ortogonalidade. São estes espaços desintegrados da malha urbana, mas que ao mesmo tempo dão dinamismo à monotonia das quadras de geometrias repetitivas.



Foto 29 – Praça dos Palmares – Nova Ocupação área delimitada pela Prefeitura



Foto 30 – Praça dos Palmares – Ponto diurno variado

³⁴ Estimativa da autora considerando percentuais de ambulantes regularizados pela Prefeitura e reconhecidos pelas Associações de representação das categorias.

Não se quer dizer com isso que neste trabalho defendemos a desordem e o caos, mas sim a busca do equilíbrio entre uma malha organizada, mas criativa que permita surpresas, novas apropriações, originalidade e que as pessoas sintam prazer e curiosidade em transitá-la.

O elemento delimitador destes espaços residuais são balizas de concreto chamados popularmente de “gelos baianos” (Fotos 29 e 30).

Vemos nestas rupturas espaciais o prenúncio de novas possibilidades. É a oportunidade que as camadas menos favorecidas da sociedade têm de se apropriar dos interstícios de espaços esquecidos, encontrando e gerando neles lugares de sua inclusão. Oportunidade que deve ser considerada junto com o Poder Público, com os urbanistas e com todos aqueles que fazem a cidade para reintegrarem estes espaços dando uma utilidade formal, sem esquecer seus ocupantes. Para isso é necessário que sejam capazes de modificar a legislação de uso e ocupação do solo e de produzir políticas urbanas inclusivas para os usuários destes espaços, proporcionando também as melhorias urbanas que eles necessitam.

. O Espaço Compartilhado

As apropriações do Centro da cidade se configuram, em sua maioria, como apropriações compartilhadas, prática que tem se consolidado pelas facilidades de reconhecimento e visibilidade que incorporam.

O compartilhamento do espaço trouxe novas regras a serem obedecidas entre eles, mas também proporcionou maior visibilidade, fazendo com que estes locais absorvessem mais fortemente o apelo das ruas e de quem nela negocia. Esta visibilidade fez com que muitos outros negociantes, em outras localidades, resolvessem comercializar seus produtos também de forma compartilhada.

A proximidade acirra a concorrência, mas também os instrui na prática da sociabilidade, nas tentativas de contornarem os conflitos e na ampliação da possibilidade de conquista de novos espaços.

A solidariedade é uma constante nas relações entre eles quanto ao compartilhamento de espaços. A garantia da permanência de um é a garantia da permanência de todos e vice-versa. A apropriação de espaços de modo compartilhado tem sido uma das estratégias que já perceberam como efetivas.

Na prática, os comerciantes ambulantes mantêm informalmente regras de ocupação do espaço público entre si, estabelecem limites, conforme as áreas ocupadas e o número de ocupantes de modo criativo e condizente com as inúmeras limitações que lhes são impostas.

Todas as barracas, ao mesmo tempo em que podem ser consideradas concorrentes, pois agora se digladiam num mesmo espaço, competindo pelos mesmos clientes, trabalham como uma cooperativa. Os que têm uma clientela maior e não trouxeram ou não puderam comprar produtos suficientes para suprir sua demanda, contam com os vizinhos que disponibilizam seus produtos. Com essa atitude o produto não “encalha”, o cliente é atendido e o outro comerciante pode contar com a mesma solidariedade quando precisar.

Esta rede de solidariedade os fortalece. Isso acontece também no armar e desarmar as barracas, quando se reúnem para ajudar o vizinho que está em dificuldades, sejam elas advindas da ocupação dos espaços de uso público, ou outras que venham a acontecer, financeiras, morais ou familiares.

A solidariedade é importante também quando eles se utilizam desta proximidade para favorecê-los, como maior visibilidade com relação à clientela e proteção com relação aos ataques da Ordem Pública no sentido de expulsá-los dos locais. Esta solidariedade muitas

vezes se confunde com corporativismo, repetindo-se aqui, as mesmas relações associativas que já estão consolidadas no mercado formal, pois sendo regidos também pela lógica racional do comércio, do intercâmbio, repetem muitas vezes o mesmo processo.



Foto 31 – Praça Deodoro – Ponto dos “dogueiros”



Foto 32 – Rua Augusta – Ponto das frutas e verduras

Estes espaços compartilhados apresentam uma outra faceta: a especialidade do uso. São localizações que favorecem um determinado tipo de comércio (Fotos 31 e 32) para onde convergem ambulantes que comercializam um mesmo produto ou prestam um mesmo serviço. São os espaços dos “dogueiros”, dos “fruteiros”, dos relojoeiros e dos sapateiros. Repetem desta maneira estratégias do comércio formal com suas ruas especializadas. A recorrência de um mesmo fenômeno de localização contribui para uma maior clareza do Ponto, com relação à sua visibilidade social, econômica e política por não representarem mais figuras isoladas mas um grupo de comerciantes que reivindicam um espaço na cidade. O Ponto se amplia e adquire uma identidade. Localização, produto vendido, estratégias de venda se reúnem para o seu reconhecimento urbano.

O quadro 3 localiza os Pontos compartilhados de Churrasquinho pela cidade. É uma amostra dos Pontos de maior visibilidade. Aí estão incluídos os Pontos do Centro da cidade (locais 1, 2 e 3) por terem sido as áreas centrais reconhecidas e liberadas no Centro pelo Poder Público na administração da Prefeita Kátia Born. Estes Pontos ainda resistem,

apesar das proibições, pois já estavam fora do calçadão e funcionam em locais e horários que não obstruem os fluxos.

Localização	Nº. de Pontos	Horário (hs.)	Área	Obs.
1- Rua Joaquim Távora - Centro	11	Noturno*	Pública	Calçada e Via
2- Praça. dos Palmares - Centro	06	Noturno*	Pública	Gelo Baiano
3- Praça do Pirulito - Centro	04	Noturno*	Pública	Praça
4- Praça do Vergel	10	Noturno*	Pública	Praça
5- Praça da Fac. de Medicina - Prado	05	Noturno*	Pública	Praça
6- Av. Fernandes Lima - Farol	06	Noturno*	Privada / Mista	Frente de Lojas
7- Av. Durval G. Monteiro - PAR	08	Noturno*	Pública	Eixo Viário
8- Av. Abdon Arroxelas - Pta. Verde	03	Noturno*	Privada / Mista	Terreno Baldio
9- Bompreco - Pajucara	02	Noturno*	Pública	Calçadas
10- Av. Cleto Campelo - Jacintinho	06	Noturno*	Pública	Terreno Baldio
11- Graciliano Ramos	03	Noturno*	Pública	Acesso Bairro
12- Benedito Bentes	03	Noturno*	Pública	Acesso Bairro
13- Santa Lúcia	10	Noturno*	Pública	Terreno Baldio
14- Ao lado Correios - Tabuleiro	10	Noturno*	Privada / Mista	Frente de Loja
15- Pátio da Pladim - Tabuleiro	10	Noturno*	Privada / Mista	Frente de Loja
16- Av. Tabuleiro Novo	06	Noturno*	Pública	Calçadas
17- Av. Gustavo Paiva	02	Noturno*	Pública	Calçadas
18- Serraria	03	Noturno*	Pública	Acesso Bairro
19- Av. Tomás Espíndola - Farol	02	Noturno*	Privada / Mista	Frente de Loja
20- Praia do Sobral	03	Diurno***	Pública	Praias

Quadro 3. Pontos compartilhados de Churrasquinho na Cidade de Maceió:**

* Horários de domingo a sexta-feira. O churrasquinho mantém horário diferenciado às sextas quando funcionam das 18:00hs. às 24:00hs e aos sábados o horário de funcionamento é ampliado das 14:00hs. às 24:00hs.

** Quadro elaborado pela pesquisadora, baseado em informações da SMCCU, em entrevistas e visitas “in loco”.

*** Os Pontos nas praias se diferenciam por funcionar aos fins de semana e no horário diurno. Aos domingos, durante o dia este número chega a 30 ambulantes que durante a semana têm outros Pontos de comércio.

. O ponto de ônibus – Acessibilidade / Mobilidade

Diariamente, a população divide o espaço das paradas de ônibus com vendedores que, vendendo de tudo, inclusive churrasquinho e cachaça, satisfazem a fome de um passageiro apressado.

As escolhas de locais que tenham outras finalidades caracterizam sobreposições de uso, no caso dos Pontos de ônibus, pontos de táxi e em outros lugares estações de metrô.

“No Ponto de ônibus a maioria dos clientes pegam o churrasquinho passam na farofa e vão embora... alguns ficam enquanto seu ônibus não vem...” (Sr. Mauro - Churrasqueiro do Ponto de ônibus PAR-Tabuleiro)

O Ponto de ônibus localizado na Avenida Durval de Góes Monteiro, eixo de interligação inter e intra-urbana que permite o acesso norte da cidade é um dos muitos que existem nesta via.

Sua localização, em frente ao Conjunto Artemísia – edificação integrante do Programa de Arrendamento Residencial do Tabuleiro (PAR), o diferencia dos outros por ser um Ponto de grande fluxo de pessoas. Moradores dos prédios do PAR e funcionários da Empresa Cidade Sorriso, que tem sua garagem situada em frente ao Ponto, são os mais assíduos frequentadores do Churrasco do Sr. Mauro que junto a outros três churrasqueiros se apropriam deste dinâmico ponto de ônibus e de comércio.

Ele arruma seu carrinho ambulante com a churrasqueira improvisada repleta de churrasquinhos trazidos já preparados de casa pela mulher. Suas mesas e cadeiras ao lado do Ponto de ônibus servem de apoio aos cansados clientes que se sentam, comem um churrasquinho e tomam uma dose de cachaça para relaxar, enquanto esperam o coletivo que vai levá-lo de volta para casa.

Este local enfrenta atualmente mais outro conflito. A gerência da Empresa Cidade Sorriso pediu a retirada do churrasquinho por servir bebidas alcoólicas aos seus funcionários. Os funcionários da Empresa alegam que só bebem ao final do expediente.

6.5. Temporalidades - Os Pontos de Churrasquinho

. O uso e o usufruto dos/nos espaços de uso público

O Centro da cidade de Maceió tem em comum com praticamente todos os centros das capitais brasileiras, o contraste entre o burburinho do dia e o deserto das noites, quando se transformam em verdadeiras cidades-fantasma, habitadas por mendigos, sem-teto, meninos de rua e prostitutas que encontram neste abandono o abrigo ideal para exercer a sua exclusão.

Mas, enxergar o centro da cidade como um território exclusivamente do trabalho, funcionando apenas durante o horário comercial e, conseqüentemente, área morta à noite, é um grande engano. Apesar da desfiguração e do abandono durante as noites e nos fins de semana, o Centro pulsa, com soluções que recuperam o seu dinamismo em todas as horas do dia e da noite.

O mercado informal tem se organizado de maneira a oferecer opções de gastronomia e lazer a um público consumidor que encontra nesta iniciativa uma alternativa barata para transformar seus fins de expediente em momentos agradáveis. Este é um fenômeno que, nestes tempos de desemprego, tem se proliferado na cidade como um todo. Durante muito tempo as noites do centro permaneceram desertas ou ocupadas exclusivamente pelos sem-teto porque este lugar não oferecia alternativas que segurassem seus freqüentadores e trabalhadores. As noites tornaram-se sinônimo de abandono, perigo e violência, afastando todo tipo de iniciativa que pudesse dar certo.

“O comércio ambulante atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou a qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade.” (COSTA, 1989: 17)

As histórias sobre churrasquinhos são as mais populares e antigas. Sua inclusão no cenário urbano também não é mais novidade. Estão sempre e criativamente improvisados nas entradas de shows, de estádios, nas feiras livres, enfim, em qualquer lugar onde a permeabilidade social permitir, isto é, os espaços públicos. A novidade é que eles estão concretizando a revitalização do Centro de Maceió, com uma competência que os habilita a serem os pioneiros desta retomada espacial, apesar dos obstáculos enfrentados e por transpor todos os dias.

Historicamente, baseados em informações obtidas pelos pioneiros da atividade, podemos considerar que o comércio ambulante de churrasquinho em Maceió data do início da década de 1980.

Estes comerciantes, sem alternativas de trabalho pelo grande índice de desemprego existente na cidade, proibidos de trabalhar no calçadão e no horário comercial, incorporaram características particulares que o diferenciam dos demais ambulantes principalmente pelo horário em que trabalham. Seu expediente começa quando o comércio fecha, pois o intento, além de alimentar, é ser o happy-hour após o trabalho, ser o lazer, o divertimento, o usufruir. Este horário alternativo evita enfrentamentos com relação a disputas de espaços, mas não os deixa livres de conflitos. O Poder Público e os estabelecimentos privados localizados junto aos Pontos lhes impõem muitas restrições (Anexo 1).

A justificativa do Poder Público para a proibição da atividade é que eles, por necessitarem de apoios sanitários³⁵ e por lidarem com fogo e bebida, só poderiam estar localizados onde suportes de segurança e higiene pudessem ser oferecidos.

A clientela formada por comerciários, funcionários públicos e de empresas privadas ali localizadas percebe que, pela proximidade com seus locais de trabalho, e pelos preços baixos cobrados, encontram nesses espaços a mais conveniente opção de lazer a ela oferecida.



Foto 33 – Pça. dos Palmares – Ponto do Churrasquinho



Foto 34 – Rua da Alegria – Ponto do Churrasquinho

A vida social noturna de Maceió resume-se ao bairro de Jaraguá ou à orla marítima com seus bares, restaurantes e barracas voltadas ao turista e a uma clientela abastada e de gostos requintados, não permitindo a esta outra clientela a sua inclusão, por serem locais no mínimo, distantes e caros.

Já o ambulante do churrasquinho, é um personagem que conhece muito bem o seu ofício. Além de fazer parte da mesma faixa social, (grande parte são ex-comerciários que perderam seus empregos e encontraram no mercado informal a única alternativa de trabalho) oferece um produto que já está impregnado no gosto popular. É a inserção de mão de obra que conhece muito bem os anseios da clientela que vai atender.

³⁵ O calçadão é um espaço relativamente grande e intensamente utilizado, mas nem na fase do projeto de revitalização, nem em sua implementação se considerou, ou se achou necessária a implantação deste equipamento urbano.

Para o ambulante, as respostas de requalificação do Centro têm que ser respostas democráticas de revalorização. Estas respostas estão em evidenciar ou focar uma outra clientela fora do circuito Jaraguá - Orla, que também gosta de se divertir e que, por ser muito numerosa, traz o lucro pretendido no ganho da escala. Também não precisa elitizar o espaço, pois descontração, locais e preços acessíveis são o que esse público procura.

O churrasquinho proporciona a quem trabalha naquele espaço, momentos de lazer e entretenimento. Permite o contraponto com o dia. É usufruir, descansar, conversar. E é também um momento de reconhecimento do cenário, do entorno onde esta clientela passa a maior parte do tempo, sem tempo para vê-lo.

É a apropriação do espaço, reflexão em cima do seu território, é se inserir neste mesmo espaço. É uma outra perspectiva de ver a mesma paisagem. É o renascer das noites do Centro através de um empreendimento surgido naturalmente da necessidade dos que trabalham naquela localidade. São os rastros do burburinho do dia surgindo clandestinamente à noite.

. O supermercado, o ponto de ônibus e o espaço residual – Churrasquinho do Miau.

Um dos Pontos de maior visibilidade que aglutina os três princípios de localização varejista está situado no Ponto de ônibus da Av. Durval de Góes Monteiro, em frente ao supermercado Hiper Bompreço, Farol. Religiosamente, às 16:00 horas, o Proprietário do “Churrasquinho do Miau” (Fotos 35 e 36) chega ao seu local de trabalho. Sua localização não é exatamente no Ponto de ônibus, mas no desdobramento da via, na faixa local da avenida que se amplia a partir do Bompreço.

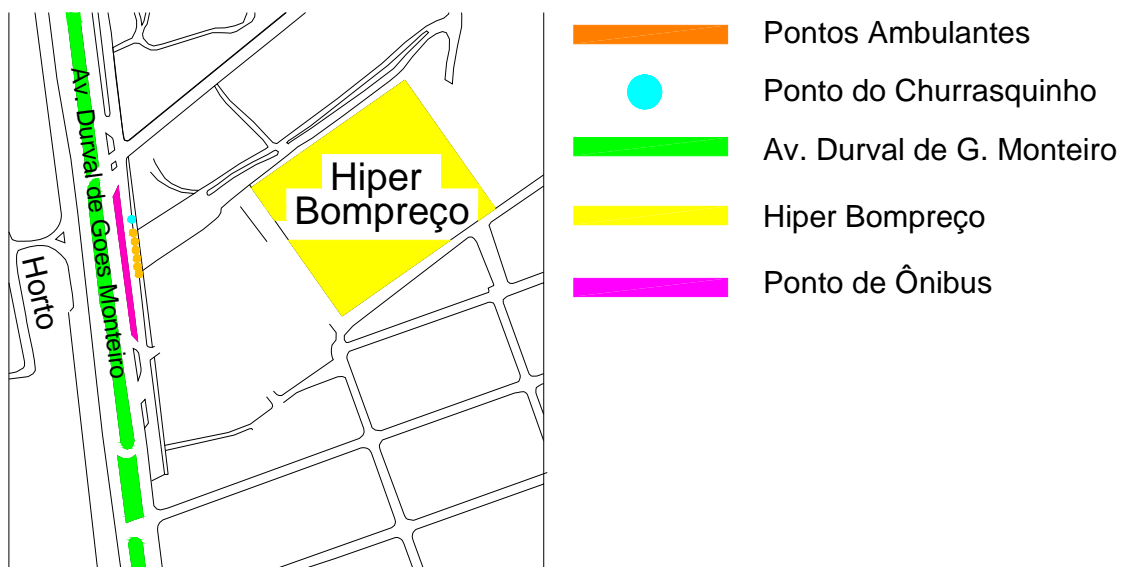


Foto 35 – Chegada do Churrasquinho do Míau ao seu Ponto de trabalho



Foto 36 – Churrasquinho em funcionamento

Apesar de estar localizado numa via de grande movimento ele aproveita a faixa de menor fluxo de automóveis para se instalar junto a outros que também comercializam seus produtos.



Mapa 9 – Localização dos Pontos de Churrasquinho - Hiper Bompreço da Av. Durval de Góes Monteiro

O espaço amplo, em frente a um vazio urbano (terreno murado e não ocupado) permite que a apropriação ocorra sem causar transtornos. Sua chegada coincide com a saída

do vendedor de frutas e verduras que a esta hora encerra seu expediente. Eles ocupam o mesmo espaço, mas em horários de comercialização diferentes.

O “Churrasquinho do Miau” estaciona o carro na pista secundária de rolamento, ao lado da calçada, e começa a montar seu bar de rua. Arruma as cadeiras e mesas que estavam empilhadas dentro do carro e estende a lona sobre a calçada. Depois de retiradas e arrumadas fica difícil imaginar como ele consegue trazer todos estes apetrechos dentro de um carro tão minúsculo.

Ele é o único vendedor de churrasquinho do local dividindo o Ponto noturno com dogueiros, pipoqueiros, caldo de cana e água de coco que “esticam” seus expedientes até às 19:00 horas. Seu horário se mantém até às 22:00 horas.

A clientela do churrasquinho é formada por clientes, funcionários do supermercado “Bompreço”, de outros estabelecimentos próximos e dos usuários do Ponto de ônibus local. Com relação aos clientes em comum mantidos com o supermercado, há uma particularidade: esta clientela se beneficia das facilidades da compra no cartão (a prazo) que a grande loja oferece, mas o lanche ou mesmo a refeição é feita onde é mais barato, ou seja, nos ambulantes que estão próximos ao Ponto de ônibus para onde ela se dirige de volta para casa.

. Entre o público e o privado - Loja fechada, Churrasquinho aberto.

Dentre as várias localizações pontuais observadas na malha urbana, existe um tipo que tem se difundido ultimamente e se apresenta com características bastante peculiares. É o que se vê na frente de lojas comerciais que utilizam maiores recuos necessários aos serviços que oferecem, ou utilizam suas áreas frontais como estacionamento para clientes.

Estes estabelecimentos oferecem ao mercado ambulante uma variedade de alternativas às suas ocupações em horários diferentes dos utilizados pelo comércio formal da área.

Observa-se que, apesar destas ocupações acontecerem em sua maioria em áreas públicas, existe alguns casos em que esta apropriação se dá em áreas privadas ou em fronteiras entre áreas públicas e privadas. São ocupações nos recuos de frentes de lojas, terrenos baldios e estacionamentos privados frontais ou fronteirços de estabelecimentos comerciais.

As localizações revelam acordos informais entre os proprietários de lojas ou de terrenos e os ambulantes que se apóiam mutuamente numa relação que visa beneficiar os dois lados. Os ambulantes se beneficiam da garantia de estarem em áreas privadas e se comprometem a manter a área limpa e garantir a segurança do estabelecimento. Alguns proprietários dos imóveis ainda cobram pequenas taxas para permitir esta ocupação.

Exemplos disto estão na Avenida Fernandes Lima, Avenida Durval de Góes Monteiro e Avenida Gustavo Paiva, corredores viários importantes da cidade e na Av. Tomás Espíndola onde os ambulantes, principalmente ligados ao comércio de alimentos, se organizam nas frentes ou laterais de estabelecimentos comerciais ali instalados, em estacionamentos privados, de acesso livre, isto é, abertos que à noite ficam ociosos. Muitas dessas lojas possuem grandes marquises que fornecem proteção ao ambulante e à sua clientela, ao mesmo tempo em que os nomes das lojas são referenciais da sua localização, sendo incorporados pelo ambulante como nome também do seu comércio. É o caso do “Churrasquinho da Pladim”, “Churrasquinho dos Correios” e outros.

Já se observa um retraimento de outros proprietários que colocam elementos de bloqueio, tais como correntes, grades ou vigilantes para impedir que estas apropriações ocorram.

. O Churrasquinho da praia - O Ponto do fim de semana

Domingo, Marisa voltou à praia. Colocou o carrinho na beira mar, com isopor e uma churrasqueira e começou a vender churrasquinho, bebidas e a alugar cadeiras. "Eu não posso é ficar passando fome. Tenho três filhos para criar", desabafa a comerciante. Ela não se intimida com a fiscalização na praia. "Esta área não tem dono é da nação e eu faço parte, não vou roubar, nem matar", destaca. Por precaução, temendo que os fiscais possam proibir que ela continue com o trabalho, o marido de Marisa tem procurado outro lugar onde ela possa instalar sua barraca.

Com ou sem local fixo, todos ali trabalham sem folga e os fins de semana e feriados são os dias mais rentáveis. A concorrência é grande entre os ambulantes da orla de Maceió, de olho num negócio que, voltado para o turismo e o lazer, encontra nas praias um espaço rentável e promissor. Segundo pesquisa da Associação dos Prestadores de Serviços da Orla Marítima de Maceió (ASSPSOMM - 2005)³⁶, realizada em parceria com o Instituto Xerox do Brasil este é um mercado que tem potencial de receita de R\$ 1,2 milhão por mês³⁷.

. “Espaços Bolhas” – Ponto agregado

Quanto ao tratamento da cidade como expressão de temporalidades diferenciadas, Costa (1989), estudando o comércio ambulante em São Paulo, esboça a categoria de "espaço bolha" para denotar, a partir de determinados eventos que ocorrem na cidade a geração de um espaço que é recriado momentaneamente e onde se instalam formas específicas de comércio ambulante. São fornecedores de objetos, comidas e bebidas que, determinando um novo espaço e um novo uso, seguem regras próprias de linguagem e organização. Estes Pontos

³⁶ A ASSPSOMM possui 650 associados que têm permissão da SMCCU para trabalharem na orla.

³⁷ Notícia veiculada pelo jornal digital "Maceióbrasil" de 29/05/2005 pertencente ao Jornal Tribuna de Alagoas. Matéria intitulada "Os bons negócios que surgem da orla".

surgem em frente a estádios de futebol, parques recreativos e de exposições, entre outros. São espaços que se desdobram também aqui em Maceió e são conceituados assim por sua capacidade de surgirem e desaparecerem conforme as solicitações do mercado.

. Outras Centralidades do Ponto de Churrasquinho - a diversão da periferia

A capital alagoana registrou no último Censo Demográfico brasileiro (2000) quase 800 mil habitantes. Atualmente (2005)³⁸ estima-se que sua população esteja em torno de 903 mil habitantes. Espalhados por 50 bairros, distribuídos numa área de 510 km². Forma com outros 10 municípios a Região Metropolitana de Maceió, que possui mais de 1.140.000 habitantes. O que faz então, grande parte dessa população para se relacionar e espalhar à noite?

Com o crescimento da cidade, o poder de concentração antes existente apenas no Centro principal e tradicional, agora se multiplica pela cidade em sub-centros, centros de bairros periféricos ou não. Há uma difusão de várias atividades, recriando a dinâmica central rediviva pela proximidade destes comércios das habitações de seus freqüentadores e favorecendo a constituição de vários Pontos descentralizados e distribuídos no interior desta mesma cidade. Estes Pontos são regidos mediante as funções que estes espaços passam a abrigar.

Opção para os moradores da vizinhança o Churrasquinho das localidades do Jacintinho, Benedito Bentes, Santa Lúcia e Graciliano Ramos têm em comum o atrativo dos preços acessíveis, proximidade do local de moradia de sua clientela e música. Por esse motivo o Sr. Mauro, morador da Santa Lúcia e vendedor de churrasquinho no ponto de ônibus do

³⁸ Fonte IBGE – População estimada em 01/07/2005

PAR da Av. Durval de Góes Monteiro, afirma que a maior incidência da atividade é verificada nos bairros mais populares e populosos da cidade.

O entorno da Praça do (Conjunto Residencial) Graciliano Ramos fica cheio de vendedores de espetinhos, com mesas e cadeiras. Na frente da casa de shows localizada no centro comercial do Conjunto Residencial Benedito Bentes, o passeio público é obstruído por mesas e cadeiras, “... é o lugar mais animado do bairro”, exemplifica Josué de Souza, morador do bairro.

Estes sub-centros ou centros de bairros, como outros espaços da cidade, estão impregnados de elementos funcionais suficientes para despertar o interesse destes comerciantes e de outros agentes sociais, proporcionando a apropriação de espaços independentemente da existência de regras de conduta e controle. À medida que se apropriam, tanto o comerciante como sua clientela, vão dando novos significados coletivos ao espaço.

A mesma situação se repete na Avenida Sandoval Arroxelas, na Ponta Verde, apesar de ser um bairro de classe média alta, a apropriação dos ambulantes e a assiduidade dos freqüentadores acontecem da mesma forma, caracterizando o espaço público e o ambulante como delineadores dos comportamentos mais descontraídos.

Outras estratégias, outros produtos, outros fluxos.

. O Ponto que é fluxo – vida de correria

O ambulante através de sua rotina cotidiana obedece a um trajeto que se repete diuturnamente traçando um mapa de seu deslocamento de casa para os locais de abastecimento e para os Pontos que viabilizam suas vendas. Estes Pontos montam uma trilha que define o seu trajeto, obedecendo a uma rotina de lugares e de horários repetidos diuturnamente.

Para conseguir perceber o surgimento destes “Pontos” é necessário um exercício de intimidade com os lugares onde os referenciais para concretizá-lo estão nos espaços de uso público da cidade.

O ambulante precisa do ir e vir, do itinerário, da articulação, de um roteiro de deslocamentos onde cria pontos da sua presença em seu traçado. Pontos estratégicos para seu comércio. Onde é reconhecido por seu trajeto. Trajeto este que também lhe proporciona visibilidade e articulação.

O Churrasquinho exemplifica bem a hibridez entre fixo e fluxo / camelô e ambulante, na medida em que, dependendo das pressões que sofre do Poder Público e/ou dos “formais”, ele transforma seu Ponto em fixo ou móvel. Seu instrumento de trabalho é o carrinho onde coloca seu fogareiro e expõe seu produto, ou muitas vezes apenas o fogareiro. Esta mobilidade permite tanto que ele se fixe ou que ande pela cidade. Seus referenciais são Pontos de passagem que se mantêm há décadas, mas sempre sob a ameaça de serem deslocados, a mercê de novos entendimentos ou desentendimentos urbanos do que seja e para que, ou para quem sirva o espaço público.

As esquinas, os cruzamentos, são as áreas mais escolhidas tanto pelo maior fluxo como por permitirem que escape mais facilmente quando chega o “rapa”³⁹.

. O fluxo criativo

A cidade cresceu. Os comerciantes já não moram mais perto de seus locais de trabalho. Não bastam apenas as pernas para seus deslocamentos entre o lugar da moradia, o lugar do abastecimento e o Ponto de venda. Ir de ônibus não é possível, pois além do transporte ser caro, nem sempre o deixa próximo ao seu Ponto. Um veículo que o transporte e

³⁹ Repressão da polícia ou da fiscalização municipal.

transporte também sua mercadoria é o ideal. Para isso eles constroem o equipamento que é ao mesmo tempo locomoção e exposição do produto. O veículo agiliza suas vendas, além de garantir a mobilidade necessária para fugir do “rapa”.

A perspectiva de transformar todo o seu trajeto em Pontos de venda modifica a abrangência de ter apenas um Ponto fixo, fazendo com que sua mobilidade seja a melhor estratégia na construção dos Pontos.

Parece contraditório, mas com as limitações que lhes são impostas, a mobilidade é quem propicia a concretização de Pontos diluídos no trajeto e, conseqüentemente na apropriação de um território que abranja seu percurso e seus Pontos: em frente a casa de uma cliente ele abastece a clientela da rua, na esquina de outra rua são abastecidos os transeuntes, na frente de uma loja, seus funcionários, e assim ele cumpre uma rotina diária com horários e locais definidos.

Manoel, vendedor de marmitas (Foto 38), é bem sucedido na batalha que enfrenta cotidianamente em vários Pontos da cidade. “... o que é fixo é a clientela” diz sorrindo, e é ela quem determina onde estão seus Pontos: na rua.



Fotos 37 e 38 – Veículos ambulantes. Vendedores de DVDs e marmiteiros.

O Ponto ambulante se faz reconhecer, nas características do seu instrumento de locomoção e trabalho que se torna sua loja, no produto que comercializa e por cumprir uma rotina rígida de horários que garantem a manutenção da clientela.

. Redes de Informações e de solidariedade

Há uma rede de observação e de comunicação que mantém o cadastro de oportunidades locais sempre atualizado. Quando uma Loja fecha suas portas é quase imediato que esta frente de loja seja ocupada. A informação é repassada de imediato e a ocupação é feita, tanto pelos que estão negociando próximo ao local como por parentes e amigos do “observador-informante”. Quando o Ponto privado é desativado, mas o fluxo do local se mantém, ativa-se o Ponto ambulante aproveitando mais uma brecha espacial.



Fotos 39 e 40 – Espaços privados abandonados. Frentes de loja apropriadas

A rede de informações, de solidariedade e de proteção se fortalece na apropriação compartilhada destes locais, que permite uma maior visibilidade e maior poder de negociação quando da atuação do Poder Público no sentido de desalojá-los.

. A Feira de Passarinho

A feira do Passarinho ou Feira do Rato é o “Ponto” mais polêmico, mais dinâmico e instigador do comércio ambulante em Maceió por ser um ponto impregnado de histórias e folclore. É o espaço onde a cultura popular se manifesta através dos cantadores de coco, repentistas, pela literatura de cordel e pelo modo improvisado e criativo que utilizam o espaço.

Sua relação com o efêmero é tão próxima que ela se localiza a margem ou sobre os trilhos da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A mobilidade é uma das características mais importantes, pois possibilita rapidez e eficiência em montar e desmontar suas bancas de exposição de produtos.

Em tudo quanto é exibido e comercializado, existe a marca da cultura popular que hoje encontra pouquíssimos espaços, em sua maioria marginais, para se manifestar. Os produtos são comercializados em barracas nas laterais dos trilhos e também em carrinhos de mão e em panos estendidos sobre o trilho que facilitam a retirada estratégica quando da passagem do trem. Para negociar seus produtos que vão desde ferragens, quinquilharias, produtos usados, até refeições baratas com produtos típicos regionais como carne de sol, rapadura, cachaça de alambique, quebra-queixo, cocada, também se encontram rezadeiras e raizeiros e ainda os vendedores de passarinho que deram o nome à feira e que hoje são mais raros. O escambo é também utilizado nas negociações para atender a uma clientela variada.

Os trilhos que cortam o centro da cidade se configuram como uma fronteira entre o núcleo comercial do centro e o mercado público. A feira sobre os trilhos se configura como um divisor territorial entre o Centro e a periferia.. Compreende as Ruas das Amendoeiras, Parque Rio Branco e Praça Emílio de Maia, numa extensão de aproximadamente 200 metros.



Fotos 41 e 42 - Feira de Passarinho – Localizada sobre os trilhos da RFFSA

A ausência do poder público fica evidenciada na falta de saneamento, segurança e higiene junto ao excesso de lixo, drogas, prostituição e miséria que esbanjam no local.

A inexistência de sanitários públicos faz com que as necessidades fisiológicas sejam feitas em plena via pública. Alguns utilizam os banheiros das lojas mais próximas ou vão até o Mercado do Artesanato e pagam R\$ 0,25 pelo serviço.

Os comerciantes reclamam que está sendo muito difícil sobreviver dentro das atuais condições. Os antigos fregueses sumiram por conta da sujeira e do mau cheiro. Como se vê, o esgoto corre a céu aberto e o lixo é jogado na rua.

O comerciante José Domingos da Silva Neto, o Baiano, 60 anos, natural de Palmeira dos Índios, proprietário da lanchonete São Domingos, junto a dona Ana Maria Santos Freire, 43 anos, vendedora de caldo-de-cana e seu vizinho, e o fotógrafo lambe-lambe mais antigo da feira, colocam a insegurança como um dos maiores entraves para o afastamento dos clientes.

Conclusão

Este trabalho procurou entender e aprofundar o conceito de Ponto como lugar no espaço social, enxergando-o sob o prisma da atividade do ambulante. Procurou-se vislumbrar o espaço social que permite a inclusão de uma grande parte da sociedade situada à margem dos processos formais de sociabilidade e que enfrenta grandes conflitos com a ordem constituída nas apropriações que faz dos espaços de uso público.

Os levantamentos obtidos através de observações e das entrevistas e questionários aplicados para se construir uma base empírica elementar e ancorar as reflexões desenvolvidas nesta dissertação numa realidade social, histórica e econômica concreta, permitem-nos dizer que os Pontos do espaço urbano demarcados pelos ambulantes são apropriações decorrentes de um conjunto de fatores que se entrelaçam, quais sejam: suas localizações, utilizações, temporalidades e tipologias. Estes fatores estão imbricados com questões de ordem simbólica, cultural que implicam em considerar as representações sociais necessárias ao entendimento do processo, o que leva a um vasto levantamento de dados de diferentes áreas para que sirvam de elementos para novas pesquisas sobre o assunto.

O conhecimento destes fatores também nos faz perceber que está aí um grande potencial criativo com relação à utilização do espaço. Por isso, deve-se investigar a espacialidade e a micro-economia intrínsecas ao comércio ambulante, de onde se podem tirar subsídios para compreender a organização do espaço urbano e, a partir daí, atuar positivamente de modo mais eficaz e incluyente.

Para os ritmos da cidade contemporânea, a pesquisa sugere que o ambulante possui uma grande atualidade. Sua mobilidade e capacidade de adaptação aos mais diferentes espaços, somados a uma alternativa de trabalho autônomo, rentável, e regulamentado são os requisitos que permitirão livrá-los da insegurança que os persegue.

São estratégias que, temos que reconhecer, devem ser consideradas na busca de um espaço condizente com os interesses destes comerciantes, sem que a qualidade (higiene, acessibilidade e segurança) dos espaços de uso público urbanos seja comprometida.

A pesquisa empreendida, apesar de limitada, nos permite considerar que pensar em políticas de ocupação dos espaços de uso público não seja perpetuar a precariedade. Constatamos muitas situações economicamente favoráveis e criativas, além de que estas ocupações (comércio e serviços) fazem parte da engrenagem da cidade como complemento dos equipamentos urbanos.

A precariedade da apropriação ambulante do espaço é resultado de condições econômicas precárias e não é “periferizando”⁴⁰ a pobreza que se resolvem os problemas urbanos.

Este é um pequeno passo no longo caminho para o reconhecimento e inclusão formal da categoria. A partir daí é pensar em espaços definidos que sejam condizentes com suas necessidades, e não colocá-los em áreas privadas, fechadas, que descaracterizam o seu comércio e empobrece a dinâmica urbana.

Sabe-se que a questão do trabalho informal nos espaços de uso público não diz respeito apenas à falta do espaço em si, mas ao acesso legitimado a ele.

Também se sabe que a natureza do uso e de quem usa é que define se o espaço é de domínio público ou privado. Os próprios limites do privado dificultam a visibilidade e conseqüentemente sua permeabilidade e os próprios hábitos sociais e culturais podem ser delimitadores com relação ao âmbito da ocupação ambulante.

Para a cidade são necessários espaços “liminares” assim conceituados por Zukin (2000: 82), como aqueles que contêm misturas de histórias e de funções e, que deixa o usuário

⁴⁰ “Periferizar” no sentido de esconder, levar para locais afastados.

à "meio caminho" entre instituições: lugares lucrativos com não-lucrativos, casa com espaço de trabalho, residência com comércio.

O fato é que não se pode mais trabalhar a cidade com zonas de uso rígidas e limites inflexíveis, especialmente no aspecto funcional do zoneamento preconizado para a cidade, tanto nas zonas residenciais como nas de serviços, lazer e nos espaços de circulação.

O papel do "Ponto" como categoria do espaço vem ao encontro de um entendimento dessa natureza acerca da dinâmica urbana. É o surgimento de uma interação espontânea de utilizações que combinadas com aspectos da morfologia do espaço se tornam referenciais das dinâmicas da cidade.

Os "Pontos", no nosso entender, podem viabilizar estas propostas, com espaços e formas objetivas surgidas com a evolução histórica, cujos problemas devem ser resolvidos com soluções inovadoras e locais, identificadas com os desejos e aspirações dos habitantes e usuários da área ou do bairro.

Apesar do foco da pesquisa estar centralizado no Ponto social, esta materialização pretende ir mais além, pois estas ocupações são novas descobertas de potencial espacial que pode ser utilizado de diversas maneiras. Borja dá um bom exemplo:

"Podem ter espaços públicos gerados por uma atividade que se desloca; por exemplo, já disseram que as pessoas não vão comprar livros e não freqüentam as bibliotecas, então, vamos levar as bibliotecas às pessoas (com bibliotecas ambulantes) e estão gerando espaço público mais rico que simplesmente uma praia onde se vai tomar sol." (Borja, 2005: 3)

Espaços públicos, espaços comuns, centralidades, Pontos: o que são esses espaços da cidade se não estiverem voltados à melhoria de vida da população, ao usufruto, ao convívio de todos que ali habitam ou visitam?

Ambulantes, camelôs, mascates: quem são estes personagens tão presentes na cena urbana? Eles devem ser vistos em suas três dimensões: a da expressão simbólica, a da

cidadania e a da economia, contextualizando sua apropriação integrada como elemento integrante da cultura urbana.

Os Pontos de comércio e suas redes sócio-espaciais são a concretização espacial da presença destes comerciantes que, através da utilização da malha urbana, engendram uma outra economia e uma outra configuração territorial, flexíveis e dinâmicas e constroem sistemas econômicos e sociais auto-organizados, produtivos e eficientes, operando fora dos dispositivos regulatórios. Atividades que demandam o desenvolvimento de táticas e repertórios de ocupação da cidade como vimos no desenvolvimento da seção seis deste trabalho.

Para o “arquiteto-urbanista” é indispensável conhecer e inserir estes Pontos e as estratégias advindas deles, pois são elementos que ocupam, dinamizam e influenciam o espaço público, fazendo parte integrante não só do imaginário urbano em todas as épocas, mas da materialidade das cidades. Jacques (2001), fazendo um contraponto entre cidade erudita (formal) e cidade popular (favelas), alerta aos estudiosos da cidade:

“...aquele que trabalha nesses limites, trabalha com o entre, nesses espaços do entre, espaços sempre na beira, no limite. Estar entre não significa, aqui, estar isolado de um lado e de outro, mas sim estar ao mesmo tempo nos dois lados, na interseção. (...) Ele também seria aquele que é sensível a todos os fluxos dos espaços-movimento, respeitando as mais diversas relações e diferenças possíveis, espaço-temporais e outras, e, conseqüentemente, valorizando a própria alteridade e diversidade na arquitetura urbana” (Jacques, 2001, p. 155).

Incluimos o Ponto como o fluxo do espaço-movimento que deve ser considerado pelo urbanista como elemento ampliador do seu olhar e do seu intervir na cidade permitindo a ele próprio entender melhor a cidade.

Os ambulantes e seus Pontos de comércio são promotores da materialidade dos espaços de uso público através dos seus usos, no desenvolvimento de alternativas de sobrevivência de camadas da população excluídas social, economicamente e, principalmente aqui, espacialmente.

Contribuição essencial a esse olhar ampliado são as inúmeras atividades exclusivas do mundo da rua, como o trânsito de veículos, e de pedestres, o encontro social, as manifestações políticas, a recolha de papelão, a vagabundagem e a venda ambulante, entre outras; todas elas, finalmente, apropriações dos espaços de uso público, eruditas ou populares, reguladas ou incontroláveis, formais ou informais. Estas atividades dependentes dos fluxos, à medida que secretam Pontos no espaço através de suas repetições produzem os fixos, a materialidade.

A mobilidade dos “Pontos” existentes na área que vão e vêm tentando administrar os conflitos de interesses que o espaço contém nos levou a considerar o fluxo como o elemento mais consistente e duradouro. Nos seus trajetos os Pontos são modificados, mas a rede de fluxos é mantida.

Pensa-se em ciclovias, calçadas cidadãs, acessibilidade, mobilidade, porque não se pensar também em vias que incluam ou se destinem aos ambulantes, que permitam a circulação e prováveis surgimentos de Pontos para eles?

O “Ponto do Churrasquinho”, com sua configuração e dinâmica ambulantes, oportunizam o encontro de classes sociais e de variadas “tribos urbanas” se revelando como um instrumento do espaço público que muito pode contribuir para recuperar a sociabilidade da cidade.

Estes seriam Pontos de encontros, de trocas, ao ar livre, enfatizando os valores e características particulares de cada lugar, que oferecem imagens, idéias e soluções capazes de contrabalançar as forças padronizadoras da globalização, dando características próprias que são enxergadas à medida que se enxerga a prática dos usos destes espaços.

Os espaços urbanos de uso público foram construídos pelo homem para seu uso e usufruto. O espaço público acessível é o suporte para a dinamização da cidade e de sua

materialidade. Sem a dinâmica da variedade humana eles se resumem a espaços residuais, fixos inertes que não correspondem ao que se espera da cidade como a grande intervenção do homem sobre a terra. Neste sentido o espaço público na cidade contemporânea necessita de reflexões, de repensar seus usos e destinações, o que poderá levá-lo a materializar-se dando um sentido sócio-espacial àquele lugar ou definitivamente desmaterializar-se a ponto de possibilitar o surgimento de outras configurações que, não estando a serviço da sociedade como um todo, tendem a comprometer a qualidade urbana.

Para Rafael Dely⁴¹, os princípios norteadores do processo de planejamento urbano podem ser resumidos em cinco qualidades subjetivas de cidades: “escala”, “paisagem”, “animação”, “continuidade” e “memória”, tendo a rua tradicional como principal elemento urbano.

Se a rua é entendida como principal elemento urbano, o Ponto é o elemento do espaço que, tendo a rua como suporte, aglutina as qualidades subjetivas de que fala Dely: O Ponto se materializa na micro-escala das ruas através do ambulante como elemento criador, ativador e dinamizador da paisagem dos espaços de uso público, garantindo a eles sua continuidade e permanência na memória dos que o utilizam.

Sabemos que recuperar a sociabilidade não depende apenas de espaços favoráveis, mas a materialidade já é um passo a favor. O Ponto é instaurador de materialidade, portanto mais um pequeno passo está dado.

Concluindo, espero que esta investigação teórica contribua como mais um elemento que possibilite a compreensão da dinâmica do espaço habitado, e que esta compreensão sirva como um reforço para a manutenção da diversidade social ou mais

⁴¹ Arquiteto e urbanista paranaense, elaborador do desenvolvimento do sistema trinário dos Eixos Estruturais para a cidade de Curitiba, integrante da equipe do ex prefeito de Curitiba e ex governador do Paraná, urbanista Jaime Lerner

importante ainda pelo direito de todos à cidade. A cidade não como uma confrontação entre o erudito e o popular, mas num espaço onde ambos possam coexistir.

Referências:

ALEXANDER, Christopher (1971), A Cidade não é uma árvore. São Paulo: Fau. [Apostila extraída de “Cuadernos summa nueva vision” (9): 20-30, set 1968]

BASSO, Jussara Maria (2001) Investigação de Fatores que Afetam o Desempenho e Apropriação de Espaços Abertos Públicos: O Caso de Campo Grande – MS. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do R. S. Porto Alegre.

BEY, Hakim (1999) TAZ – Zonas Autônomas Temporárias. São Paulo: Conrad.

BARBOSA, Denis Borges (1997) Uma introdução à propriedade intelectual - Teoria da concorrência, Patentes e Signos distintivos in: <http://nbb.com.br/public/vol1.html>

BORJA, Jordi (2005) Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. Conferência apresentada no Fórum Internacional Espaço Público e Cidade, realizado em Bogotá nos dias 10 e 11 de maio.

CARLOS, Ana Fani (1996) O Lugar no/do mundo. Ed. Hucitec São Paulo.

CARLOS, Ana Fani (2005) O Espaço Urbano. Novos Escritos Sobre a Cidade. São Paulo: Contexto.

CARR, Stephen et alii.(1992) Public Space. New York: Cambridge University Press.

CASTELLS, Manuel (1999) A sociedade em rede São Paulo: Paz e Terra, v. 1.

CASTELLS, Manuel (1999) Um mundo ligado. Folha de São Paulo, (entrevistado por Maria Ercilia e José Roberto de Toledo em 23/05/1999)

CHAUÏ, Marilena (1984) Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense.

CHOAY, Françoise (1979) O Urbanismo. São Paulo: Ed. Perspectiva.

COSTA, Craveiro (2001). Maceió. 2ª ed. Catavento, Sergasa.

COSTA, Elizabeth Goldfarb (1989) Anel, Cordão, Perfume Barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo S. Paulo: Nova Stella/EDUSP.

DÉAK, Csaba. Espaço e Debates n°. 28, 1989 (FAU/USP) SP

DE DIOS, Jorge Ramos (2004) O gato e o rato: Ambulantes urbanos e poder municipal, in Vitruvius – Arquitextos 46. Tradução de Flávio Coddou

DELEUZE, Gilles e **GUATTARI**, Félix (1997) Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia Ed. 34 vol.1 São Paulo

DONDIS, Donis A. (1991) A sintaxe da linguagem visual São Paulo: Martins Fontes

- DUARTE**, Fábio (2001) Crise nas matrizes espaciais. São Paulo: FAPESP.
- FARIA**, Geraldo Majela Gaudêncio (2002) Voix publique - Voies publiques (Critique de la sphère publique au Brésil: figures, configurations, spatialités). Tese de doutorado Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne/ IEDES – Institut d'Étude du Développement Economique et Social. Nogent-Sur –Marne (França).
- FARIA**, Geraldo Majela Gaudêncio (2004) Espaço público, espaço social, espaço comum: coincidências, ambiguidades e especificidades Texto inédito. Citação autorizada pelo autor.
- FEATHERSTONE**, Mike (1997) O desmanche da Cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel.
- FERRARA**, Lucrecia D'Aléssio (2000) Os Significados Urbanos. São Paulo: Edusp/Fapesp
- FERRARA**, Lucrecia D'Aléssio (2002) Design em espaços. S.P.: Edições Rosari.
- FORTUNA**, Carlos (1999) Identidades, percursos, paisagens culturais. Oeiras: Celta.
- FOUCAULT**, Michel (1986) Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Traduzido por Pedro Moura com base no texto publicado em *Diacritics*; 16.1.
- GONDIM**, Linda M. P. (2001) O dragão da cultura contra a cidade partida: O Centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza – Ce. IX ANPUR – Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Vol.2 Rio de Janeiro 28/05 a 01/06
- HERTZBERGER**, Herman (2003) Lições de Arquitetura Ed. Martins Fontes. São Paulo 3ª edição.
- HILLIER**, Bill, **HANSON**, Julienne (1984) Space Syntax. Cambridge: Cambridge University Press.
- HILLIER**, Bill, **HANSON**, Julienne (1989) The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press.
- HILLMAN**, James (1993) Cidade & Alma. São Paulo. Studio Nobel.
- HOLANDA**, Frederico (2002) O Espaço da Exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- IFD** – Índice Fundamental do Direito ([www.dji.com.br/comercial/fundo de comercio](http://www.dji.com.br/comercial/fundo_de_comercio) página da Internet especializada em Direito Comercial – acesso 28 mar 2005)
- ITIKAWA**, Luciana (2004) Geometrias da clandestinidade: O trabalho informal no centro de São Paulo. In : Caminhos para o Centro – Estratégias de desenvolvimento para a região Central de São Paulo.
- IVO**, Ledo (1979) Confissões de um Poeta. São Paulo: DIFEL; Brasília: INL

JACQUES, Paola Berenstein (2001) Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. R J: Casa da Palavra/RIOARTE.

JODELET, D. (1989) Représentations Sociales: um domaine en expansion. Paris. Presses Universitaires de France.

KOHLSDORF, Maria Elaine (2002) Interação Social, Identidade Cultural no Brasil: As metamorfoses do séc. XX - Palestra apresentada no Colóquio Internacional sobre Perspectivas do Espaço Urbano, Universität Stuttgart, Stuttgart, Alemanha.

KOOLHAAS, R. apud **GUST** (1999) The Urban Condition: self, space and community at the contemporary metropolis. Roterdã, 010 Publishers.

LEFÈBVRE, Henri (1974) La production de l'espace Paris: Éditions Anthropos.

LEFÈBVRE, Henri (1969) O direito à Cidade Paris: Éditions Anthropos São Paulo.

LE GOFF, Jacques (1988) Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes São Paulo Fundação Editora da UNESP

LEITE, Rogério Proença (2004) Contra-usos da cidade - lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea Editora Unicamp São Paulo.

LE MOS, A. Ciber-cidades. In: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/artigos.html> (18/11/2002)

LOJKINE, Jean (1981) O Estado capitalista e a questão urbana Ed. Martins Fontes São Paulo.

LYNCH, K. (1981) Wasting Away. São Francisco: Sierra Clube.

LYNCH, Kevin (1997) A imagem da cidade Tradução: Jefferson Luiz Camargo Ed. Martins Fontes SP.

MAFFESOLI, Michel (2001) Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record.

MARANHO, Eron José (1987) Dinâmica do Mercado de Trabalho Urbano num contexto de rápido crescimento populacional – O caso da Região Metropolitana de Curitiba Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte, CEDEPLAR - UFMG.

MARQUES, Eduardo César (2000) Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/São Paulo, Revan/FAPESP.

MARX, Karl (1988) O Capital. São Paulo: Nova Cultura. [Ed, original:1867].

MARX, Murilo (2003) Nosso chão – do sagrado ao profano São Paulo Edusp 2ª. Ed.

MORAES, Patrícia Barros (26/08/2002) Cidades Digitais no Brasil In: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/seminario/programa.htm>

- MUMFORD**, Lewis (1965) A cidade na história 1. Vol. Editora Itatiaia B.H.
- NASCIMENTO**, E. P. (1994) Projetos Nacionais e Exclusão Social Brasília a (Mimeo.)
- NELSON**, Richard (1958) The selection of Retail Location F.W. Dalge, Nova York
- OLIVEIRA**, Sílvio L. (1997) Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira.
- PARROCHIA**, Daniel (1993) Philosophie des réseux. Paris Presses Universitaires de France.
- POCHMAN**, Marcio (2003) Atlas da riqueza no Brasil Cortez Editora RJ.
- POLLAK**, Michael (1989) Memória, esquecimento, silêncio. In Estudos Históricos, Vol 2, n. 3. Rio de Janeiro. FVG.
- PORTAS**, Nuno (2001) As políticas de reforço das Centralidades in Os Centros das Metrópoles – reflexões e propostas para a cidade democrática do séc. XXI Ed. Terceiro Nome – Imprensa Oficial do Estado São Paulo.
- RELPH**, E.C. (1979) As bases fenomenológicas da geografia Geografia 4 (7): 1-25
- ROLNIK**, R. e **CYMBALISTA**, R. (org.) (1997) Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social Polis São Paulo SP
- SALINGAROS**, Nikos A. (1989) A Teia Urbana Texto on-line originalmente publicado no “Journal of Urban Design”, Volume 3 1989 páginas 53-71. Traduzido para o português por Lívia Salomão Piccinini. (acesso em 12fev 2005)
- SANTOS**, Milton (1986) Pensando o Espaço do Homem 2ª. Ed. Ed. Hucitec SP
- SANTOS**, Milton (1991) Metamorfoses do Espaço Habitado 5ª. Ed. Ed. Hucitec SP
- SANTOS**, Milton (1997) A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 2º ed. Ed. Hucitec SP
- SAULE JR. N.** (2000) Direito à Cidade – Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis Polis - Max Limonad São Paulo SP
- SEABRA**, O. (1996) A Insurreição do Uso. In SOUZA MARTINS, J. (Org). Henri Lefèbvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, p. 71-86.
- SILVA**, E. L da & **MENEZES**, E. M. (2000) Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED.
- SOLÀ-MORALES**, Ignàsi de (1977) Liquid Architecture. In: *Anyhow*. Cambridge, MIT Press.
- SOLÀ-MORALES**, Ignàsi de (1995) Terrain Vague. In: *Anyplace*, Cambridge: MIT/Any.

SOLÀ-MORALES, Manuel de (2001) Espaços públicos e espaços coletivos In: Os Centros das Metrôpoles – reflexões e propostas para a cidade democrática do séc. XXI Ed. Terceiro Nome – Imprensa Oficial São Paulo.

SOLÀ-MORALES, Manuel de (2001) Ações Estratégicas de reforço do Centro In: Os Centros das Metrôpoles – reflexões e propostas para a cidade democrática do séc. XXI Ed. Terceiro Nome – Imprensa Oficial São Paulo.

SOUTHWORTH, M. (2001) Wastelands in the evolving metropolis. Berkeley: IURD/UC Berkeley.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (2001) A Urbanização da Sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L., CARLOS A.F.A.

TRIVINOS, A. N. S. (1992) Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

VARGAS, Heliana Comin (2001) Espaço Terciário, o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio Ed. Senac São Paulo.

VILLAC, Maria Isabel (2001) In: Vitruvius, Um novo discurso para a megacidade

VILLAÇA, Flávio (2001) Espaço Intra-Urbano no Brasil Editora Studio Nobel Fapesp São Paulo.

YAMADA, Ana Carolina Fackes (2004) A alma da cidade. Personagens urbanos de Florianópolis in Vitruvius - Minha Cidade 111

YAZIGI, Eduardo (2000) O Mundo das Calçadas – Por uma política democrática dos espaços públicos. Humanitas – Imprensa Oficial do Estado São Paulo.

TUAN, Yi-fu (1980) Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. 2a. edição. Ed. Difel São Paulo.

VENTURI, Robert, **BROWN** Denise Scott e **IZENOUR** Steven (2003) Aprendendo com Las Vegas. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Cosac e Naify.

ZUKIN, S. (2000) Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES. Antonio (Org.) Espaço da diferença. Campinas: Papirus

Anexo 1 - Normas para funcionamento dos churrasquinhos

Elaborado pela Prefeitura Municipal de Maceió - 2003

Secretaria Municipal de Controle do Convívio Urbano

Diretoria de Cadastro e Informação Urbana.

- 01- Proibido o uso do som;
- 02- Proibido obstruir os passeios públicos, deixando a calçada livre no mínimo de 2,00m (dois metros);
- 03- Localizar-se afastado a uma distância mínima de 100 (cem) metros de escolas, igrejas, hospitais e creches;
- 04- Não localizar-se em esquinas - distância mínima de 5 (cinco) metros;
- 05- Proibido a instalação em canteiros centrais de ruas e avenidas;
- 06- Proibido o uso de tenda, mesas, cadeiras ou similares;
- 07- Será permitido a comercialização de bebidas em lata;
- 08- Será permitido o uso de 01 (hum) isopor grande e 01 (hum) isopor pequeno para o armazenamento das bebidas;
- 09 - Horário de Funcionamento: 18:00hs. às 22:30hs. de segunda a quinta e domingo
18:00hs. às 24:00hs. sexta e sábado
- 09- Apresentar certificado de curso da vigilância sanitária;
- 10- Proprietário com mais de 02 (dois) carros, apresentar a taxa de localização expedida pelo município de Maceió;
- 11- Documentação para cadastro de funcionamento:
apresentar requerimento da SMCCU
xerox da carteira de identidade e CPF
- 13- Estas Normas entrarão em vigor a partir de 07/07/2003

Anexo 2 - MODELO DE ENTREVISTA COM OS AMBULANTES

1. Endereço do Ponto

Endereço:

Referência: Praça () Rua () Calçada () Calçadão ()

Outro () Qual? _____

2. Sobre o ambulante e sua rotina de trabalho

Nome:

Endereço Residencial:

Data e Local de Nascimento:

Profissão Anterior:

Nível de escolaridade:

Posição na família:

Com que idade começou a trabalhar?

O que o levou a trabalhar como Ambulante-vendedor de churrasquinho?

Já vendeu outros produtos?

Já vendeu em outros locais?

Há quanto tempo é ambulante?

Quanto ganha por mês? Por noite?

Quantos dias por semana trabalha?

Tem outra atividade? Qual? Por quê?

Quem mais trabalha com você?

Já foi feirante? Qual a diferença para o camelô?

Onde compra o produto?

Como elabora o pagamento?

3. Sobre o Ponto

O ponto é importante para seu trabalho?

Quantos Pontos de churrasquinho possui o Centro e onde eles estão situados?

Quais os potenciais concorrentes e a que distância do Ponto estão situados?

Qual o status (reputação) da localização em que se situa o Ponto?

O Ponto em estudo fica próximo de que Ponto de atração do Centro?

Que atrativos culturais, comerciais, artísticos possuem o Centro?

Estes outros Pontos influenciam na sua localização?

Qual o seu diferencial atrativo? Apresentação do produto, da banca ou do vendedor?

Qual a área que o Ponto ocupa?

Qual o horário de funcionamento e os dias da semana em que o Ponto pode ficar aberto?

Este horário é obrigatório? ()Sim ()Não

Para instalar o seu Ponto é necessário fazer alguma alteração no local?

4. Sobre a cidade / Centro / espaço público

Lugar onde comercializa seus produtos?

Como foi escolhido este lugar?

Horário de trabalho?

Como é seu trajeto casa/trabalho, trabalho/casa?

Quanto tempo você gasta para fazê-lo?

Como é feita a sua locomoção? E do seu material de trabalho?

Como você define seu lugar de trabalho?

Como você definiria o lugar/espço ideal para comercializar seu produto?

O que é mais importante: a fixação num lugar determinado ou o movimento?

Em sua opinião é fácil andar em Maceió? E no Centro?

Você gostaria de comercializar em outro lugar da cidade? Qual? Porque?

O que o Centro significa para você?

5. Sobre a relação: Poder Público / Comércio / Clientela / Concorrentes

Como é a relação com os lojistas?

Como é a relação com a Prefeitura e seus gestores?

Há problemas com a polícia? De que tipo? Porque e quando?

Existe alguma orientação por parte da Vigilância Sanitária? De que tipo?

Há preconceito? De quem? Porque?

Quais são seus instrumentos de trabalho?

Vocês se reúnem com os outros vendedores?

Quem é a clientela que frequenta o ponto?

Como é a relação com os concorrentes?

Existem taxas a serem pagas? Quais e a quem?

Como é a sua situação legal?

Você prefere continuar como ambulante ou ir para um prédio determinado?

Como é a relação com a polícia?

Como é a relação com os usuários?

Como é a relação com os moradores?

7. Sobre a acessibilidade/ fluxos

O tráfego permite que seja feita manobra em direção ao ponto?

O tráfego é congestionado? ()Sim ()Não

Quantos acessos de entrada e saída existem?

Quais as facilidades de estacionamento?

Qual é seu trajeto de casa até chegar ao seu Ponto de comércio?

Onde você guarda seus equipamentos/carrinho?

8. Sobre a infra-estrutura

Existem banheiros próximos ao Ponto? São públicos ou privados?

Quais banheiros você utiliza p/você e para seus clientes?

Você paga pela utilização dos banheiros?

De onde vem a água para a limpeza de seus utensílios?

Como é a instalação elétrica do Ponto?

O Ponto é limpo?

Você é responsável pela limpeza do local?

Anexo 3 - MODELO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS, MORADORES E PODER PÚBLICO

ENTREVISTA COM OS USUÁRIOS: Aberta – Método Qualitativo

Nome:
Endereço:
Sexo:
Data e Local de Nascimento:
Profissão:
Nível de escolaridade:

Há quanto tempo freqüenta o churrasquinho?
O que o faz freqüentar o churrasquinho?
O que acha do local?
O que acha do produto vendido?
O que acha da higiene?
O que acha do atendimento?
O que acha da segurança do local?
Continuaria freqüentando este comerciante se ele mudasse para um local fechado (privado)?
O que acha da ocupação do espaço público para essa utilização?
Qual o diferencial que ele (o Ponto) oferece?

ENTREVISTA COM OS MORADORES: Aberta – Método Qualitativo

Nome:
Endereço:
Sexo:
Data e Local de Nascimento:
Profissão:
Nível de escolaridade:

Há quanto tempo mora neste endereço?
O que pensa do comércio informal?
Freqüenta o churrasquinho?
O que acha do produto vendido?
O que acha do local?
Quais as mudanças que o (a) Sr.(a) percebe no local com a presença dos ambulantes?
Essas mudanças são para pior ou para melhor?
Como é sua relação com os ambulantes?
A presença deles lhe causa algum problema?
O que acha da ocupação do espaço público para essa utilização?
Qual o diferencial que ele (o Ponto) oferece?

ENTREVISTA COM O PODER PÚBLICO: Aberta – Método Qualitativo

Nome:
Endereço:
Órgão que representa:

Quais as mudanças que o (a) Sr.(a) percebe no local com a presença dos ambulantes?
Cite algumas mudanças que o Sr.(a) considera para melhor? Por quê?
Cite algumas mudanças que o Sr.(a) considera para pior? Por quê?
Que alternativas o Poder Público oferece para esta categoria?
Concorda com as soluções encontradas pelo poder Público para remanejar estes comerciantes?
O que acha da ocupação do espaço público para essa utilização?
Qual o diferencial que ele (o Ponto) oferece?
O que pensa do comércio informal?
O que pensa do seu trabalho?
Freqüenta o churrasquinho?
O que acha do produto vendido?
O que acha do local?
Concorda com as regras impostas a eles?
Teria alguma proposta para localizá-los?
O que acha das condições de trabalho destes comerciantes?
Mantém algum laço de amizade com pessoas que são vendedores ambulantes?